



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

ANO XXIX — Nº 137

TERÇA-FEIRA, 22 DE OUTUBRO DE 1974

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

PARECER Nº 61-K, DE 1974-CN

Da Comissão Mista de Orçamento sobre o Projeto de Lei n.º 5, de 1974 (CN), que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1975 — 1700 — Ministério da Fazenda.

Relator: Deputado Daniel Faraco

O Senhor Presidente da República, com a Mensagem n.º 61/74 (CN) — n.º 415/74, na origem — encaminhou à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei n.º 5/74—CN, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1975.

Por designação do Sr. Presidente da Comissão Mista, fomos honrados para relator do Subanexo 1700, correspondente ao Ministério da Fazenda.

O Decreto-lei n.º 200, em seu artigo 39, definiu como área de competência do Ministério da Fazenda:

- assuntos monetários, creditícios, financeiros e fiscais: poupança popular;
- administração tributária;
- arrecadação;
- administração financeira;
- contabilidade e auditoria;
- serviços gerais;

Para executar essas tarefas, o Orçamento para 1975, consigna ao Ministério da Fazenda recursos de Cr\$ 978.327.300,00 (novecentos e setenta e oito milhões, trezentos e vinte e sete mil e trezentos cruzeiros), distribuídos nas seguintes funções:

	Cr\$
— Administração Superior e Planejamento Global	881.372.900,00
— Comunicações	41.204.000,00
— Indústria, Comércio e Serviços ..	55.750.400,00
TOTAL	978.327.300,00

Na parte referente a Encargos Gerais, conta ainda o Ministério da Fazenda com recursos no montante de Cr\$ 16.130.692.000,00 (dezessels bilhões, cento e trinta milhões, seiscentos e noventa e dois mil cruzeiros), para o cumprimento das seguintes funções:

	Cr\$
— Administração Superior e Planejamento Global	8.304.692.000,00
— Educação e Cultura	42.000.000,00
— Trabalho, Assistência e Previdência	7.784.000.000,00
TOTAL	16.130.692.000,00

Nos últimos cinco anos, é a seguinte a participação do Ministério da Fazenda no Orçamento da União:

Ano	Orçamento da União	M. Fazenda MF/União	
1971	26.738.768.000	453.228.000	1,85%
1972	34.935.431.600	614.874.500	2,65%
1973	52.129.306.600	628.637.200	1,07%
1974	71.713.528.000	807.856.300	0,9 %
1975 (proj.)	113.396.375.000	978.327.300	0,9 %

Comparando-se com o exercício de 1972, é a seguinte a posição das Unidades Orçamentárias e Categorias Econômicas do Ministério da Fazenda:

EXPEDIENTE**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL****DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL****Seção II**

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

EVANDRO MENDES VIANNA

Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES

Diretor-Executivo

PAULO AURÉLIO QUINTELLA

Diretor da Divisão Administrativa

ALCIDES JOSÉ KRONENBERGER

Diretor da Divisão Industrial

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 100,00

Ano Cr\$ 200,00

Via Aérea:

Semestre Cr\$ 200,00

Ano Cr\$ 400,00

(O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,30)

Tiragem: 3.500 exemplares

DESPESA POR UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS E CATEGORIAS ECONÔMICAS**1974/1975**

Unidade	Despesas Correntes		Despesas de Capital		Total	
	1974	1975	1974	1975	1974	1975
Gabinete do Ministro	12.254.000	15.886.500	975.000	1.500.000	13.129.000	17.386.500
Secretaria Geral	28.164.100	55.287.300	9.929.000	8.985.300	38.094.000	64.272.600
Secretaria Geral — Entidades Superv.	41.293.900	65.239.400	41.928.000	35.531.400	83.221.900	100.770.800
Inspetoria Geral de Finanças	31.755.700	39.975.600	3.100.000	2.300.000	34.855.700	42.275.600
Divisão de Segurança e Informações ..	2.173.400	1.779.800	24.500	39.000	2.197.900	1.818.800
Primeiro Conselho de Contribuintes ..	915.800	—	122.000	—	1.037.800	—
Segundo Conselho de Contribuintes ..	396.300	—	18.000	—	414.300	—
Terceiro Conselho de Contribuintes ..	298.100	—	6.000	—	304.100	—
Quarto Conselho de Contribuintes	801.800	—	7.000	—	808.800	—
Conselho de Terra da União	186.600	—	600	—	187.200	—
Conselho de Política Aduaneira	3.990.900	6.219.500	150.000	190.000	4.140.900	6.409.500
Procuradoria Geral da Fazenda Nacional	11.507.800*	15.075.500	240.000	770.000	11.747.800	15.845.500
Delegacia do Tesouro Brasileiro no Exterior	5.656.600	—	60.000	—	5.716.600	—
Delegacias Estaduais do MF *	41.143.500	77.267.400	23.500.000	17.274.600	64.643.500	94.542.000
Secretaria da Receita Federal	459.702.500	572.403.600	2.500.000	—	462.202.500	572.403.600
Departamento de Administração	23.616.600	5.852.100	830.000	680.000	24.446.600	6.532.100
Serviço do Patrimônio da União	23.559.900	28.745.600	1.478.000	1.800.000	25.037.900	30.545.600
Departamento do Pessoal	35.369.800	25.099.700	300.000	425.000	35.669.800	25.524.700
TOTAIS	722.787.300	908.832.000	85.069.000	69.495.300	807.856.300	978.327.300

* Antigas Delegacias Fiscais do Tesouro Nacional

Do exame deste quadro observamos:

a) a redução de 6 unidades orçamentárias para o exercício de 1975;

b) a redução de Cr\$ 15.573.700,00 nas despesas de capital, relevando notar que a Secretaria da Receita Federal não está contemplada com esta categoria no exercício de 1975.

Reformulada a administração fazendária, o Ministério da Fazenda passou a atuar em quatro grandes

áreas administrativas — arrecadação, fiscalização, tributação e uma central de informações econômico-fiscais — estruturadas em forma de sistemas funcionais. Dentro dessa concepção, foi implantada a Secretaria da Receita Federal, em substituição à antiga Direção Geral da Fazenda Nacional que obedecia a uma divisão departamental baseada na origem dos tributos. A importância da Secretaria da Receita Federal, na estrutura do MF, pode ser facilmente avaliada pelas dotações que lhe são consignadas no Orçamento.

A cada dia que passa, essa reforma se completa por uma série de mecanismos técnicos, recursos humanos e materiais, definidos em razão de suas componentes essenciais, possibilitando ao Governo executar com tranqüilidade, o seu programa de trabalho.

Nenhuma emenda foi apresentada ao Subanexo 1700 do Ministério da Fazenda.

Meu parecer é no sentido de sua aprovação, nos termos propostos pelo Poder Executivo.

Sala da Comissão Mista de Orçamento, em 1.º de outubro de 1974. — Deputado Adhemar de Barros Filho, Presidente — Deputado Daniel Faraco, Relator — Senador Alexandre Costa — Senador Carlos Lindenberg — Senador Cattete Pinheiro — Senador Dinarte Mariz — Senador Eurico Rezende — Senador Fernando Corrêa — Senador Renato Franco — Senador João Cleofas — Senador Lourival Baptista — Senador Magalhães Pinto — Senador Virgílio Távora — Senador Guido Mondin — Deputado Américo Brasil — Deputado Arthur Santos — Deputado Cantídio Sampaio — Deputado Geraldo Freire — Deputado Helbert dos Santos — Deputado Hugo Aguiar — Deputado Márcio Paes — Deputado Monteiro de Barros — Deputado Nogueira de Rezende — Deputado Oswaldo Zanello — Deputado Parente Frota — Deputado Parsifal Barroso — Deputado Paulino Cícero — Deputado Paulo Alberto — Deputado Pinheiro Machado — Deputado Raimundo Diniz — Deputado Silvio Lopes — Deputado Vasco Neto — Deputado Joel Ferreira — Deputado Padre Nobre — Deputado Renato Azeredo — Deputado José Camargo — Deputado Josias Gomes — Deputado Ruydalmeida Barbosa.

PARECER Nº 61-L, DE 1974-CN

Da Comissão Mista de Orçamento, ao projeto de Lei n.º 5, de 1974 (CN), que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1975 — 1600 — Ministério do Exército.

Relator: Deputado Cantídio Sampaio

1. Designados pelo Senhor Presidente desta Comissão Mista para relatar a parte do Ministério do Exército, ao Projeto de Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 1975, passo a fazê-lo, pretendendo dividir o presente trabalho em duas partes distintas. A primeira referindo alguns trechos significativos da última Mensagem do Governo Médici ao Congresso Nacional; a segunda, apontando os gastos propostos para o Ministério do Exército no próximo ano, com algumas remissões ao novo PND, que a nosso ver envolvem e até estratificam a segurança nacional, através dos esforços governamentais para o desenvolvimento da economia brasileira.

Da evolução das concretizações do Exército, podemos salientar as seguintes, para só considerar o período 1969 a 1973:

- consolidação definitiva da instalação de todos os órgãos de cúpula em Brasília;
- a reorganização da direção setorial e de apoio, de acordo com os sistemas de subsistemas

de atividades, visando à homogeneidade, descentralização e funcionalidade;

- o estabelecimento de normas e procedimentos de administração financeira, contabilidade e auditoria, proporcionando orientação segura à gestão dos recursos orçamentários;

- a redução das atividades de natureza comercial, possibilitando a liberação de pessoal para as atividades-fim, com a extinção de granjas, armazéns reembolsáveis e outros órgãos cujos serviços se faziam dispensáveis;

- a modernização da rede hospitalar;

- a reorganização e rearticulação das Grandes Unidades e Unidades, executadas nos I, II e III Exércitos e iniciadas no IV Exército;

- a mecanização e motorização das Brigadas de Infantaria e Cavalaria dos I, II e III Exércitos;

- a padronização do calibre do armamento leve;

- melhoria sensível dos padrões de qualidade, durabilidade e confecção dos uniformes, equipamentos e calçados;

- construção de 4.950 residências, das quais 2.670 em Brasília;

- aperfeiçoamento do sistema de processamento de dados e sua utilização na administração do pessoal, orçamentária, financeira e nas atividades logísticas;

- elaboração dos Regulamentos de todos os órgãos setoriais e de apoio, reorganizados em decorrência da Reforma Administrativa, num total de 35; e regulamentação das Leis sancionadas."

Por outro lado, cumprindo a essência das suas atribuições,

"determinou o Ministério que os Exércitos elaborassem seus planejamentos, orientando-os para ações primordialmente preventivas, desenvolvidas em caráter permanente e com o máximo de intensidade.

A ação do Exército caracterizou-se mais pela orientação e apoio, atendendo às solicitações estaduais, pela coordenação e pelo controle, realizados por intermédio dos Conselhos de Defesa Interna e dos Centros de Operações de Defesa Interna, criados nos Exércitos e Comandos Militares de Área.

O aperfeiçoamento da instrução do pessoal de informações inverteu a incidência e baixas nos encontros com grupos armados das organiza-

ções terroristas: estes últimos, ao contrário do que ocorria no passado, sofreram perdas numerosas e de difícil substituição.

Depois dos primeiros dias marcados por seqüestros de diplomatas, as medidas de coordenação adotadas devolveram ao País uma tranquilidade que perdurou, sem solução de continuidade, por todo o período de Governo."

A gama de atividades do Exército, por demais extensa e complexa, não nos permite numerá-las todas, senão engrandecer o que se tem feito e aquilo que por certo será realizado para o desenvolvimento militar do Brasil.

2. Tem o Ministério elevadíssima e importante tarefa a realizar, perenemente, prosseguindo no seu trabalho de "preparação do Exército para o cumprimento da sua destinação constitucional."

Para essa significativa e vasta missão, tem o Ministério as dotações propostas em quadro a seguir preparado, onde avulta a diminuição gradual sobre o montante geral da União, considerado o período 1969/1975, sendo de apenas 4,09% para o próximo ano, levando-se em conta as dotações nominais (pág. 7).

Por outro lado, gráfico elaborado à página 8 demonstra que a participação real das despesas do Ministério tem sofrido aumentos constantes, propondo-se para o próximo exercício um montante de Cr\$ 4.647.264.900,00.

Nessas condições, não há como negar aplausos aos esforços do Governo em promover a atualização do nosso Exército com base no binômio modernização-economia.

É certo que os recursos citados estão propostos como dotações ordinárias, às quais se deverá somar os quantitativos paralelos, também ordinários, mas alocados aos Encargos Gerais da União, eis que, de uns tempos para cá, adotou-se a política do teto orça-

mentário para os gastos diretos dos Ministérios do Executivo e os dos Poderes Legislativo e Judiciário. No projeto ora em estudos, por exemplo, planejou-se dotação que atinge a Cr\$ 402.500.000,00 (pág. 6), para reaparelhamento do Exército, recursos sob a supervisão da Secretaria de Planejamento, agora órgão diretamente integrado à Presidência da República. Em consequência, absorverá o Ministério do Exército a soma dos recursos citados — Cr\$ 5.049.764.900,00 — o que representa 5,59% dos gastos do Tesouro em 1975.

3. Não tendo havido emendas dos senhores Parlamentares a considerar, somos de Parecer que a Comissão Mista de Orçamento deve aprovar o Anexo 1800 — Ministério do Exército, despesa para o exercício financeiro de 1975.

É o nosso Parecer.

Sala da Comissão Mista de Orçamento, em 1.º de Outubro de 1974. — Deputado **Adhemar de Barros Filho**, Presidente. — Deputado **Cantídio Sampaio**, Relator. — Senador **Alexandre Costa** — Senador **Carlos Lindenberg** — Senador **Cattete Pinheiro** — Senador **Dinarte Mariz** — Senador **Eurico Rezende** — Senador **Fernando Corrêa** — Senador **Renato Franco** — Senador **João Cleofas** — Senador **Lourival Baptista** — Senador **Magalhães Pinto** — Senador **Guido Mondin** — Deputado **Américo Brasil** — Deputado **Arthur Santos** — Deputado **Daniel Faraco** — Deputado **Geraldo Freire** — Deputado **Helbert dos Santos** — Deputado **Hugo Aguiar** — Deputado **Márcio Paes** — Deputado **Monteiro de Barros** — Deputado **Nogueira de Rezende** — Deputado **Oswaldo Zanello** — Deputado **Parente Frota** — Deputado **Parsifal Barroso** — Deputado **Paulino Cicero** — Deputado **Paulo Alberto** — Deputado **Pinheiro Machado** — Deputado **Raimundo Diniz** — Deputado **Silvio Lopes** — Deputado **Vasco Neto** — Deputado **Joel Ferreira** — Deputado **Padre Nobre** — Deputado **Renato Azeredo** — Deputado **José Camargo** — Deputado **Josias Gomes** — Deputado **Ruydalmeida Barbosa**.

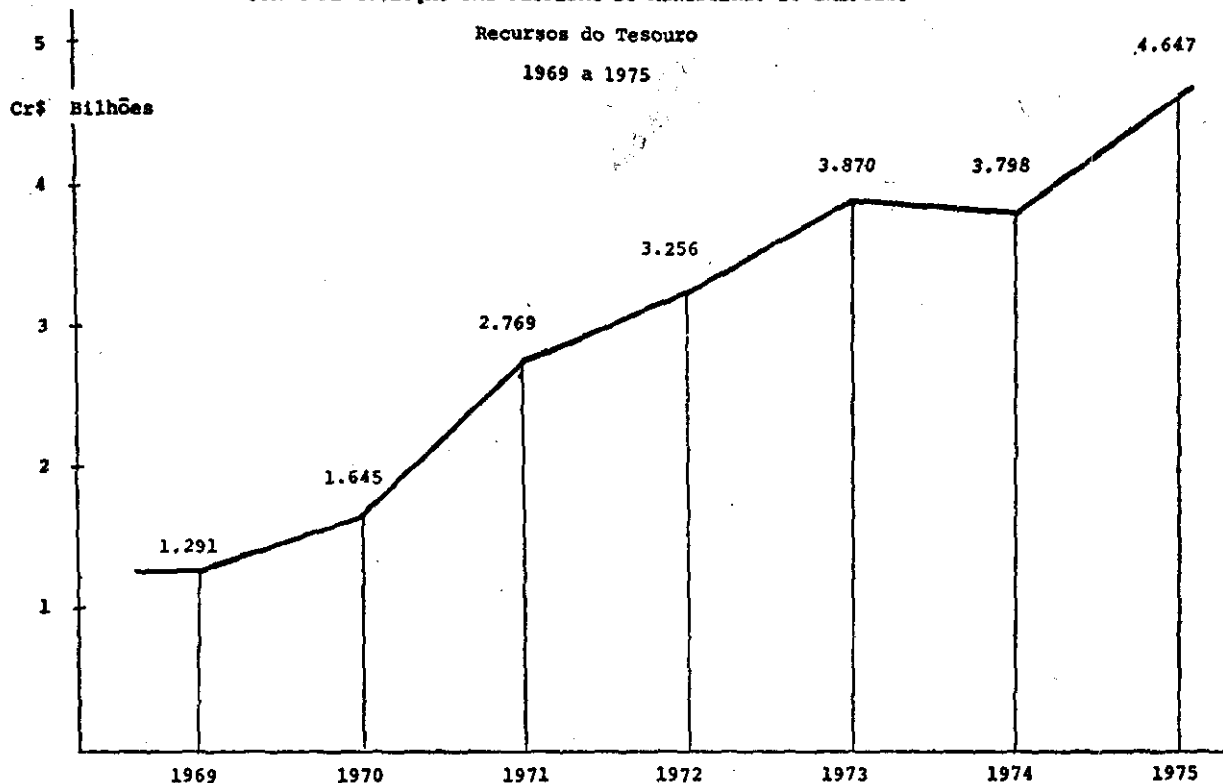
CODIGO	ESPECIFICACAO	PAQUITOS	ATIVIDADES	TOTAL
	DEFESA NACIONAL E SEGURANCA PUBLICA			8.649.664,40
	ADMINISTRACAO			11.222,00
	ADMINISTRACAO GERAL			11.222,00
1001.06070217.335	COORDENACAO DE RELACOES PUBLICAS E CERIMONIAS MILITARES		2.645.000	
1001.06070217.336	SERVICOS ADMINISTRATIVOS DA GUARNICAO EM BRASILIA		8.447.000	
	GESTAO FINANCEIRA			10.409,80
	DIVIDA EXTERNA			10.409,80
1001.06090342.027	AMORTIZACAO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO		10.409,80	
	DEFESA TERRESTRE			9.812.873,10
	ADMINISTRACAO GERAL			354.156,90
1001.06280712.314	MANTENCAO DAS ATIVIDADES DO SERVICO MILITAR		950.000	
1001.06280712.315	EXATRAMENTO DE DISSEMINACAO PROVISIONAL		1.627.000	
1001.06280712.320	SUPRIMENTO E MANUTENCAO DE MATERIAL DE INFANCOERIA		107.903.000	
1001.06280712.324	ACOMODACIONARIO E TRANSPORTE DE ECONOMIAS, CARGAS E ANIMAIS		7.300.000	
1001.06280712.338	PAGAMENTO DE PESSOAL CIVIL		240.294.900	
	DOCUMENTACAO E BIBLIOGRAFIA			5.000,00
1001.06280722.335	DOCUMENTACAO E BIBLIOGRAFIA		5.000,00	
	PROCESSAMENTO DE DADOS			2.400,00
1001.06280742.019	MANTENCAO DO CENTRO DE PROCESSAMENTO DE DADOS E INFORMACOES		2.400.000	
	ORGANIZACAO E MODERNIZACAO ADMINISTRATIVA			24.518,00
1001.06280743.036	IMPLEMENTACAO DA MODERNIZACAO ADMINISTRATIVA	24.518.000		
	INFORMACOES GEOGRAFICAS E ESTATISTICAS			4.000,00
1001.06280744.050	MAPEAMENTO DO TERRITORIO NACIONAL	4.000.000		
	PESQUISAS CIENTIFICAS E TECNOLOGICAS			22.685,00
1001.06280750.089	PESQUISAS TECNICAS E CIENTIFICAS	22.685.000		
	SERVICOS ESPECIAIS DE TELECOMUNICACOES			72.463,00
1001.06280750.094	EQUIPAMENTOS DE COMUNICACOES DO EXERCITO	44.747.000		
1001.06280750.325	SUPRIMENTO E MANTENCAO DE MATERIAL DE COMUNICACOES		4.300.000	
	OPERACOES TERRESTRES			4.064.632,20
1001.06280750.337	RECURSOS DE QUANTIL	14.000.000		
1001.06280750.338	EQUIPAMENTO DE COMUNICACOES	56.340.200		
1001.06280750.339	EQUIPAMENTO DE ARMAZENAMENTO E ACESSORIOS	3.500.000		
1001.06280750.340	EQUIPAMENTO DE INGENHARIA	17.621.000		
1001.06280750.341	CONSTRUCAO DE QUARTIS	94.000.000		
1001.06280750.342	EQUIPAMENTO DE INTERFERENCIA DO EXERCITO	11.185.000		
1001.06280750.343	EQUIPAMENTO DE SEDE DE CAMPANHA	4.300.000		
1001.06280750.344	EQUIPAMENTO DE QUARTIS E ARSENALS	19.000.000		
1001.06280750.345	CONSTRUCAO PARA O FUJDO DO EXERCITO		5.250.000	
1001.06280750.346	TRANSPORTE PARA MOVIMENTACAO DE PESSOAL		57.000.000	
1001.06280750.347	OBTENCAO DE ANIMAIS		84.000.000	
1001.06280750.348	SUPRIMENTO E MANTENCAO DE MATERIAL VETERINARIO E AGRICOLA		110.000	
1001.06280750.349	ARRACONHAMENTO DE ANIMAIS		200.000	
1001.06280750.350	ALIMENTACAO DE PESSOAL		24.000.000	
1001.06280750.351	OBTENCAO DE HUMECES		431.000.000	
1001.06280750.352	SUPRIMENTO E MANTENCAO DE MATERIAL DE MOTOCICLIZACAO		22.815.000	
1001.06280750.353	PAGAMENTO DE SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL DE VEICULOS		94.100.000	
1001.06280750.354	SUPRIMENTO E MANTENCAO DE ARMAZENAMENTO E ACESSORIOS		450.000	
1001.06280750.355	SUPRIMENTO E MANTENCAO DE MATERIAL DE INGENHARIA		3.250.000	
1001.06280750.356	PAGAMENTO DE PESSOAL MILITAR		4.100.000	
1001.06280750.357	FUNCIAMENTO DAS ORGANIZACOES MILITARES		2.820.370.000	
	SERVICOS DE INFORMACOES E CONTRA-INFORMACAO			209.600,00
	ENSINO DE GRADUACAO			3.150,00
1001.06280750.359	FORMACAO DE ENGENHEIROS E OFICIAIS DA ATIVA	1.800.000		
	ENSINO DE PÓS-GRADUACAO			1.300,00
1001.06280750.363	APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS E FORMACAO DE OFICIAIS DE ESTADO-MAIOR	1.700.000		
	TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS			1.700,00
1001.06280750.365	ENSINO MILITAR ESPECIALIZADO	3.350.000		
	GERACAO DE ENERGIA TERMIELETRICA			1.500,00
1001.06280750.368	SUPRIMENTO DE FONTES DE ENERGIA	1.500.000		
	HABITACOES URBANAS			30.000,00
1001.06280750.370	UNIDADES HABITACIONAIS EM BRASILIA	4.000.000		
1001.06280750.371	RECURSOS DE PESSOAL DO MINISTERIO DO EXERCITO	4.000.000		
1001.06280750.372	UNIDADES HABITACIONAIS DO MINISTERIO DO EXERCITO	20.000.000		
	PRODUCAO INDUSTRIAL			2.728,00
1001.06280750.373	FABRICACAO E RECUPERACAO DE EQUIPAMENTOS	2.728.000		
	ASSISTENCIA HOSPITALAR GERAL			19.000,00
1001.06280750.374	RECURSOS DA REDE HOSPITALAR DO EXERCITO	2.000.000		
1001.06280750.375	SUPRIMENTO E MANTENCAO DE MATERIAL DE SAUDE		11.000.000	
	EDUCACAO FISICA E DESPORTOS			1.500,00
	DESPORTO MILITAR			1.500,00
1001.06462742.334	COMPETICOES DESPORTIVAS	1.500.000		
	ASSISTENCIA			4.450,00
	ASSISTENCIA SOCIAL GERAL			4.450,00
1001.06462742.335	ASSISTENCIA SOCIAL A SERVIDORES	4.450.000		
	EDUCACAO E CULTURA			2.703,82
	ENSINO DE SECUNDO GRAU			2.703,82
	ENSINO POLIVALENTE			2.700,00
1001.06462742.336	ENSINO NOS COLEGIOS MILITARES E ESCOLA PREPARATORIA DE CADETES	2.700.000		
	HABITACAO E URBANISMO			450,00
	HABITACAO			450,00
	HABITACOES URBANAS			450,00
1001.06462742.337	CONSTRUCAO A CAIXA DE FINANCIAMENTO IMOBILIARIO DO EXERCITO		450.000	
	TRABALHO, ASSISTENCIA E PREVIDENCIA			1.510,00
	ASSISTENCIA			1.510,00
	ASSISTENCIA AO MENOR			030,00
1001.06462742.338	ASSISTENCIA FINANCEIRA E FORMACAO DESERTO	030.000		
	ASSISTENCIA SOCIAL GERAL			400,00
1001.06462742.339	DOACAO DE CASAS A EX-INTEGNANTES DA FUJCA		400.000	
	EXPLORACAO MINERAL			

2800 - ENCARGOS GERAIS DA UNIÃO		PROGRAMA DE TRABALHO		RECURSOS DO TESOURO RECURSOS ORDINARIOS E VINCULADOS	
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL	
2800.05220351.773	PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO NO CAPITAL DA TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S/A	101.323.800			
	RADIODIFUSÃO			30.000.000	
	SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO SONORA			30.000.000	
2800.05231421.771	PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO NO CAPITAL DA EMPRESA BRASILEIRA DE RADIODIFUSÃO	30.000.000			
	DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA			796.200.000	
	GESTÃO FINANCEIRA			109.830.100	
	DÍVIDA EXTERNA			109.830.100	
2800.06080342.027	AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO		109.830.100		
	DEFESA AÉREA			112.500.000	
	OPERAÇÕES AÉREAS			112.500.000	
2800.06261603.063	REAPARELHAMENTO DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA	112.500.000			
	DEFESA NAVAL			171.369.900	
	OPERAÇÕES NAVAIS			171.369.900	
2800.06271631.720	RENOVAÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS MEIOS FLUTUANTES	171.369.900			
	DEFESA TERRESTRE			402.500.000	
	OPERAÇÕES TERRESTRES			402.500.000	
2800.06281663.064	REAPARELHAMENTO DO MINISTÉRIO DO EXÉRCITO	402.500.000			
	DESENVOLVIMENTO REGIONAL			4.122.500.000	
	PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL			16.000.000	
	ESTUDOS E PESQUISAS ECONÔMICO-SOCIAIS			16.000.000	
2800.07090453.006	PESQUISAS SOBRE O TRÓPICO SEMI-ÁRIDO	16.000.000			
	Ciência e tecnologia			15.000.000	
	PESQUISAS CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS			15.000.000	
2800.07100501.600	DESENVOLVIMENTO DE PESQUISA AGRÍCOLA	5.000.000			
2800.07100503.602	ESTUDOS E PESQUISAS NOS VALES AMAZÔNICOS	5.000.000			
2800.07100503.004	ESTUDOS E PESQUISAS DE RECURSOS NATURAIS	5.000.000			
	PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL - PIN			2.454.900.000	
	PROGRAMAÇÃO ESPECIAL			2.454.900.000	
2800.07341803.136	* APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO INTER-REGIONAL	2.454.900.000			
	PROGRAMA DE REDISTRIBUIÇÃO DE TERRAS E DE ESTÍMULO A AGRO-INDÚSTRIA DO NORTE E DO NORDESTE - PROTERRA			1.636.600.000	
	PROGRAMAÇÃO ESPECIAL			1.636.600.000	
2800.07351803.136	* APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO INTER-REGIONAL	1.636.600.000			
	EDUCAÇÃO E CULTURA			748.146.400	
	GESTÃO FINANCEIRA			28.102.500	
	DÍVIDA EXTERNA			28.102.500	
2800.08080342.027	AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO		28.102.500		
	Ciência e tecnologia			11.720.000	
	ASSISTÊNCIA FINANCEIRA			11.720.000	

**EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DO MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
RECURSOS DO TESOURO
1969 a 1975**

Ano	Dotação	Percentual sobre o total da União
1969	1.290.867.300	9.07%
1970	1.645.476.500	9.32%
1971	2.768.717.800	11.98%
1972	3.256.442.600	10.12%
1973	3.869.866.900	8.83%
1974	3.798.183.000	6.49%
1975	4.647.264.800	4.09%

CURVA DE EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DO MINISTÉRIO DO EXÉRCITO



PARECER Nº 61-M, DE 1974-CN

Da Comissão Mista de Orçamento sobre o Projeto de Lei n.º 5, de 1974 (CN), que "estima a Receita e fixa a Despesa da União para o Exercício Financeiro de 1975" — Anexo II — Despesa — Subanexo 1400 — Ministério das Comunicações.

Relator: Deputado Monteiro de Barros.

Nos termos da Constituição Federal, o Exmo. Sr. Presidente da República submete à consideração do Congresso Nacional a Mensagem n.º 61/74 (CN) e 415/74 na origem, referente ao Projeto de Lei n.º 5, de 1974 (CN), que "estima a Receita e fixa a Despesa da União para o Exercício Financeiro de 1975".

Coube-nos a honra de relatar, por indicação da Presidência da Comissão Mista de Orçamento, o Subanexo 1400 — Ministério das Comunicações.

Como premissas que julgamos necessárias às nossas conclusões, faremos uma abordagem resumida da estrutura da atual política de comunicações adotada no País, para o que fomos buscar informações fornecidas pela Mensagem Presidencial do Governo anterior, pela conferência do Senhor Ministro das Comunicações, proferida em maio próximo passado na Câmara dos Deputados, pelos relatórios do DENTEL, da ECT e por dados fornecidos pela Inspetoria Geral de Finanças do Ministério das Comunicações.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Criado pelo Decreto-lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967, o Ministério das Comunicações possui área de competência que abrange as atividades relacionadas com os setores: Telecomunicações, Postal e Radiodifusão. O aludido Ministério é responsável, em todo o território nacional, pela formulação, direção, orientação e controle da política de comunicações, observadas as diretrizes estabelecidas pelo Senhor Presidente da República.

A estrutura do citado Ministério compõe-se de:

Órgãos de Assistência Direta e Imediata do Ministro:

- Gabinete do Ministro;
- Consultoria Jurídica;
- Divisão de Segurança e Informações.

Órgãos Centrais de Planejamento, Coordenação e Controle Financeiro;

- Secretaria Geral;
- Inspetoria Geral de Finanças.

Órgãos Centrais de Direção Superior:

- Departamento Nacional de Telecomunicações;
- Departamento de Administração;
- Departamento de Pessoal.

Órgão de Assessoramento:

- Conselho Nacional de Telecomunicações.

Órgãos Vinculados:

- Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos — ECT;
- Telecomunicações Brasileiras S.A. — TELEBRÁS;
- Empresa Brasileira de Telecomunicações — EMBRATEL.

Após a inauguração da sede do Ministério em Brasília, Distrito Federal, em maio de 1973, e a consequente instalação de todos os seus órgãos da Administração Direta, criaram-se condições mais favoráveis a um trabalho harmônico no cumprimento de suas atribuições.

Reorganizou-se totalmente, desde então, a área da Administração Indireta, propiciando-se condições para o desempenho dos encargos relativos aos setores de atividades do Ministério — Telecomunicações, Postal e Radiodifusão —, com a definição das seguintes empresas:

— Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, da qual estão sendo retirados, progressivamente, os Serviços Telegráficos, por serem serviços de Telecomunicações;

— Telecomunicações Brasileiras S.A., criada em 1972, contando hoje com as subsidiárias e associadas operando serviços de Telecomunicações em âmbito internacional, interestadual, interurbano e local.

COMUNICAÇÕES POSTAIS

Emergente de uma fase de estagnação tecnológica e material jungida a uma estrutura inadequada ao estágio do desenvolvimento nacional, a ECT, desde sua criação em março de 1969, impôs-se a tarefa de uma reformulação total no contexto das comunidades do País, lançando-se decisivamente no caminho da conquista da auto-suficiência e da oferta de serviços conizentes com as necessidades do País.

Ainda não foi possível obter-se o máximo rendimento do novo esquema da empresa, por deficiência numérica de pessoal qualificado, mas já está prevista a alocação dos recursos humanos provenientes dos Centros de Treinamento.

Ponto crítico do sistema postal, pela ponderável quantidade de mão-de-obra especializada que utiliza e pela característica do sistema de não ser auto-rejeitável, a triagem é a reguladora do fluxo postal.

O controle dessa operação exigiu a fixação de padrões de qualidade de serviço, em caráter experimental, o que foi feito após quase três anos de observação e estudos, com visitas a organizações postais de outros países e com assistência de perito da União Postal Universal (UPU), que atua na ECT mediante convênio com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Sucessora do Departamento de Correios e Telégrafos, a ECT, agora como empresa pública, tão logo seja constituída a futura "Empresa de Telégrafos", passará a constituir a "Empresa de Correios" e operará, exclusivamente, com o serviço postal.

TELECOMUNICAÇÕES

A parte de execução das telecomunicações está, atualmente, unificada em uma empresa pública holding da administração indireta, a TELEBRÁS — Telecomunicações Brasileiras S.A. — à qual estão ligadas as empresas representativas de todas as Unidades da Federação.

Atualmente, a TELEBRÁS já tem em todas as Unidades da Federação, inclusive no Território de Fernando de Noronha, algo feito e uma empresa a ela ligada.

A TELEBRÁS tem como subsidiária, além de inúmeras outras, a EMBRATEL, que tem a finalidade de unir os grandes centros dos diferentes Estados com meios de comunicações que possam ligar não só a parte de telefonia, como de telegrafia, de televisão, de transmissão de dados e de todos os elementos que compõem atualmente a moderna telecomunicação. Conforme plano do Poder Executivo, a nova empresa de telégrafos a ser constituída assumirá todos os serviços de telecomunicações que são atualmente executados pela ECT e pelas antigas concessionárias estrangeiras de serviços telegráficos e telefônicos.

Criada pela Lei n.º 5.792, de 11 de julho de 1972, vinculada ao Ministério das Comunicações, constituiu-se a TELEBRÁS numa das mais importantes peças estratégicas da política de telecomunicações do País. Els os objetivos superiores da referida empresa holding:

I — planejar os serviços públicos de telecomunicações de conformidade com as diretrizes do Ministério das Comunicações;

II — gerir a participação acionária do Governo Federal nas empresas de serviços públicos de telecomunicações do País;

III — promover medidas de coordenação e assistência administrativa e técnica às empresas de serviços públicos de telecomunicações e àquelas que exerçam atividades de pesquisa ou industriais, objetivando a redução de custos operativos, a eliminação de duplicações e, em geral, a maior produtividade dos investimentos realizados;

IV — promover a captação, em fontes internas e externas de recursos a serem aplicados pela Sociedade ou pelas empresas de serviços públicos de telecomunicações na execução de planos e projetos aprovados pelo Ministério das Comunicações;

V — promover, através de subsidiárias, ou associadas, a implantação e exploração de serviços públicos de telecomunicações, no território nacional e no exterior;

VI — promover e estimular a formação e o treinamento de pessoal especializado, necessário às atividades das telecomunicações nacionais;

VII — executar outras atividades afins, que lhe forem atribuídas pelo Ministério das Comunicações.

Para maior produtividade dos investimentos que estão sendo realizados no campo das telecomunicações, essa empresa holding já conseguiu participação majoritária no capital de quase todas as empresas de telecomunicações do País, com o fito de impor a "Unificação do Sistema Nacional de Telecomunicações".

Em 1967, na EMBRATEL, foi assinado o primeiro contrato para implantação de um tronco de microon-

das. Hoje o País conta com sistemas de microondas ou de tropodifusão que completam um total aproximado de 18.000 km de extensão de troncos. O número de canais está na ordem dos 900.

Administradora do Fundo Nacional de Telecomunicações, a TELEBRAS deverá contar, em 1975, para aplicação de investimentos que permitam a expansão e melhoria dos serviços de telecomunicações do País, com Cr\$ 1.422.000.000,00 do Fundo Nacional de Desenvolvimento e com Cr\$ 101.323.800,00 dos Encargos Gerais da União, sob a supervisão da Presidência da República SEPLAN, cujo somatório totaliza Cr\$ 1.523.323.800,00, a ser aplicado como inversão financeira da União para participação no capital TELEBRAS.

RADIODIFUSÃO

A Radiodifusão no Brasil tem como base a execução pela iniciativa privada, por concessão do Governo Federal, seguindo-se a norma existente em outros países do mundo. Cabe, pois, às empresas e às emissoras de radiodifusão, às emissoras de rádio e de televisão, a missão de executar esses serviços.

Sendo a Radiodifusão, um dos mais poderosos, se não o mais poderoso instrumento de informação e de formação popular, isso implica em que se eleva a responsabilidade daqueles que recebem do Governo Federal a concessão para execução desses serviços. O Ministério das Comunicações apenas tem a responsabilidade de verificar e fiscalizar a parte técnica, supervisionar e fixar as diretrizes dessa atividade a longo prazo. Nesse setor trabalha o Ministério das Comunicações em íntima cooperação com os Ministérios da Educação e da Justiça.

No setor de Radiodifusão, deve ser mencionado o firme propósito do Governo de procurar melhorar a eficiência das emissoras que são de sua responsabilidade direta, como é o caso da Rádio Nacional de Brasília e do Rio de Janeiro, da Televisão Nacional de Brasília, da Rádio Mauá, da Rádio Ministério da Educação e da Rádio Rural, todas elas executoras diretas do serviço de radiodifusão, estando para serem unificadas sob uma administração única, a fim de se alcançar melhor rendimento das instalações existentes e prover-se um serviço exemplar.

Com a meta de unificar as emissoras oficiais existentes e agir dentro do território nacional, nas áreas onde ainda não se faz sentir com a necessária eficiência e rendimento a atividade das emissoras privadas, será criada pelo Poder Executivo, em 1975, a holding Empresa Brasileira de Radiodifusão, para o que já foram consignados recursos orçamentários da ordem de Cr\$ 30.000.000,00, oriundos do Fundo de Desenvolvimento de Áreas Estratégicas — Encargos Gerais da União, destinados à "Participação da União no Capital da Empresa Brasileira de Radiodifusão".

Em decorrência de nossas considerações subseqüentes e à guisa de esclarecimentos, lembramos que pela nova Classificação Funcional-Programática, instituída pela Portaria n.º 9, de 28-1-74, da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, uma Função comporta programas, subprogramas, projetos e atividades. Muito mais abrangente, a Função é planejada a nível governamental. Tanto que o item II da citada Portaria Ministerial determina que "um subprograma poderá ser classificado no programa que melhor atenda à orçamentação e ao planejamento, obedecida a mesma regra quanto aos programas em relação às funções".

A Função Programática COMUNICAÇÕES, à luz dos elementos fornecidos pelo Orçamento da União para 1975, apresentou notável incremento da Despesa relativa ao setor.

A participação da Função Programática COMUNICAÇÕES no total da Despesa da União, a partir de 1972, apresentou o seguinte quadro:

FUNÇÃO: COMUNICAÇÕES

Recursos de Todas as Fontes

Cr\$ 1,00

Ano	Total da Despesa	Comunicações	Percentual da Função
1972	34.935.431.600	400.553.000	1,2%
1973	52.129.306.600	1.254.294.600	2,4%
1974	71.713.528.000	1.370.386.500	1,9%
1975	113.396.375.000	3.075.095.100	2,7%

Fonte: Orçamentos da União.

Quanto ao exercício de 1972 — com a menor taxa de participação — embora tenha constado do Orçamento apenas a quantia de Cr\$ 400.553.000,00, cumpre-nos salientar que a Lei n.º 5.792, de 11-7-72, criou a TELEBRAS S.A. e, em 28 de agosto do mesmo ano, o Decreto n.º 71.033 abriu o crédito de Cr\$ 10.000.000,00 para propiciar o funcionamento da referida empresa. Em seguida, a Portaria n.º 482, de 9-11-72, do Ministério das Comunicações, entregou à TELEBRAS a administração dos recursos do Fundo Nacional de Telecomunicações — FUNTEL. Acresce que esse Fundo arrecadou, no mesmo exercício de 1972, o total de Cr\$ 796.738.000,00.

Se efetuarmos o somatório das despesas orçamentárias de 1972, do crédito aberto para funcionamento da TELEBRAS e da arrecadação do FUNTEL, teremos o total de Cr\$ 1.207.291.000,00, montante presumível da despesa relativa à Função COMUNICAÇÕES em 1972, que corresponde a uma extraordinária participação da referida Função no total da Despesa da União, que teria sido da ordem de 3% (três por cento).

Cumpre-nos ressaltar que os recursos mais expressivos para a Função COMUNICAÇÕES, advirão do Fundo Nacional de Desenvolvimento e Encargos Gerais da União, assim explicitados:

Fundo Nacional de Desenvolvimento:

— Participação da União no capital da TELEBRAS 1.422.000.000,00

Encargos Gerais da União:

— Implantação da Rede de Fiscalização das Telecomunicações 44.176.200,00

— Participação da União no capital da Empresa Brasileira de Radiodifusão 30.000.000,00

— Participação da União no capital da TELEBRAS 101.323.800,00

Total 1.597.500.000,00

Em se tratando da previsão de encargos da União para com a futura Empresa Brasileira de Radiodifusão, e levando-se em conta que o Projeto não classificou a despesa como participação societária — pois que a empresa ainda não foi constituída legalmente — conclui-se, obviamente, que se trata de medida dinâmica do Governo, a fim de que, de imediato, a aludida empresa funcione no exercício de suas primordiais finalidades.

Os recursos financeiros do Fundo Nacional de Desenvolvimento, destinados à TELEBRÁS, são vinculados e se originam das sobretarifas arrecadadas pelo Fundo Nacional de Telecomunicações. Essas Sobretarifas incidem sobre as tarifas de todas as empresas de telecomunicações do País, subsidiárias ou associadas, da seguinte forma:

— Para a quota de Previdência (INPS):

15% sobre:

- Assinatura
- Serviço Medido
- Serviços Especiais

— Para o Fundo Nacional de Telecomunicações:

20% sobre:

- Assinatura
- Serviço Medido
- Serviços Especiais

30% sobre:

- Interurbanos.

Esses recursos (FNT) se desvincularão até o limite de 50%, de conformidade com a Lei n.º 8.093, de 29-8-74. Os 50% retidos pelo FND passarão a ser aplicados em projetos especiais na área de telecomunicações.

Não foi possível a obtenção do detalhamento da alocação dos recursos da TELEBRÁS, visto que a empresa holding selecionará os projetos de investimentos das subsidiárias ou associadas, consoante as prioridades do Governo Federal.

O quadro a seguir registra a evolução da despesa do setor, à conta de Recursos do Tesouro:

Função: COMUNICAÇÕES
Evolução da Despesa à Conta de Recursos do Tesouro

Orgãos	Cr\$ 1,00			
	1972	1973	1974	1975
Ministério da Aeronáutica	2.252.500	4.380.000	3.500.000	—
Ministério das Comunicações	381.383.000	448.562.100	519.706.800	662.532.100
Ministério do Exército	2.500.000	3.167.900	6.000.000	—
Ministério da Fazenda	—	—	—	41.204.000
Ministério da Marinha	—	4.651.900	5.304.000	—
Encargos Gerais da União	—	200.000.000	110.000.000	175.500.000
Fundo Nacional de Desenvolvimento	—	—	—	1.422.000.000
TOTAL	386.136.000	660.761.900	644.510.800	2.301.236.100

Fonte: Orçamentos da União.

Justifica-se a ausência, em 1975, dos Ministérios militares na Função Comunicações, conforme o quadro anterior, pelo fato de que suas atividades foram consideradas pela SEPLAN como atividades-meio, pelo que aparecem no Orçamento da União classificadas na Função Defesa Nacional e Segurança Pública.

Destarte, a política brasileira de Comunicações partiu, resolutamente, para o estabelecimento de uma infra-estrutura de dimensões satisfatórias, como suporte do desenvolvimento sócio-econômico do País, seja em termos nacionais ou internacionais.

Examinando o Subanexo que nos foi distribuído, constatamos que o Ministério das Comunicações, para fazer face às suas despesas, contará com recursos do Tesouro no total de Cr\$ 662.532.100,00, distribuídos pelas seguintes unidades orçamentárias:

	Cr\$
Gabinete do Ministro	6.555.100,00
Secretaria-Geral	12.208.700,00
Secretaria-Geral — Entidades Supervisionadas	581.523.000,00
Inspetoria-Geral de Finanças	4.118.000,00
Divisão de Segurança e Informações	2.760.200,00
Departamento de Administração	13.980.000,00
Departamento Nacional de Telecomunicações	37.470.200,00
Departamento do Pessoal	3.916.900,00
TOTAL	662.532.100,00

De acordo com o seu programa de trabalho, o Ministério das Comunicações, em 1975, despendará seus recursos em projetos e atividades, da seguinte forma:

	Cr\$
Despesas com Projetos	77.243.600,00
Despesas com Atividades	585.288.500,00
TOTAL	662.532.100,00

Já quanto à natureza da despesa, a aplicação será a seguinte:

Em Despesas Correntes	578.173.100,00
Em Despesas de Capital	84.359.000,00
TOTAL	662.532.100,00

As unidades orçamentárias do Ministério das Comunicações, como um todo, executarão o seguinte programa de trabalho:

1400 - MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES		PROGRAMA DE TRABALHO		RECURSOS DO TESOURO: RECURSOS ORDINÁRIOS E VINCULADOS	
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL	
	COMUNICAÇÕES			662.532.100	
	ADMINISTRAÇÃO			74.452.000	
	SUPERVISÃO E COORDENAÇÃO SUPERIOR			6.555.100	
1400.05270202.001	ASSESSORAMENTO SUPERIOR		6.555.100		
	ADMINISTRAÇÃO GERAL			17.896.900	
1400.05270211.004	INSTALAÇÕES TELEFÔNICAS	126.000			
1400.05270211.009	AMPLIAÇÃO DA PARADA E INSTALAÇÃO DE OFICINAS	500.000			
1400.05270212.010	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL		16.270.900		
1400.05270212.026	MANUTENÇÃO DE RESIDÊNCIAS OFICIAIS		1.000.000		
	GESTÃO FINANCEIRA			4.118.000	
	CONTROLE INTERNO			4.118.000	
1400.05080322.011	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA, CONTABILIDADE E AUDITORIA		4.118.000		
	PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL			12.208.100	
	PLANEJAMENTO E ORÇAMENTAÇÃO SETORIAL			11.052.300	
1400.05290412.005	COORDENAÇÃO DO PLANEJAMENTO		11.052.300		
	COOPERAÇÃO INTERNACIONAL			1.156.400	
1400.05290412.038	PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS		1.156.400		
	COMUNICAÇÕES POSTAIS			281.523.000	
	ADMINISTRAÇÃO GERAL			223.009.000	
1400.05210211.816	PROJETOS A CARGO DA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS	9.027.000			
1400.05210212.816	ATIVIDADES A CARGO DA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS		213.982.000		
	SERVIÇO POSTAL CONVENCIONAL			354.136.000	
1400.05211271.816	PROJETOS A CARGO DA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS	53.000.000			
1400.05211272.816	ATIVIDADES A CARGO DA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS		301.136.000		
	SERVIÇO POSTAL ESPECIAL			2.400.000	
1400.05211281.816	PROJETOS A CARGO DA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS	2.400.000			
	TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS			1.978.000	
1400.05212171.816	PROJETOS A CARGO DA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS	1.978.000			
	TELECOMUNICAÇÕES			37.470.200	
	ADMINISTRAÇÃO GERAL			37.281.400	
1400.05220211.050	* IMPLANTACAO DA REDE DE FISCALIZACAO DAS TELECOMUNICACOES	10.023.800			
1400.05220212.073	COORDENACAO E FISCALIZACAO DOS SERVICOS DE TELECOMUNICACOES		27.257.600		
	ORGANIZACAO E MODERNIZACAO ADMINISTRATIVA			188.800	
1400.05220431.051	IMPLANTACAO DO CADASTRO DE TELECOMUNICACOES	188.800			
	SERVICOS ESPECIAIS DE SEGURANCA			2.760.200	
	SERVICOS DE INFORMACOES E CONTRA-INFORMACOES			2.760.200	
1400.05291492.003	ASSESSORAMENTO RELACIONADO A SEGURANCA NACIONAL		2.760.200		
* RECURSOS VINCULADOS		77.243.600	585.288.500	662.532.100	

A evolução da despesa do Ministério das Comunicações, por unidades orçamentárias, assumiu o seguinte comportamento:

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
EVOLUÇÃO DA DESPESA, POR UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

Cr\$ 1,00

Unidades Orçamentárias	1972	1973	1974	1975	Ano-Base 1972 %
Gabinete do Ministro	3.026.300	4.273.500	5.484.700	6.555.100	116,6
Secretaria-Geral	5.035.000	9.715.000	10.651.000	12.208.700	142,5
Secretaria-Geral — Entidades Supervisionadas	362.852.600	422.695.000	485.583.300	581.523.000	60,2
Inspetoria-Geral de Finanças	1.229.300	2.174.100	3.439.800	4.118.000	234,9
Divisão de Segurança e Informa- ções	1.201.700	1.594.400	2.308.700	2.760.200	129,6
Departamento de Administração	3.924.700	9.806.500	11.082.000	13.980.000	256,2
Departamento Nacional de Tele- comunicações	18.530.400	25.867.100	33.143.500	37.470.200	102,2
Departamento do Pessoal	—	2.364.200	3.275.300	3.916.900	65,67 (1973)
TOTAL	395.800.000	478.289.800	554.968.300	662.532.100	67,4

Fonte: Orçamentos da União.

Deduz-se, do quadro acima apresentado, que o incremento da despesa evidencia, obviamente, a continuada fase de estruturação do Ministério das Comunicações, face às novas exigências sociais resultantes do necessário desenvolvimento da política brasileira de Comunicações.

O Departamento Nacional de Telecomunicações, um dos órgãos centrais de direção superior do Ministério das Comunicações, tem como atividade precípua a fiscalização das telecomunicações em todo o país, de suma importância para o desenvolvimento equilibrado do setor.

O DENTEL muito tem concorrido para a regulamentação das telecomunicações no Brasil, sob a égide da Lei n.º 4.117, de 1962 e do Decreto-lei n.º 236, de 1967. O esforço para a fiscalização das telecomunicações tem sido titânico, principalmente considerando-se que o Direito de Telecomunicações é matéria nova, ainda ausente do curriculum das faculdades e carentes de obras doutrinárias em nosso idioma.

O DENTEL foi contemplado com recursos da ordem de Cr\$ 3.470.200,00, — que achamos até irrisórios — face à demanda de mão-de-obra para a execução de seus empreendimentos. Para se ter uma idéia do que seja a dimensão da área de fiscalização das telecomunicações, basta-nos citar que, atualmente, no Brasil, existem 1.162 emissoras de radiodifusão sonora e 75 emissoras de radiodifusão de sons e imagens (TV), cadastradas no DENTEL, conforme a seguinte relação fornecida pelo Departamento de Fiscalização daquele órgão:

EMISSORAS DE RADIODIFUSÃO DO BRASIL:

Onda Média Nacional	23
Onda Tropical	101
Onda Média Regional	289
Onda Curta	56
Onda Média Local	583
Frequência Modulada	110
Total	1.162

EMISSORAS DE RADIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS (TV) DO BRASIL:

Em Operação	61
Em fase de instalação	14
Total	75

EMISSORAS DE RADIODIFUSÃO SONORA DO BRASIL

Onda Média Nacional

Ceará	1
Pernambuco	3
Bahia	1
Minas Gerais	2
Rio de Janeiro	6
Guanabara	1
São Paulo	4
Paraná	2
Rio Grande do Sul	3
Subtotal	23

Onda Tropical

Roraima	1
Acre	1
Amazonas	5
Pará	5
Amapá	2
Maranhão	4
Piauí	4
Ceará	6
Rio Grande do Norte	3
Paraíba	2
Pernambuco	3
Alagoas	3
Sergipe	1
Bahia	3
Minas Gerais	12
Espírito Santo	3
Rio de Janeiro	6
Guanabara	7
São Paulo	21
Paraná	2
Mato Grosso	4
Goiás	3
Subtotal	101

Onda Média Local

Rondônia	1
Acre	1
Amazonas	4
Pará	2
Amapá	2
Piauí	2
Ceará	7
Rio Grande do Norte	1
Paraíba	1
Pernambuco	6
Alagoas	3
Sergipe	2
Bahia	16
Minas Gerais	80
Espírito Santo	3
Rio de Janeiro	26
Guanabara	1
São Paulo	170
Paraná	76
Santa Catarina	51
Rio Grande do Sul	93
Mato Grosso	12
Goiás	23
Subtotal	583

Onda Média Regional

Rondônia	1
Acre	1
Amazonas	5
Pará	6
Amapá	1
Maranhão	5
Piauí	3
Ceará	16
Rio Grande do Norte	10
Paraíba	9
Pernambuco	12
Alagoas	4
Sergipe	3
Bahia	12
Minas Gerais	33
Espírito Santo	5
Rio de Janeiro	9
Guanabara	13
São Paulo	48
Paraná	18
Santa Catarina	17
Rio Grande do Sul	34
Mato Grosso	8
Goiás	10
Distrito Federal	6
Subtotal	289

Frequência Modulada

Amazonas	1
Bahia	2
Minas Gerais	12
Rio de Janeiro	3
Guanabara	11
São Paulo	48
Paraná	10
Santa Catarina	5
Rio Grande do Sul	14
Goiás	3
Distrito Federal	1
Subtotal	110

Total de emissoras de radiodifusão sonora em todo o Brasil... 1.162 (mil, cento e sessenta e duas)

EMISSIONAS DE RADIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS (TV) DO BRASIL**Em Operação**

Amazonas	4
Pará	2
Maranhão	1
Piauí	1
Ceará	2
Paraíba	1
Pernambuco	4
Sergipe	1
Salvador	2
Minas Gerais	7
Guanabara	3
São Paulo	8
Paraná	6
Santa Catarina	2
Rio Grande do Sul	8
Mato Grosso	3
Goiás	1
Distrito Federal	4
Rondônia	1

Total 61

Onda Curta

Amazonas	2
Pará	1
Maranhão	2
Ceará	1
Pernambuco	2
Bahia	2
Minas Gerais	4
Guanabara	11
São Paulo	14
Paraná	6
Santa Catarina	2
Rio Grande do Sul	4
Goiás	3
Distrito Federal	2
Subtotal	56

Em Fase de Instalação

Cr\$

Acre	1	— Atividades de coordenação e fiscalização dos serviços de telecomunicações	27.257.600,00
Ceará	2		
Rio Grande do Norte	1		
Alagoas	1	TOTAL	37.470.200,00
Sergipe	1		
Rio de Janeiro	1		
Guanabara	2		
São Paulo	1		
Paraná	1		
Rio Grande do Sul	3		
Total	14		
TOTAL GERAL	75		

O DENTEL aplicará seus recursos da seguinte forma:

Cr\$

— Projeto de implantação da rede de fiscalização das telecomunicações	10.023.800,00
— Projeto de implantação do cadastro de telecomunicações	188.800,00

Para o projeto de implantação da rede de fiscalização das telecomunicações, o DENTEL contará, já incluídos naquele total, com recursos vinculados no montante de Cr\$ 8.200.000,00, que correspondem ao recolhimento da taxa de fiscalização de telecomunicações.

Tal é a importância da fiscalização das telecomunicações, que o Governo Federal, à conta dos Encargos Gerais da União, sob a supervisão da Presidência da República e Secretaria de Planejamento da Presidência da República, alocou, ainda, para a referida área, a importância de Cr\$ 44.176.200,00 para investimentos substanciais.

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos — única entidade supervisionada pelo Ministério das Comunicações — aplicará seus recursos orçamentários da seguinte forma:

4400 - MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - ENTIDADES SUPERVISIONADAS		RECURSOS DO TESOURO		
4401 - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS		RECURSOS ORDINÁRIOS		
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	COMUNICAÇÕES			581.523.000
	COMUNICAÇÕES POSTAIS			581.523.000
	ADMINISTRAÇÃO GERAL			218.009.000
4401.05210211.058	IMPLEMENTAÇÃO DA MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	4.027.000		
4401.05210212.013	COORDENAÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		210.982.000	
4401.05210212.074	CONSERVAÇÃO E ADAPTAÇÃO DE IMÓVEIS		3.000.000	
	EDIFÍCIOS PÚBLICOS			5.000.000
4401.05210251.538	PRÉDIOS PARA APOIO AO TRÁFEGO POSTAL	5.000.000		
	SERVIÇO POSTAL CONVENCIONAL			354.136.000
4401.05211271.052	EQUIPAMENTO DO SERVIÇO POSTAL CONVENCIONAL	23.200.000		
4401.05211271.054	INSTALAÇÃO DE AGÊNCIAS POSTAIS	1.600.000		
4401.05211271.055	INSTALAÇÃO DE CENTROS OPERACIONAIS DE TRÁFEGO POSTAL	2.000.000		
4401.05211271.056	MODERNIZAÇÃO DO SERVIÇO POSTAL NA ÁREA METROPOLITANA DO GRANDE RIO	16.200.000		
4401.05211271.057	MODERNIZAÇÃO DO SERVIÇO POSTAL NA ÁREA METROPOLITANA DO GRANDE SÃO PAULO	10.600.000		
4401.05211272.075	MANUTENÇÃO DO SERVIÇO POSTAL CONVENCIONAL		301.136.000	
	SERVIÇO POSTAL ESPECIAL			2.400.000
4401.05211281.062	APRIMORAMENTO DO SERVIÇO DE CORRESPONDÊNCIA AGRUPADA	2.400.000		
	TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS			1.978.000
4401.05212171.053	CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE TREINAMENTO DE PESSOAL DO SERVIÇO POSTAL	1.978.000		
TOTAL		66.405.000	515.128.000	581.523.000

Com a recente elevação das tarifas postais e telegráficas, acredita-se que a referida empresa pública minimizará seu déficit operacional, embora se conhe-

ça o fato de que seus custos são uma resultante inflacionária com reflexos nos insumos necessários à produção daqueles serviços públicos especiais.

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos conta com recursos próprios, para fazer face às suas crescentes despesas operacionais. Damos, à guisa de es-

clarecimento, um quadro relativo ao comportamento da receita, da despesa e dos índices deficitários da ECT, nos anos de 1970 a 1973:

Cr\$ 1.000,00				
Ano	Receita Própria	Despesa	"Deficit" de Exploração	Índice do "Deficit"
1970	161.201	391.855	230.654	143,08
1971	256.002	525.960	269.958	105,45
1972	367.620	671.402	303.782	82,63
1973	674.784	823.820	149.036	22,08

Fonte: Relatório da ECT (1973)

No desempenho de suas atividades, que devem ser exercidas sem fins lucrativos, a ECT está limitada a só exigir de seus usuários a taxa estritamente indispensável à manutenção dos serviços que presta. Daí resulta a imposição de um equilíbrio financeiro, que deverá ser conseguido através da maior eficiência administrativa e operacional, capazes de restringir o custo dos serviços àquele mínimo indispensável a que deverá corresponder a taxa de retribuição, tendo em vista o caráter social da empresa pública. A verdade

é que a ECT ainda não conseguiu estabelecer o equilíbrio financeiro desejado, malgrado todo o esforço desenvolvido, o que torna indispensável o auxílio financeiro da União, a qual será desonerada tão logo a ECT consiga aquele desiderato.

Ressalte-se que os auxílios financeiros à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, embora crescentes em valores absolutos, não o são em valores relativos, conforme demonstrado, a título de elucidação, pelo quadro abaixo, relativo ao período de 1970 a 1973:

COMPARATIVO ENTRE A SUBVENÇÃO FEDERAL E A RECEITA DE EXPLORAÇÃO DA ECT

Cr\$ 1.000,00

Ano (1)	Despesa (2)	Subvenção da União (3)	Receita de Exploração (4)	Índice de Relatividade 3:4
1970	391.855	257.610	161.201	1,59
1971	525.960	311.730	256.002	1,21
1972	671.402	382.943	367.620	1,04
1973	823.820	371.100	674.784	0,54

Fonte: Relatório da ECT (1973)

No comparativo acima apresentado, as subvenções da União não foram registradas a preços constantes, mas sofreram variações originadas dos índices inflacionários.

A ECT, empresa pública autônoma, realiza investimentos através de projetos prioritários, levando em consideração as necessidades sociais, a intensa demanda dos centros mais populosos e os diferentes níveis de retorno das regiões.

Em 1975, absorverá a totalidade de seus recursos orçamentários, que serão de Cr\$ 581.523.000,00, as seguintes atividades e projetos:

Cr\$		Cr\$	
— Atividades de coordenação dos serviços administrativos	210.982.000,00	— Projeto de implementação da modernização administrativa	4.027.000,00
— Atividades de manutenção do serviço postal	301.136.000,00	— Projeto de Prédios para apoio ao tráfego postal	5.000.000,00
— Atividade de coordenação e adaptação de imóveis	3.000.000,00	— Projeto de Equipamento do Serviço Postal Convencional	23.200.000,00
Total das atividades	515.118.000,00	— Projeto de Instalação de Agências Postais	1.000.000,00
		— Projeto de Instalações de Centros Operacionais de Tráfego Postal ..	2.000.000,00
		— Projeto Grande Rio	16.200.000,00
		— Projeto Grande São Paulo	10.600.000,00
		— Aprimoramento do serviço de correspondência agrupada	2.400.000,00
		— Construção do Centro de Treinamento de Pessoal do Serviço Postal ..	1.978.000,00
		Total dos Projetos	66.405.000,00

As atividades da ECT, constantes do Projeto de Orçamento da União para 1975, absorverão 88,6% dos seus recursos orçamentários.

Ao Subanexo que temos a grata satisfação de relatar foram apresentadas 265 Emendas, destacando verbas para construção de prédios destinados ao tráfego postal, instalação e ampliação de agências postais, nos Estados e regiões representados pelos digníssimos Parlamentares, conforme a seguinte relação:

Deputado José Carlos Fonseca (Espírito Santo) — Emenda n.º 1;

Deputado Fernando Cunha (Goiás) — Emendas n.ºs 2 a 8;

Senador Osires Teixeira (Goiás) — Emendas n.ºs 9 a 226;

Deputado Alcyr Pimenta (Guanabara) — Emendas n.ºs 227 a 228;

Deputado Edyl Ferraz (Mato Grosso) — Emenda n.º 229;

Deputado Lauro Leitão (Rio Grande do Sul) — Emendas n.ºs 230 a 265.

Louvamos a iniciativa dos nobres parlamentares que apresentaram Emendas destacando recursos para aquelas finalidades, pois que ditas proposições refletem, realmente, o conhecimento, in loco, das aspirações das mais diversas comunidades sociais.

Lamentamos, entretanto, ter de considerar as referidas Emendas inoportunas e prejudicadas, pelos seguintes fatos:

a) A ECT, com sua autonomia financeira e administrativa, elaborou, a nível nacional, um programa de trabalho, como consta do Orçamento, sem detalhar projetos, conforme faculdade concedida pela SEPLAN nas instruções para elaboração das propostas. Acresce que, somando-se a receita própria e determinando-se os déficits operacionais ao final do exercício financeiro, a empresa fará estudos imediatos sobre a aplicabilidade maior ou menor de recursos, atendendo-se, acima de tudo, a meta prioritária do Governo Federal que, como já frisamos, visa ao estágio de auto-suficiência da ECT, razão pela qual a empresa está investindo mais em áreas de maior demanda e que proporcionam melhores receitas a curto prazo, e isto, obviamente, sem deixar de atender às mínimas exigências sociais do resto do País;

b) Tomando como premissa os fatos expostos no item anterior, a ECT ainda detalhará os projetos apresentados, cuja execução da despesa será submetida à aprovação do Ministério das Comunicações;

c) Os destaques para outras despesas de instalações ou melhoramentos de agências postais implicariam em iniciar obra sem haver o correspondente projeto já aprovado para a sua execução, conforme consta do rol de proibições da Lei n.º 4.320, de 17-3-64, em seu artigo 33, item b, verbis: "conceder dotação para início de obra cujo projeto não esteja aprovado pelos órgãos competentes".

A vista do exposto, manifestamo-nos pela rejeição das Emendas apresentadas, de n.ºs 1 a 265. Outrossim, solicitamos que a Presidência da Comissão Mista de Orçamento se digne enviar as referidas Emendas ao Ministério das Comunicações, para servirem de subsídios à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Manifestamo-nos, finalmente, pela aprovação do Projeto na parte referente ao Subanexo 1400 — Ministério das Comunicações.

Sala da Comissão Mista de Orçamento, em 1.º de outubro de 1974. — Deputado Adhemar de Barros Filho, Presidente — Deputado Monteiro de Barros, Relator — Senador Alexandre Costa — Senador Carlos Lindenberg — Senador Cattete Pinheiro — Senador Dinarte Mariz — Senador Eurico Rezende — Senador Fernando Corrêa — Senador Renato Franco — Senador João Cleofas — Senador Lourival Baptista — Senador Magalhães Pinto — Senador Guido Mondin — Deputado Américo Brasil — Deputado Arthur Santos — Deputado Cantídio Sampaio — Deputado Daniel Faraço — Deputado Geraldo Freire — Deputado Helbert dos Santos — Deputado Hugo Aguiar — Deputado Márcio Paes — Deputado Nogueira de Rezende — Deputado Oswaldo Zanillo — Deputado Parente Frota — Deputado Parsifal Barroso — Deputado Paulino Cicero — Deputado Paulo Alberto — Deputado Pinheiro Machado — Deputado Raimundo Diniz — Deputado Sílvio Lopes — Deputado Vasco Neto — Deputado Joel Ferreira — Deputado Padre Nobre — Deputado Renato Azeredo — Deputado José Camargo — Deputado Josias Gomes — Deputado Ruydalmeida Barbosa.

PARECER Nº 61-N, DE 1974-CN

Da Comissão Mista de Orçamento, sobre o Projeto de Lei n.º 5, de 1974 (CN), que "estima a Receita e fixa a Despesa da União para o Exercício Financeiro de 1975" — Poder Executivo — Ministério da Indústria e do Comércio.

Relator: Senador Alexandre Costa.

O Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional, no prazo estabelecido pelo art. 66, da Constituição, Projeto de Lei do Orçamento da União para o Exercício Financeiro de 1975, acompanhado dos anexos I, II e III, correspondentes à Receita, Despesa e Programação a cargo das Entidades Supervisionadas e do Governo do Distrito Federal.

2. A Mensagem presidencial, encaminhadora do Projeto, ressalta que a presente proposta orçamentária prevê déficit nulo, sem aumento de impostos. O nível da receita estimada e da despesa programada é de Cr\$ 90.247.261.000,00 (noventa bilhões, duzentos e quarenta e sete milhões, duzentos e sessenta e um mil cruzeiros), excluídas as receitas próprias dos órgãos da administração indireta.

3. Esclarece, ainda, o texto da Mensagem que a presente proposta orçamentária foi elaborada em consonância com o projeto do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento.

4. O Ministério da Indústria e do Comércio, cujo anexo relataremos, foi criado pela Lei n.º 3.782, de 1960, que desdobrou o Ministério do Trabalho.

5. Pelo Decreto-lei n.º 200, de 1967, que dispõe sobre a organização da Administração Federal, os assuntos que constituem a área de competência do Ministério em referência são os seguintes:

- I — Desenvolvimento Industrial e comercial;
- II — Comércio exterior;
- III — Seguros privados e capitalização;
- IV — Propriedade industrial, registro do comércio, legislação metrológica;
- V — Turismo;
- VI — Pesquisa e experimentação tecnológica.

6. Para o desempenho de suas diferentes atribuições, o Ministério da Indústria e do Comércio

dispõe do seguinte elenco de órgãos de administração direta (Decreto n.º 72.632, de 16 de agosto de 1973):

I — Órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado:

- a) Gabinete do Ministro;
 - b) Consultoria Jurídica;
 - c) Coordenação de Relações Públicas;
 - d) Divisão de Segurança e Informações.
- II — Conselhos e Comissões Interministeriais:
- a) Conselho de Desenvolvimento Comercial;
 - b) Conselho de Desenvolvimento Industrial;
 - c) Conselho Interministerial de Preços;
 - d) Conselho Nacional da Borracha;
 - e) Conselho Nacional do Comércio Exterior;
 - f) Conselho Nacional da Indústria Siderúrgica;
 - g) Conselho Nacional de Seguros Privados;
 - h) Conselho Nacional de Turismo;
 - i) Comissão Executiva do Sal.

III — Órgãos centrais de planejamento, coordenação e controle financeiro:

- a) Secretaria-Geral;
- b) Inspeção-Geral de Finanças.

IV — Órgãos setoriais de planejamento e coordenação:

- a) Secretaria de Administração;
 - b) Secretariade Coordenação;
 - c) Secretaria de Estudos e Informações Técnico-Econômicas;
 - d) Secretaria de Planos e Orçamentos;
 - e) Secretaria de Tecnologia Industrial.
- V — Órgãos centrais de direção superior:
- a) Instituto Nacional de Pesos e Medidas;
 - b) Instituto Nacional de Tecnologia;
 - c) Departamento Nacional de Registro do Comércio;
 - d) Departamento do Pessoal;

e) Departamento de Serviços Gerais.

7. Relacionaremos em prosseguimento as entidades da Administração Indireta subordinadas ao Ministério da Indústria e do Comércio. São elas:

I — Autarquias:

- a) Instituto do Açúcar e do Alcool;
 - b) Instituto Brasileiro do Café;
 - c) Instituto Nacional da Propriedade Industrial;
 - d) Superintendência da Borracha;
 - e) Superintendência de Seguros Privados.
- II — Empresa Pública:
- Empresa Brasileira de Turismo.
- III — Sociedades de Economia Mista:
- a) Aços Finos Piratini S. A.;
 - b) Companhia Nacional de Alcaçis;
 - c) Companhia Siderúrgica Nacional;
 - d) Instituto de Resseguros do Brasil;
 - e) Siderúrgica Brasileira S. A.

Mencione-se, ainda, a Fundação "Museu do Café", sujeita à supervisão do MIC, nos termos do que dispõem os artigos 19 e 28 do já citado Decreto-lei ... n.º 200.

8. O Projeto de Orçamento da União para o exercício de 1975 consigna para o Ministério da Indústria e do Comércio uma despesa de Cr\$ 107.350.000,00 (cento e sete milhões, trezentos e cinquenta mil cruzeiros), que corresponde a 0,12% da despesa parcial. Aquela que será realizada com recursos do Tesouro, porque, também, existe uma despesa prevista à conta de outras fontes de Entidades da Administração direta e indireta, autônomas e fundações, no valor de Cr\$ 192.726.000,00 (cento e noventa e dois milhões setecentos e vinte e seis mil cruzeiros). A despesa global será, portanto, nos termos da proposta, de Cr\$ 300.076.000,00 (trezentos milhões e setenta e seis mil cruzeiros), representando sobre o montante das despesas previstas para a União, no período, um percentual de 0,33.

9. Quanto à destinação de recursos por Categorias Econômicas, temos a seguinte distribuição:

QUADRO I

	1971		1972		1973		1974		(Proposta) 1975	
	Valores	Índice	Valores	Índice	Valores	Índice	Valores	Índice	Valores	Índice
Despesas										
Correntes . .	59.822.584	100,0	62.824.919	105,0	69.057.549	115,4	61.000.114	101,9	99.791.000	166,8
Despesas										
de Capital . .	14.184.496	100,0	10.382.160	73,1	5.586.060	39,3	3.929.856	27,7	7.559.000	53,2
Total geral .	74.007.080	100,0	73.207.079	98,9	74.643.609	100,8	64.929.970	87,7	107.350.000	145,0

10. Pelo exame do quadro acima, verifica-se ter havido pequena oscilação nos montantes anuais das chamadas **Despesas Correntes** no período 1971/1974. No item **Despesas de Capital** observa-se, no mesmo período, uma tendência acentuada para o declínio. Todavia, na proposta orçamentária para 1975, pode ser consultada a elevação dos dois montantes. Tomando-se por base 1974, as Despesas Correntes irão crescer em 63,59% e as de Capital em 92,35.

11. Quanto ao primeiro fato, isto é, à estabilidade dos níveis de recursos destinados às **Despesas Correntes**, poder-se-á dizer que ele seria explicado pela própria orientação, seguida pelo Governo da União, no período em referência — na linha de uma orientação adotada desde 1964 — no que diz respeito à racionalização do serviço público, com redução progressiva do pessoal estatutário; elevação da produtividade dos órgãos, através de programas de treinamento de servidores e progressiva eliminação dos gastos supérfluos de qualquer natureza.

12. Com referência à diminuição constante das dotações para **Despesas de Capital**, até 1974, ela decorre da política de descentralização, implantada através do Decreto-Lei n.º 200, de 1967. A descentralização operou-se, não apenas dentro da própria administração direta, mas, através de um deslocamento de atribuições dessa para a área, amplificada, da administração indireta. Deve ser ressaltada, inclusive, a alta positividade desse aspecto.

13. A mudança de tendência verificada entre o montante de recursos alocados ao MIC, no corrente exercício, e a prevista para o exercício de 1975 — encontra fácil e óbvia explicação na própria alteração do quadro econômico mundial, sob o impacto das recentes e perturbadoras elevações do preço do petróleo e a conseqüente repercussão disso em todos os demais preços e, ainda, no próprio sistema monetário (comprometido pela crise do dólar). Vive-se, hoje, como todos o sabem, mas é oportuno repetir, na grave conjuntura de uma crise econômica mundial.

14. As despesas por **Função e Programa** estão assim relacionadas:

QUADRO II DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÃO E PROGRAMA

Cr\$ 1,00
(Preços Correntes)

Funções / Programas	Valores	%
INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	107.350.000	100,00
Administração	40.389.700	37,62
Gestão Financeira	2.791.000	2,60
Planejamento Governamental	7.017.200	6,54
Ciência e Tecnologia	8.170.200	7,61
Serviços Especiais de Segurança	1.154.500	1,08
Indústria	7.815.900	7,28
Comércio	1.380.000	1,29
Serviços Financeiros	312.100	0,29
Turismo	563.000	0,52
Normalização e Fiscalização da Atividade Empresarial	37.756.400	35,17
TOTAL	107.350.000	100,00

15. A classificação funcional-programática foi adotada através da Portaria n.º 9, de 28 de janeiro de 1974, do Ministro de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. Essa Portaria.

“atualiza a discriminação da despesa por funções de que tratam o inciso I, do § 1.º, do artigo 2.º e § 2.º do artigo 8.º, ambos da Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1974, e estabelece normas para o seu desdobramento”.

16. Trata-se de uma sistemática nova, ausente do Orçamento de 1974, não havendo, assim, a possibilidade de análise comparativa, observada a nomenclatura do Quadro II, com o que se destinou para idênticos fins no Orçamento vigente neste exercício. Ressalte-se, não obstante, a expressão dos recursos consignados ao item **Ciência e Tecnologia**, indicativa da ênfase que se está dando na área da Secretaria de Estado em referência, às ações que visam ao incentivo da pesquisa científica e à criação de uma tecnologia nacional — que nos libere, em breve, da onerosa utilização de patentes estrangeiras.

17. Incluímos, ainda, outros quadros veiculadores de informações diversas, também úteis ao enfoque da matéria encaminhada.

LEGISLAÇÃO

RESOLUÇÃO

PROPOSTA DE LEI

LEGISLAÇÃO

PROPOSTA DE LEI

PROPOSTA DE LEI

Quadro III

FUNÇÃO E ÓRGÃO	1971		1972		1973		1974		1975	
	VALORES	%	VALORES	%	VALORES	%	VALORES	%	VALORES	%
GOV. FEDERAL	2.110.000.000	0,32	3.200.000.000	0,32	3.110.000.000	0,32	3.550.000.000	0,32	4.000.000.000	0,32
Ministério da Economia	115.424.000	0,51	115.916.000	0,36	115.700.000	0,36	126.572.000	0,32	131.570.000	0,32
Ministério da Fazenda	81.450.000	0,38	10.100.000	0,32	100.000.000	0,32	135.000.000	0,32	222.790.000	0,32
Ministério do Trabalho e Previdência	15.000.000	0,10	20.400.000	0,09	36.821.500	0,13	77.024.500	0,13	123.704.000	0,13
GOV. ESTADUAIS	2.200.000.000	1,12	2.200.000.000	1,01	2.200.000.000	1,00	2.200.000.000	0,85	2.200.000.000	0,77
Ministério da Saúde	10.000.000	0,06	10.000.000	0,06	10.000.000	0,06	10.000.000	0,06	10.000.000	0,06
Ministério da Educação	10.000.000	0,06	10.000.000	0,06	10.000.000	0,06	10.000.000	0,06	10.000.000	0,06
Ministério da Cultura	10.000.000	0,06	10.000.000	0,06	10.000.000	0,06	10.000.000	0,06	10.000.000	0,06
Ministério da Justiça	10.000.000	0,06	10.000.000	0,06	10.000.000	0,06	10.000.000	0,06	10.000.000	0,06
Ministério da Defesa	10.000.000	0,06	10.000.000	0,06	10.000.000	0,06	10.000.000	0,06	10.000.000	0,06
Ministério da Ciência e Tecnologia	10.000.000	0,06	10.000.000	0,06	10.000.000	0,06	10.000.000	0,06	10.000.000	0,06
GOV. MUNICIPAIS	2.200.000.000	1,12	2.200.000.000	1,01	2.200.000.000	1,00	2.200.000.000	0,85	2.200.000.000	0,77
Ministério da Saúde	10.000.000	0,06	10.000.000	0,06	10.000.000	0,06	10.000.000	0,06	10.000.000	0,06
Ministério da Educação	10.000.000	0,06	10.000.000	0,06	10.000.000	0,06	10.000.000	0,06	10.000.000	0,06
Ministério da Cultura	10.000.000	0,06	10.000.000	0,06	10.000.000	0,06	10.000.000	0,06	10.000.000	0,06
Ministério da Justiça	10.000.000	0,06	10.000.000	0,06	10.000.000	0,06	10.000.000	0,06	10.000.000	0,06
Ministério da Defesa	10.000.000	0,06	10.000.000	0,06	10.000.000	0,06	10.000.000	0,06	10.000.000	0,06
Ministério da Ciência e Tecnologia	10.000.000	0,06	10.000.000	0,06	10.000.000	0,06	10.000.000	0,06	10.000.000	0,06
TOTAL GERAL	11.000.000.000	100	11.000.000.000	100	11.000.000.000	100	11.000.000.000	100	11.000.000.000	100

18. O Quadro III acima nos mostra, em números, o Orçamento da União — demonstrativo da despesa — a partir de 1971, permitindo-nos acompanhar a evolução das despesas globais autorizadas até o exercício de 1974 e previstas na proposta para o de 1975. E a particular posição do MIC nessa evolução é indicada exatamente no percentual que exprime a relação. Esse percentual é de 0,12 na Proposta para 1975, tendo atingido, apenas, a 0,02 nos orçamentos de 1972 e 1973 e 0,09 de 1974. Obser-

ve-se, ainda, nesse quadro, comparativamente, as dotações destinadas aos Ministérios que atuam diretamente na área econômica: Planejamento e Coordenação Geral; Fazenda; Transportes; Agricultura; Indústria e Comércio; Minas e Energia; e Interior. Considere-se, no caso, a extrema modéstia dos recursos atribuídos ao MIC, bem como a ausência de dotações para o Ministério do Planejamento sucedido, hoje, por uma Secretaria integrada no organograma da Presidência da República.

QUADRO IV
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

Cr\$ 1,00
(Preços Correntes)

Unidades Orçamentárias	Correntes	%	Capital	%	Total	%
Gabinete do Ministro	18.297.500	18,34	391.500	5,18	18.689.000	17,41
Secretaria Geral	6.927.200	6,94	90.000	1,19	7.017.200	6,54
Secretaria Geral — Órgãos Regionais da Indústria e do Comércio	7.280.000	7,30	160.000	2,12	7.440.000	6,93
Inspetoria Geral de Finanças	2.726.000	2,73	65.000	0,86	2.791.000	2,60
Divisão de Segurança e Informações	1.137.500	1,14	17.000	0,22	1.154.500	1,08
Consultoria Jurídica	986.000	0,99	25.500	0,34	1.011.500	0,91
Departamento de Serviços Gerais	13.234.000	13,26	690.000	9,13	13.924.000	12,97
Departamento Nacional de Registro do Comércio	4.398.500	4,41	110.000	1,46	4.508.500	4,20
Instituto Nacional de Tecnologia	6.705.200	6,72	360.000	4,76	7.065.200	6,58
Instituto Nacional de Pesos e Medidas	27.727.900	27,78	5.520.000	73,02	33.247.900	30,97
Departamento do Pessoal	8.017.400	8,03	80.000	1,06	8.097.400	7,54
Secretaria de Tecnologia Industrial	1.105.000	1,11	—	—	1.105.000	1,03
Secretaria de Administração	1.248.800	1,25	50.000	0,66	1.298.800	1,21
TOTAL	99.791.000	100,00	7.559.000	100,00	107.350.000	100,00

19. Este Quadro IV nos dá elementos para avaliar a participação de cada órgão da administração direta na aplicação dos recursos destinados à Secretaria de Estado de que são partes. Seus dados são de algum modo complementares aos do Quadro II, que relaciona as despesas por função e programa.

- 1800 — Ministério da Indústria e do Comércio
- 1801 — Gabinete do Ministro
- 11 — Indústria, Comércio e Serviços
- 62 — Indústria
- 346 — Promoção Industrial
- 1801.11623462.141 — Promoção e Orientação do Desenvolvimento Industrial

20. Ao projeto foi apresentado uma única Emenda nos seguintes termos:

Emenda n.º 1

Destaque-se:

Para realização da Feira de Calçados
de Franca (SP) 150.000

José Camargo

A propósito da Emenda do ilustre Deputado José Camargo cabe observar que o Conselho de Desenvolvimento Industrial, órgão diretamente vinculado ao Gabinete do Ministro, tem como atribuição precípua o estudo de projetos industriais, visando a concessão de benefícios fiscais. Não promove o Conselho, através de auxílio financeiro, a realização de feiras ou exposições industriais. Os recursos consignados na atividade "Promoção e orientação do desenvolvimento industrial" destinam-se ao custeio e manutenção do CDI.

21. Antes de considerarmos concluído o presente relatório existe um reparo a fazer. O Conselho Nacional da Indústria Siderúrgica, regulamentado pelo Decreto n.º 66.759, de 19 de junho de 1970, passou a denominar-se, pelo Decreto n.º 74.361, de 2 de agosto de 1974, Conselho de Não-Ferrosos e de Siderurgia, embora mantida a sigla sob a qual já era identificado: CONSIDER. Esse órgão passou, assim, a atuar nos campos dos não-ferrosos e da siderurgia, com as seguintes atribuições:

a) Formulação e Coordenação da política do desenvolvimento industrial;

b) Fixação de critérios para a concessão de incentivos governamentais;

c) Aprovação de projetos de implantação, expansão e modernização de empreendimentos industriais para efeito da concessão dos incentivos instituídos pelo Decreto-Lei n.º 1.137, de 7 de dezembro de 1970;

d) Estabelecimento de diretrizes gerais para a política comercial e financeira do setor controladas pela União;

e) Programação dos investimentos e coordenação do levantamento de recursos financeiros correspondentes; e

f) Execução e promoção, através de sua Secretaria Executiva, dos estudos necessários ao desenvolvimento setorial.

A alteração da denominação e dos campos de atuação, com a inclusão dos não-ferrosos aconteceu posteriormente ao término do processo de elaboração orçamentária e encontrou este mesmo processo já em fase de encaminhamento à Presidência da República, não havendo na época, possibilidade de retificação do título da atividade. Dentro da estrutura ministerial o CONSIDER está configurado como unidade administrativa, subordinada diretamente ao Gabinete do Ministro, tendo para si a consignação da dotação, vinculada à atividade 1801.11623462.141 — Coordenação da Política Siderúrgica. Existe, pois, necessidade de emenda corretiva ao Projeto alterando o título daquela atividade para 1801.11623462.142 — Coordenação da Política dos Não-Ferrosos e de Siderurgia, espelhando desta forma a efetiva atuação na nova área e na que lhe era atribuída até então.

22. Na linha das considerações desenvolvidas, antes de encerrarmos, cumpre-nos, ainda, fazer especial alusão ao papel de grande importância desempenhado pelo MIC, dentro da máquina do Governo. Tratando de assuntos compreendidos na área da Indústria e do Comércio, setores dentro dos quais se

processa o trabalho criador da riqueza material da Nação, sua eficiência estrutural e operacional tem muito a ver com o próprio sucesso de toda a política econômica em execução. O II PND, em vias de implantação, terá na ação do MIC, sem dúvida, como o I PND o teve, um de seus principais suportes.

Opinamos, pois, pela aprovação do Subanexo do Poder Executivo — Ministério da Indústria e do Comércio, nos termos da Proposta Orçamentária para 1975 enviada ao exame do Congresso Nacional; pela rejeição da Emenda n.º 1; e formulando ao Projeto a seguinte:

EMENDA DE REDAÇÃO N.º 1-R

Onde se lê (Código 1800.11623462.142):

"Coordenação da Política Siderúrgica"

Leia-se:

"Coordenação da Política dos Não-Ferrosos e de Siderurgia."

É o parecer.

Sala da Comissão Mista de Orçamento, em 2 de outubro de 1974. — Deputado Adhemar de Barros Filho, Presidente — Senador Alexandre Costa, Relator — Senador Carlos Lindenberg — Senador Cattete Pinheiro — Senador Dinarte Mariz — Senador Eurico Rezende — Senador Fernando Corrêa — Senador Renato Franco — Senador João Cleofas — Senador Lourival Baptista — Senador Magalhães Pinto — Senador Virgílio Távora — Senador Guido Mondin — Deputado Américo Brasil — Deputado Arthur Santos — Deputado Cantídio Sampaio — Deputado Daniel Faraco — Deputado Geraldo Freire — Deputado Helbert dos Santos — Deputado Hugo Aguiar — Deputado Márcio Paes — Deputado Monteiro de Barros — Deputado Nogueira de Rezende — Deputado Oswaldo Zanillo — Deputado Parente Frota — Deputado Parsifal Barroso — Deputado Paulino Cicero — Deputado Paulo Alberto — Deputado Pinheiro Machado — Deputado Raimundo Diniz — Deputado Silvío Lopes — Deputado Vasco Neto — Deputado Joel Ferreira — Deputado Padre Nobre — Deputado Renato Azeredo — Deputado José Camargo — Deputado Josias Gomes — Deputado Ruydalmeida Barbosa.

PARECER N.º 61-0, DE 1974-CN

Da Comissão Mista de Orçamento, sobre o Projeto de Lei n.º 5, de 1974 (CN), que estima a Receita e fixa Despesa da União para o exercício financeiro de 1975 — Texto da Lei e Receita.

Relator: Deputado Arthur Santos

1. Introdução

Em atendimento a preceito constitucional, recebe o Congresso Nacional, Mensagem do Senhor Presidente da República, submetendo, para apreciação, Projeto de Lei que "Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1975".

Referida Mensagem recebe na origem o n.º 415/74 e corresponde no Congresso ao n.º 61/74, constituindo o Projeto de Lei n.º 5, de 1974 (CN).

Coube-nos a tarefa de emitir parecer sobre o texto da Lei e Receita.

Ressalta-se que foi obedecido o prazo fixado no artigo 66 da Constituição Federal.

2. Aspectos Gerais

Consideraremos ligeiramente alguns aspectos relacionados com a receita pública, conforme o desdobramento que vem a seguir.

2.1 Política Governamental para o Setor

Desnecessário afirmar que a política do Governo para o Setor da Receita apresenta como finalidade primordial o estabelecimento de recursos financeiros indispensáveis à própria atividade do Setor Público Federal. Entretanto o fazemos para enfatizar essa verdade fundamental.

Observa-se, ao proceder estudo retrospectivo, a preocupação básica da política da Receita Pública ao situar-se em dois princípios gerais que nortearam a ação das autoridades fiscais no decorrer dos últimos anos. O primeiro, está intimamente ligado ao problema da diminuição gradativa do déficit orçamentário, o que se transforma, hoje, numa feliz realidade, merecendo aplausos de todos nós. O desempenho desse princípio, evidentemente, trouxe como consequência lógica o incremento da receita a elevadas taxas. O segundo princípio relaciona-se ao fortalecimento da economia. Na realidade é o desenvolvimento econômico quem determina a formulação de toda a política tributária nacional, que se apresenta de forma mais racional, flexível e integrada aos objetivos constantes do I Plano Nacional de Desenvolvimento (1972/1974) no que concerne ao aspecto econômico e social.

Ao lado desses princípios a que nos referimos, buscou-se uma reformulação de caráter profundo na estrutura tributária existente, culminando com a adoção do atual Código Tributário Nacional (Lei n.º 5.172, de 25 de outubro de 1966).

Não menos importante foram as reformas introduzidas na administração fiscal, mantendo-se a partir daí constante aperfeiçoamento, adequando-a às mudanças da realidade nacional.

O resultado prático dessas reformas consistiu na suavização, em parte, do ônus que a política fiscal representava para a economia proporcionando distribuição mais equilibrada entre seus diversos setores.

De igual modo, a atribuição passou a representar instrumento positivo através do qual o Governo procurou estabelecer certo alívio do peso dos principais impostos, contribuindo essa medida para a reativação da economia.

A política de aumento da receita federal introduzida a partir de 1969 não trouxe pressão tributária sobre o contribuinte ou empresa individual, pois, baseia-se principalmente na ampliação da base tributária representada por novas fontes de riqueza advindas em consequência do desenvolvimento econômico implantado no País.

2.2 Melhoria de Administração Tributária

Os instrumentos de que dispõe a Administração Tributária vem proporcionando-lhe considerável melhoria, no que se refere ao permanente processo de modernização que a caracteriza atualmente.

Todo esse instrumental colocado à disposição da Receita Federal, tem proporcionado o aumento da arrecadação a taxas superiores às da economia brasileira, sem no entanto, utilizar-se do aumento de alíquotas dos impostos, prática essa largamente utilizada no passado. A cada nova despesa pública

equivale a um aumento imediato e até superior nas alíquotas.

Hoje, a melhoria de eficiência da máquina arrecadadora, tendo de um lado, melhor conscientização do contribuinte e de outro o aumento natural da base tributária, tem respondido positivamente ao incremento da receita e a consequente aplicação de novos recursos para estimular e sustentar em vários setores a política de desenvolvimento.

Para simplificar, alinharemos a seguir algumas medidas que refletem a nova estrutura organizacional da Administração Tributária, recentemente implantada:

a) utilização cada vez maior de métodos eletrônicos de processamento de dados;

b) campanhas de educação dos contribuintes e medidas administrativas visando a desburocratizar o processo de pagamento de impostos como por exemplo a consolidação do sistema de domicílio bancário para o Imposto de Renda — Pessoa Física e seu parcelamento até 12 cotas, com alívio financeiro para o contribuinte;

c) adoção de modernos sistemas de controle e acompanhamento dos resultados da fiscalização de cada tributo;

d) melhoria no aproveitamento e treinamento de pessoal; e aumento de número de fiscais, ensejando a instituição de plano sistemático de campanhas de fiscalização, com vistas a atingir todos os setores da economia;

e) recadastramento relativo ao Cadastro Geral de Contribuintes com introdução de aperfeiçoamentos;

f) utilização da rede bancária arrecadadora de tributos federais para o recolhimento da taxa Rodoviária Única, além da criação de documentário fiscal apropriado;

Além dessas poderiam ser citadas outras, o que não faremos, apenas por exiguidade de tempo.

2.3 Elasticidade dos Impostos Federais

Os impostos federais propiciam atualmente, dentro do sistema tributário, um elevado grau de elasticidade capaz de proporcionar com bastante eficiência recursos para financiar as despesas públicas.

E o que se deve ressaltar como positivo é o fato do aumento da receita conseguido nos últimos anos ter sido obtido sem nenhuma alteração nas alíquotas dos impostos.

Com a arrecadação basicamente apoiada nos impostos vinculados, sobre produtos industrializados e de renda e proventos de qualquer natureza, pode-se constatar a produtividade do sistema tributário federal, e a elasticidade dos referidos impostos, por crescerem em função direta do desenvolvimento verificado no setor secundário.

Antigamente o sistema tributário federal apresentava um elevado grau de inércia e rigidez, situação que se modificou inteiramente, tendo a Administração Tributária se transformado num instrumento flexível, plenamente ajustado ao ritmo de desenvolvimento do País.

3. Considerações sobre o Projeto de Orçamento para 1975

A Mensagem do Executivo encaminhando o projeto de Lei do Orçamento para o exercício de 1975 é, ao contrário dos anos anteriores, bastante sucinta mas objetiva.

Ressalta um fato altamente positivo em relação à situação diametralmente oposta existente no passado como coisa crônica e até certo ponto aceita — “a presente proposta orçamentária prevê **deficit nulo, sem aumento de impostos**” (O grifo é nosso).

Outro aspecto alvissareiro refere-se às prioridades que foram dadas aos setores Agricultura, Educação, Saúde e Ciência e Tecnologia, por serem realmente válidas para o estágio de desenvolvimento da economia brasileira que deverá evoluir da fase imitativa para a criativa.

Refere a Mensagem à consonância da proposta em tramitação com o OPI — (1975/1977) e o II PND — (1975/1979).

Apresentaremos, agora, alguns comentários sobre o texto do projeto.

3.1 Texto do Projeto de Lei do Orçamento

No aspecto puramente formal o texto do projeto apresenta poucas alterações em relação ao do ano anterior pela própria natureza de um Orçamento-Programa introduzido a menos de uma década.

Digno de nota poderíamos citar, apenas, na parte da Despesa, a discriminação por funções, conforme alteração da Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

A sistemática aplicada à Lei Orçamentária de 1974, para a Receita, foi a mesma utilizada para 1975. Em razão disso o Projeto compõe-se de receita e despesa do Tesouro Nacional e pelas receitas e despesas de Órgãos Autônomos, de Entidades da Administração Indireta e Fundações Instituídas pelo Poder Público. Conforme artigo 1.º do projeto, a Receita é estimada em Cr\$ 113.396.375.000,00 (Cento e treze bilhões, trezentos e noventa e seis milhões, trezentos e setenta e cinco mil cruzeiros), sendo a Despesa fixada em idêntico montante.

A composição da Receita é objeto do artigo 2.º, que discrimina a Receita do Tesouro Nacional e as Receitas de outras Fontes, de Órgãos Autônomos, de Entidades da Administração Indireta e de Fundações Instituídas pelo Poder Público (exclusive transferências do Tesouro).

A Receita constitui o Anexo I do Projeto.

O Anexo II refere-se à Despesa, sendo objeto do artigo 3.º Apresenta a Despesa por Setores e por Órgãos. O parágrafo único desse artigo estabelece que as despesas dos Órgãos da Administração Indireta e Fundações Instituídas pelo Poder Público realizadas com recursos oriundos diretamente de suas arrecadações próprias deverão ser discriminadas em seus orçamentos, aprovados em conformidade com a legislação vigente, os quais deverão apresentar a mesma forma do Orçamento Geral da União e conter as discriminações por funções, programas, subprogramas, pro-

jetos e atividades em conformidade com a Portaria n.º 9, de 28 de janeiro de 1974 do então Ministério do Planejamento Coordenação Geral, sendo constantes do Anexo III do Projeto.

Para melhor execução do Orçamento ficará o Poder Executivo autorizado a designar órgãos centrais destinados a movimentar dotações atribuídas às Unidades Orçamentárias num visível interesse em desburocratizar a execução orçamentária.

O artigo 5.º autoriza o Poder Executivo a estabelecer medidas necessárias ao ajuste dos dispêndios no decorrer do exercício ao comportamento efetivo da Receita. Em parágrafo único do mesmo artigo o projeto autoriza a realização, pelo Executivo, de operações de crédito, por antecipação da Receita até o limite correspondente a quarta parte da receita total estimada para o exercício de 1975, conforme prevê artigo 67 da Constituição Federal.

O artigo 6.º trata dos créditos suplementares, que abordaremos mais adiante. O artigo 7.º estabelece que os créditos especiais e extraordinários, autorizados no exercício financeiro de 1974, ao serem reabertos na forma do § 4.º do artigo 62 da Constituição, serão reclassificados em conformidade com a classificação adotada no projeto, a saber, de acordo com a classificação funcional-programática.

3.2 Créditos Suplementares

Conforme estabelece o artigo 6.º do Projeto, o Poder Executivo fica autorizado a abrir créditos suplementares até o limite de 20% (vinte por cento) em relação ao total de Despesa fixada, para serem utilizados conforme segue:

I — Reforçar dotações, especialmente as relativas a encargos com pessoal, utilizando, como recurso, a Reserva de Contingência;

II — Atender programas financiados à conta de receitas com destinação específica, utilizando, como recurso, o definido no § 3.º do artigo 43 da Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, dispensados os decretos de abertura de créditos nos casos em que a Lei determina a entrega, em forma automática, dos produtos dessas receitas aos órgãos, entidades ou fundos a que estiverem vinculados;

III — Suprir insuficiência nas dotações atribuídas a órgãos que exerçam atividades econômicas, utilizando, como recurso, a diferença entre as receitas por eles auferidas e recolhidas ao Tesouro Nacional e as estimadas nesta Lei;

IV — Atender nas dotações destinadas a programas prioritários utilizando como recurso as disponibilidades caracterizadas no item III do § 1.º do artigo 43, da Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964;

V — Atender a implantação do Plano de Classificação de Cargos, utilizando como recurso, o cancelamento da dotação atribuída ao Projeto número 2802.03070213.100.

3.3 Principais Componentes da Receita

A composição da Receita prevista para 1975 está contida no artigo 2.º do projeto e apresenta a discriminação que vem no Quadro a seguir:

1. Receita do Tesouro	Cr\$ 1,00	
1.1 Receitas Correntes		90.246.561.000
Receita Tributária	81.760.300.100	
Receita Patrimonial	410.500.000	
Receita Industrial	33.100.000	
Transferências Correntes	4.898.200.200	
Receitas Diversas	3.144.460.700	
1.2 Receitas de Capital		700.000
Outras Receitas de Capital	700.000	
TOTAL		90.247.261.000
2. Receita de outras fontes, de Órgãos Autônomos, de Entidades da Administração Indireta e de Fundações Instituídas pelo Poder Público (exclusive Transferências do Tesouro).		
2.1 Receitas Correntes		8.122.669.700
2.2 Receitas de Capital		15.026.444.300
TOTAL		23.149.114.000
TOTAL GERAL		113.396.375.000

Para que se possa completar a compreensão da Receita, registramos a seguir três Quadros, contendo, respectivamente, os seguintes assuntos:

a) Consolidação da Receita por Fontes, segundo os principais Títulos;

b) Consolidação da Receita pelas Categorias Econômicas, segundo as Fontes;

c) Resumo Geral da Receita do Tesouro.
A evolução da Receita do Tesouro Nacional, no período 1971 a 1975, elaborada conforme Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, artigo 22, alínea III, letras a, b e c, constitui o Quadro seguinte:

CONSOLIDAÇÃO DA RECEITA POR FONTES, SEGUNDO OS PRINCIPAIS TÍTULOS			
ESPECIFICAÇÃO	TESOURO	OUTRAS FONTES	TOTAL
RECEITAS CORRENTES	90.246.561.000	8.122.669.700	98.369.230.700
RECEITA TRIBUTÁRIA	81.760.300.100		81.760.300.100
RECEITA PATRIMONIAL	410.500.000	293.495.700	703.995.700
RECEITA INDUSTRIAL	33.100.000	3.336.895.200	3.369.995.200
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.898.200.200	732.309.400	5.630.509.600
RECEITAS DIVERSAS	3.144.460.700	3.759.969.400	6.904.430.100
RECEITAS DE CAPITAL	700.000	15.026.444.300	15.027.144.300
OPERAÇÕES FINANCEIRAS		11.505.334.000	11.505.334.000
ALVENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS	549.500	89.343.700	89.893.200
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	500	312.068.000	312.068.500
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		107.835.500	107.835.500
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	150.000	3.011.863.100	3.012.013.100
TOTAL	90.247.261.000	23.149.114.000	113.396.375.000

CONSOLIDAÇÃO DA RECEITA PELAS CATEGORIAS ECONÔMICAS, SEGUNDO AS FONTES				
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	CORRENTES	CAPITAL	TOTAL
	RECEITA DO TESOURO	90.246.561.000	700.000	90.247.261.000
	RECEITA DE OUTRAS FONTES	8.122.669.700	15.026.444.300	23.149.114.000
0200	SENADO FEDERAL	1.023.000		1.023.000
1100	PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	39.869.000		39.869.000
1200	MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA	191.982.200	676.320.600	868.302.800
1300	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA	1.095.615.200	894.613.000	1.990.228.200
1400	MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES	774.119.000		774.119.000
1500	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA	798.144.700	665.398.900	1.463.543.600
1700	MINISTÉRIO DA FAZENDA	230.335.600	19.864.500	250.200.100
1800	MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO	192.726.000		192.726.000
1900	MINISTÉRIO DO INTERIOR	180.611.000	37.231.000	217.842.000
2100	MINISTÉRIO DA MARINHA	62.448.400	421.859.600	484.308.000
2200	MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA		246.900.000	246.900.000
2300	MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL	679.038.700	190.152.500	869.191.200
2500	MINISTÉRIO DA SAÚDE	61.945.300	63.800.200	125.745.500
2600	MINISTÉRIO DO TRABALHO	42.702.600		42.702.600
2700	MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES	3.747.889.000	11.719.932.000	15.467.821.000
2800	ENCARGOS GERAIS DA UNIÃO	24.220.000	90.372.000	114.592.000
TOTAL		98.369.230.700	15.027.144.300	113.396.375.000

418 1.50

RESUMO GERAL DA RECEITA DO TESOURO

CÓDIGO	E S P E C I F I C A Ç Ã O	ALÍQUOTA FISCAL	RUBRICAS	FONTES	CAT. 1974 ALÍQUOTA
1.0.0.0.00.00	RECEITAS CORRENTES				90.245.561.000
1.1.0.0.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA				81.760.300.100
1.1.1.0.00.00	IMPOSTOS			74.854.700.000	
1.1.1.1.00.00	IMPOSTOS SOBRE COMÉRCIO EXTERIOR		7.187.300.000		
01.00	IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO	7.187.300.000			
02.00	IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO	100.000			
1.1.1.2.00.00	IMPOSTOS SOBRE O PATRIMÔNIO E A RENDA		22.768.600.000		
03.00	IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS	100.000			
04.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA	22.768.600.000			
04.01	PESSOAS FÍSICAS	2.715.600.000			
04.02	PESSOAS JURÍDICAS	7.571.900.000			
04.03	ARRECADADO NAS FONTES	12.481.000.000			
1.1.1.3.00.00	IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO		33.672.600.000		
01.00	IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	29.541.200.000			
02.00	IMPOSTO SOBRE A CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS	17.700.000			
04.00	IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS	3.916.500.000			
05.00	IMPOSTO SOBRE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS	197.200.000			
1.1.1.4.00.00	IMPOSTOS ESPECIAIS		11.226.200.000		
01.00	IMPOSTO ÚNICO SOBRE LUBRIFICANTES E COMBUSTÍVEIS LÍQUIDOS E GÁSOSOS	8.157.000.000			
02.00	IMPOSTO ÚNICO SOBRE ENERGIA ELÉTRICA	2.555.200.000			
03.00	IMPOSTO ÚNICO SOBRE MINERAIS	514.000.000			
1.1.2.0.00.00	TAXAS			6.905.600.000	
1.1.3.0.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA			100	
1.2.0.0.00.00	RECEITA PATRIMONIAL				410.500.000
1.2.1.0.00.00	RECEITAS IMOBILIÁRIAS			88.000.000	
1.2.2.0.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS			600.000	
1.2.3.0.00.00	PARTICIPAÇÕES E DIVIDENDOS			314.400.000	
1.2.9.0.00.00	OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS			7.500.000	
1.3.0.0.00.00	RECEITA INDUSTRIAL				33.100.000
1.4.0.0.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES				4.898.200.000
1.4.5.0.00.00	PARTICIPAÇÕES DIVERSAS			806.700.000	
1.4.6.0.00.00	CONTRIBUIÇÕES			4.091.500.200	
1.4.6.2.00.00	CONTRIBUIÇÕES DOS ESTADOS		100		
1.4.6.3.00.00	CONTRIBUIÇÕES DOS MUNICÍPIOS		100		
1.4.6.9.00.00	CONTRIBUIÇÕES DIVERSAS		4.091.500.000		
01.00	CONTRIBUIÇÃO PARA O PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL - PIN	2.454.900.000			
02.00	CONTRIBUIÇÃO PARA O PROGRAMA DE REDISTRIBUIÇÃO DE TERRAS E DE ESTÍMULO À AGRO-INDÚSTRIA DO NORTE E NORDESTE - PROTERRA	1.636.600.000			
1.5.0.0.00.00	RECEITAS DIVERSAS				3.144.460.700
1.5.1.0.00.00	MULTAS			592.203.400	
1.5.2.0.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES			35.100.000	
1.5.3.0.00.00	COBRANÇA DA DÍVIDA ATIVA			96.200.000	
1.5.9.0.00.00	OUTRAS RECEITAS DIVERSAS			2.420.957.300	
2.0.0.0.00.00	RECEITAS DE CAPITAL				700.000
2.3.0.0.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS				548.500
2.4.0.0.00.00	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS				500
2.9.0.0.00.00	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL				150.000
RECEITAS PATRIMONIAIS		81.760.300.100	RECEITAS PATRIMONIAIS		410.500.000
RECEITAS INDUSTRIAIS		33.100.000	RECEITAS INDUSTRIAIS		33.100.000
RECEITAS CORRENTES		4.898.200.200	RECEITAS CORRENTES		4.898.200.200
RECEITAS DIVERSAS		3.144.460.700	RECEITAS DIVERSAS		3.144.460.700
RECEITAS CORRENTES TOTAL		90.245.561.000	RECEITAS CORRENTES TOTAL		90.245.561.000
RECEITAS DE CAPITAL TOTAL		700.000	RECEITAS DE CAPITAL TOTAL		700.000
RECEITAS DO TESOURO TOTAL		90.247.261.000	RECEITAS DO TESOURO TOTAL		90.247.261.000

EVOLUÇÃO DA RECEITA - 1971/1975
LEI Nº 4.320, DE 17/3/64 - ART. 22, ALÍNEA - III - LETRA - a, b e c

E S P E C I F I C A Ç Ã O	1971			1972			1973			1974			1975		
	ARRECAÇÃO		VARIAÇÃO	ARRECAÇÃO		VARIAÇÃO	ARRECAÇÃO		VARIAÇÃO	ARRECAÇÃO		VARIAÇÃO	ARRECAÇÃO		VARIAÇÃO
	Cr\$	Cr\$		Cr\$	Cr\$		Cr\$	Cr\$		Cr\$	Cr\$		Cr\$	Cr\$	
RECEITAS CORRENTES	26.122.687.933	30.698.355.956	47,89	32.665.596.435	35,81	56.705.300.000	10,94	69.377.300.000	31,85	82.766.561.000	30,46				
RECEITA TRIBUTÁRIA	24.950.731.932	35.826.044.876	43,59	48.714.028.812	35,97	54.207.900.800	11,28	61.899.300.100	31,17	81.260.320.100	27,95				
IMPOSTOS	24.225.015.747	34.820.842.003	43,48	46.074.333.015	32,32	51.241.300.000	11,21	60.149.400.000	30,55	74.854.700.000	24,45				
Impostos sobre Comércio Exterior	1.405.873.131	2.835.930.503	45,91	3.816.977.429	44,80	4.359.400.000	14,21	5.500.100.000	44,09	7.187.200.000	30,68				
Imposto sobre a Importação	1.405.873.131	2.835.930.503	45,91	3.816.977.429	44,80	4.359.400.000	14,21	5.500.000.000	44,09	7.187.200.000	30,68				
Imposto sobre a Exportação	-	184	-	116	-36,36	100.000	-	100.000	-	100.000	-				
Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	6.503.136.794	9.900.975.298	52,48	12.803.002.810	28,27	14.180.100.000	10,76	17.698.200.000	38,73	22.768.600.000	28,65				
Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis	26.828	67.270	133,35	165.411	145,89	100.000	-39,54	100.000	-39,54	100.000	-				
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	6.503.157.956	9.900.908.028	52,48	12.802.837.207	28,27	14.180.000.000	10,76	17.698.100.000	38,74	22.768.500.000	28,65				
Impostos sobre a Produção e a Circulação	11.539.688.473	16.329.476.506	41,51	12.817.987.217	34,43	24.146.040.000	9,49	27.878.100.000	27,07	33.873.600.000	20,25				
Imposto sobre Produtos Industrializados	11.412.588.540	14.888.049.383	30,46	19.853.652.165	33,34	21.679.000.000	9,95	24.930.000.000	29,67	29.541.700.000	18,40				
Imposto sobre a Circulação de Mercadorias	5.080.132	8.919.520	75,38	11.631.682	30,41	8.865.000	-24,34	15.000.000	29,94	17.700.000	18,00				
Imposto sobre Operações Financeiras	-	1.328.136.446	-	2.018.967.359	52,00	2.158.400.000	6,91	2.858.000.000	41,40	3.916.500.000	37,01				
Imposto sobre Transmissão Radiodifusão de Passagem	122.019.800	103.349.157	-15,33	133.164.010	28,90	154.000.000	15,65	154.000.000	15,62	197.000.000	28,05				
Impostos Especiais	4.304.267.159	5.274.611.498	22,92	7.436.955.750	36,50	6.551.000.000	14,99	8.933.000.000	37,55	11.126.100.000	25,11				
Imposto Único a/ Lubrific. e Combust. Líquidos e Gasosos	3.669.873.503	4.573.055.758	24,61	5.556.279.644	21,50	6.570.000.000	18,24	6.570.000.000	-	8.157.000.000	24,34				
Imposto Único sobre Energia Elétrica	603.450.276	1.073.040.365	77,81	1.544.425.074	41,75	1.665.000.000	7,84	1.997.000.000	20,07	2.555.000.000	28,27				
Imposto Único sobre Minerais	112.993.541	227.125.575	101,30	337.251.032	48,10	315.000.000	-6,45	411.000.000	31,89	514.000.000	25,06				
TAXAS	715.716.205	1.005.702.879	40,45	2.629.455.787	167,60	2.944.000.700	12,36	3.749.900.000	42,06	6.905.600.000	86,15				
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	-	-	-	-	-	100	-	100	-	100	-				
RECEITA PATRIMONIAL	69.944.553	205.977.352	294,30	213.114.547	3,47	217.300.000	1,96	302.200.000	41,81	410.500.000	35,84				
RECEITA INDUSTRIAL	12.757.553	18.791.074	47,29	24.073.945	26,11	27.300.000	13,40	27.300.000	13,28	33.100.000	21,25				
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	717.893.011	2.113.016.716	194,30	2.737.560.011	28,61	3.014.300.700	10,92	3.751.100.700	38,83	4.898.200.700	30,58				
RECEITAS DIVERSAS	435.238.024	524.463.936	20,50	794.809.065	51,83	738.499.000	-7,32	1.197.399.788	60,28	3.144.460.700	162,61				
RECEITAS DE CAPITAL	888.886.116	721.573.366	-17,70	260.295.817	-64,42	359.700.000	34,74	150.700.000	-58,00	700.000	-				
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	888.887.570	516.000.000	-41,82	259.098.119	-49,79	350.000.000	35,08	350.000.000	-	-	-				
ALVENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS	2.035.254	219.569.809	-	1.184.574	-	549.900	-53,58	549.900	-	549.900	-				
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS CONCESSORES	-	96	-	544	-	700	-81,62	700	-	900	-				
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	3.290	1.498	6,32	2.579	-26,27	150.000	-	150.000	-	150.000	-				
RECEITA DO TESOURO	27.061.674.068	38.619.929.322	42,72	52.725.072.252	33,75	56.558.000.000	11,06	69.528.000.000	18,76	90.242.261.000	29,40				

MINISTRO / GEF - Relações Gerais do Setor
GAB. SUPLEN. - Secretaria de Orçamento e Finanças

O aumento das Receitas Correntes baseia-se na expansão da Receita Tributária que passa de uma arrecadação provável em 1974, no montante de Cr\$ 63.899.300.100,00 para Cr\$ 81.760.300.100,00 em 1975.

Pela ordem de grandeza os principais componentes das receitas correntes desdobram-se nesta ordem:

- Imposto sobre Produtos Industrializados;
- Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer Natureza;
- Impostos Especiais;
- Imposto sobre a Importação;
- Imposto sobre Operações Financeiras;
- etc.

Comentaremos ligeiramente os impostos acima.

3.3.1 Imposto sobre Produtos Industrializados

É o mais dinâmico dos impostos federais não vinculados. O projeto prevê uma estimativa para 1975, no valor de Cr\$ 29.541.200.000,00, contra Cr\$ 24.950.300.000,00 previsto para 1974. Em ambos os exercícios constitui-se na maior parcela componente da Receita Tributária.

O Imposto sobre Produtos Industrializados, que de certa forma opera como complemento do Imposto de Renda em seu efeito redistribuidor, tem sido utilizado como fator de redução de preços de artigos de consumo essencial, como produtos alimentícios industrializados. Em função da essencialidade do bem produzido e da capacidade tributária do setor, tanto as alíquotas como os prazos de recolhimentos desse imposto têm sido periodicamente reajustados.

Sendo um imposto indireto incide indistintamente sobre toda a camada consumidora da população.

3.3.2 Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer Natureza

Constitui o Imposto de Renda a segunda fonte tributária do Tesouro, em volume de recursos.

Basta verificar que em 1974 está prevista uma arrecadação de Cr\$ 17.698.100.000,00 aumentando para Cr\$ 22.768.500.000,00 em 1975.

É um imposto direto, razão porque o Governo o utiliza como fator de redistribuição de renda.

3.3.3 Impostos Especiais

Impostos Especiais ou Impostos Únicos são totalmente vinculados a programas específicos.

Desdobram-se em:

a) Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos, com uma arrecadação prevista de Cr\$ 8.157.000.000,00 para 1975;

b) Imposto Único sobre Energia Elétrica, registra Cr\$ 2.555.200.000,00 como arrecadação provável para 1975;

c) Imposto Único sobre Minerais, como uma previsão para 1975, da ordem de Cr\$ 514.000.000,00.

3.3.4 Imposto sobre a Importação

Em face do crescimento das importações a arrecadação estimada para 1975, situa-se no montante de Cr\$ 7.187.200.000,00, contra Cr\$ 5.500.000.000,00 em 1974.

É um imposto indireto, com características de extrafiscalidade, sendo um dos instrumentos da política financeira governamental.

3.3.5 Imposto sobre Operações Financeiras

Foi instituído para vigorar a partir de 1972, quando alcançou uma arrecadação de Cr\$ 1.328.196.446,00,

aumentando no ano seguinte aproximadamente a razão de dois terços, quando atingiu o valor de Cr\$ 2.018.947.359,00.

O Orçamento para o corrente ano registra uma previsão de Cr\$ 2.158.400.000,00, devendo elevar-se a Cr\$ 3.916.560.000,00 em 1975.

3.3.6 Outras Receitas Correntes

Além da Receita Tributária a que nos referimos anteriormente de forma parcial ainda compõem as Receitas Correntes, as seguintes:

Previsão para 1975

	Cr\$
a) Receita Patrimonial	410.500.000,00
b) Receita Industrial	33.100.000,00
c) Transferências Correntes .	4.898.200.200,00
d) Receitas Diversas	3.144.460.700,00

3.3.7 Receitas de Capital

A proposta orçamentária para 1975, apresenta como receitas de capital integrantes da Receita do Tesouro Nacional, um montante de apenas Cr\$ 700.000,00, incluído sob o título "Outras Receitas de Capital".

3.3.8 Receitas de Outras Fontes

Sob o título geral de "Receita de Outras Fontes, de Órgãos Autônomos, de Entidades da Administração Indireta e de Fundações instituídas pelo Poder Público (exclusive Transferências do Tesouro)", o projeto de Lei do Orçamento consigna a discriminação que vem a seguir:

	Cr\$
Receitas Correntes	8.122.669.700,00
Receitas de Capital	15.026.444.300,00
TOTAL	23.149.114.000,00

Esclarecemos não ter sido apresentadas emendas ao Anexo I do Projeto, relativamente a Receita.

Foram estas as considerações que achamos oportunas para trazer ao conhecimento da Comissão Mista de Orçamento.

Conforme exposição contida no presente relatório, somos de parecer favorável ao Projeto de Lei n.º 5, de 1974 (CN), que "estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1975", na parte relativa ao Texto da Lei e Receita.

É o nosso Parecer.

Sala da Comissão Mista de Orçamento, em 1.º de outubro de 1974. — Deputado Adhemar de Barros Filho, Presidente — Deputado Arthur Santos, Relator, Ad Hoc — Senador Alexandre Costa — Senador Carlos Lindenberg — Senador Cattete Pinheiro — Senador Dinarte Mariz — Senador Eurico Rezende — Senador Fernando Corrêa — Senador Renato Franco — Senador João Cleofas — Senador Lourival Baptista — Senador Magalhães Pinto — Senador Virgílio Távora — Senador Guido Mondin — Deputado Américo Brasil — Deputado Cantídio Sampaio — Deputado Daniel Faraco — Deputado Geraldo Freire — Deputado Helbert dos Santos — Deputado Hugo Aguiar — Deputado Márcio Paes — Deputado Monteiro de Barros — Deputado Nogueira de Rezende — Deputado Oswaldo Zanello — Deputado Parente Frota — Deputado Parsifal Barroso — Deputado Paulino Cicero — Deputado Paulo Alberto — Deputado Pinheiro Machado — Deputado Raimundo Diniz —

Deputado Silvio Lopes — Deputado Vasco Neto — Deputado Joel Ferreira — Deputado Padre Nobre — Deputado Renato Azeredo — Deputado José Camargo — Deputado Josias Goges — Deputado Ruydalmeida Barbosa.

PARECER Nº 61-AB-3, de 1974 (CN)

Da Comissão Mista de Orçamento, sobre o Projeto de Lei n.º 5, de 1974 — CN, que "estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1975", Anexo III — Entidades Supervisionadas, Subanexo 49.00 — Ministério do Interior — Departamento Nacional de Obras de Saneamento — DNOS e Departamento Nacional de Obras Contra as Secas — DNOCS.

Relator: Senador Lourival Baptista

O Senhor Presidente da República, no prazo estabelecido no artigo 66 da Constituição, envia à apreciação do Congresso Nacional o projeto de lei orçamentário anual, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1975.

2. Fomos incumbidos pelo Senhor Presidente da Comissão Mista de Orçamento, de estudar e opinar sobre a parte referente ao Subanexo 49.00 — Ministério do Interior — Departamento Nacional de Obras e Saneamento — DNOS e Departamento Nacional de Obras Contra as Secas — DNOCS.

3. O Orçamento da União para o exercício de 1975, consigna ao Ministério do Interior a dotação de Cr\$ 1.557.047.000,00 com um acréscimo de Cr\$ 412.805.100 em relação à Lei de Meios vigentes, ou seja 6,07%, o que corresponde no total das despesas prevista a 1,37%.

I — Departamento Nacional de Obras e Saneamento

4. O Departamento Nacional de Obras e Saneamento, apresenta o seguinte quadro de quantitativos por Função/Programa:

Funções/Programas	Valores	%
DESENVOLVIMENTO REGIONAL	7.000.000	2,81
Programas Integrados	7.000.000	2,81
SAÚDE E SANEAMENTO	239.300.000	96,18
Gestão Financeira	7.300.000	2,93
Saneamento	232.000.000	93,25
TRABALHO, ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	2.500.000	1,01
Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público	2.500.000	1,01
Total	248.800.000	100,00

5. O quantitativo acima está assim desdobrado em Projetos e Atividades:

QUADRO II

	Valor Cr\$ 1,00 Cr\$	%
Projetos	130.700.000	52,53
Atividades	118.100.000	47,47
Total	248.800.000	100,00

6. Sob a forma de Categoria Econômica, a preços correntes, temos a seguinte distribuição:

Categoria	Valor	% do Minter
Despesas Correntes	105.100.000	11,12
Despesas de Capital	143.700.000	55,69
Total (ordinário não vinculado)	248.800.000	20,68

7. As Despesas do DNOS por Função/Programa, discriminado em Projetos e/ou Atividades é o seguinte:

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	DESENVOLVIMENTO REGIONAL			7.000.000
	PROGRAMAS INTEGRADOS			7.000.000
	IRRIGACÃO			7.000.000
4902.07400771.739	APROVEITAMENTO HIDROAGÍCOLA	7.000.000		
	SAÚDE E SANEAMENTO			239.300.000
	GESTÃO FINANCEIRA			7.300.000
	DÍVIDA EXTERNA			7.300.000
4902.14080342.027	AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO		7.300.000	
	SANEAMENTO			232.000.000
	ADMINISTRAÇÃO GERAL			106.300.000
4902.14760212.545	ADMINISTRAÇÃO DO DEPARTAMENTO		106.300.000	
	EDIFÍCIOS PÚBLICOS			4.000.000
4902.14760251.741	EDIFÍCIO-SEDE DAS DIRETORIAS REGIONAIS DE SANEAMENTO	4.000.000		
	REGULARIZAÇÃO DE CURSOS D'ÁGUA			37.100.000
4902.14762971.744	CONTROLE DE CHEIAS	37.100.000		
	ABASTECIMENTO D'ÁGUA			2.000.000
4902.14764471.742	INSTALAÇÃO E MELHORIA DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	2.000.000		
	SANEAMENTO GERAL			86.600.000
4902.14764481.283	CONSTRUÇÕES PARA APROVEITAMENTO DO SOLO E DA ÁGUA	34.000.000		
4902.14764481.743	ESTUDOS E PROJETOS NA ÁREA DE SANEAMENTO	12.000.000		
4902.14764481.743	RECUPERAÇÃO DE TERRAS	34.600.000		
	TRABALHO, ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA			2.300.000
	PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO			2.300.000
	PREVIDÊNCIA SOCIAL AO SERVIDOR PÚBLICO			2.300.000
4902.15844942.040	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO		2.300.000	
TOTAL		130.700.000	118.100.000	248.800.000

8. Pelo quadro que apresentamos a seguir, pode-se verificar a evolução das Despesas do Órgão por programa, analisando-a comparativamente com os de 1971 a 1974.

Programa	1971 Valores	%	1972 Valores	%	1973 Valores	%	1974 Valores	%
Administração	2.650.000	2,54	—	—	—	5,24	5.500.000	2,63
Agropecuária	7.876.300	7,54	4.450.000	3,51	9.050.000	—	—	—
Assistência e Previdência	—	—	—	—	1.400.000	0,81	1.400.000	0,67
Energia	4.016.500	3,85	—	—	—	—	—	—
Recursos Naturais ..	3.000.000	2,88	3.000.000	2,36	3.500.000	2,03	9.500.000	4,55
Saúde e Saneamento	86.903.700	83,19	119.496.400	94,13	158.600.000	91,92	192.600.000	92,15
Total Geral	104.346.500	100	126.946.400	100	172.550.000	100	209.000.000	100

9. Do exame do quadro anterior, observa-se que o Programa Administração deixou de ter dotação, a partir de 1972, inclusive. Este programa que engloba, de um modo geral, as Despesas com pessoal, passou para o programa: Agropecuária.

10. O Programa: Assistência e Previdência, inexistente em 1972, a partir de 1973, aparecem com dotações destinadas ao FASEP — Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público.

11. O Programa Energia também desapareceu da área de execução do DNOS (barragens para aproveitamento de energia elétrica), face o Decreto-lei n.º 200, de 1967, passando para a área de competência e execução do Ministério das Minas e Energia.

12. Com a alteração introduzida na nomenclatura do Orçamento Anual, transformando o Programa em Função, torna-se difícil fazer comparações com as dotações deste ano e do próximo exercício financeiro.

13. Mesmo assim, podemos destacar os principais Projetos a serem executados pelo DNOS.

Valor Cr\$ 1,00

a) Aproveitamento Hidroagrícola ..	7.000.000
b) Edifício-Sede das Diretorias Regionais de Saneamento	4.000.000
c) Regularização de Cursos d'águas (controle de cheias)	37.100.000
d) Instalação e Melhoria de Sistemas de Abastecimento de água	12.000.000
e) Recuperação de Terras	34.800.000
	95.700.000

14. Com base em informações do próprio Ministério, fornecemos alguns dados e elementos de todo o Programa de Trabalho executado e em execução pelo DOS.

15. O Departamento de Obras de Saneamento, no âmbito de atribuições fixada por sua legislação específica, deu continuidade ou incluiu a execução de projeto em todos os Estados e Territórios.

16. Os principais projetos e atividades a serem desenvolvidos pelo DOS, serão apresentados e comentados por ocasião do exame do OPI.

17. Foram apresentadas ao Subnexo em exame 178 emendas, inicialmente aceitas pelo Senhor Presidente da Comissão Mista de Orçamento, todas visando a inclusão de obras ou destaques de dotações.

18. Tendo em vista os recursos que estão consignados no Projeto de Orçamento e levando em consideração que os destaques iriam provocar uma pulverização de tais dotações; e que as inclusões nada significam em termo de obrigação, de execução do projeto, opino pela rejeição de todas as emendas apresentadas.

II — Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

19. O projeto de Orçamento para o exercício de 1975, na parte referente ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), apresenta os seguintes quantitativos por funções:

Funções/Programas	Valores	%
Desenvolvimento Regional	185.500.000	98,15
Administração	176.500.000	93,39
Planejamento Governamental	3.000.000	1,59
Organização Agrária	1.000.000	0,53
Programas Integrados	5.000.000	2,64
Saúde e Saneamento	2.000.000	1,06
Saneamento	2.000.000	1,06
Trabalho, Assistência e Previdência	1.500.000	0,79
Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público	1.500.000	0,79
TOTAL	189.000.000	100,00

20. O Minter apresenta um orçamento para 1975 no valor de Cr\$ 1.557.047.000,00, que representa 1,37% do total da Despesa Geral.

21. Para as Entidades Supervisionadas, foi destacado um total de Cr\$ 1.203.155.000,00 e deste valor caberá ao DNOCS a importância de Cr\$ 189.000.000,00, que representa 15,71% das Despesas com as Entidades Supervisionadas.

22. As Despesas do DNOCS, por Categoria Econômica, a preços correntes, estão assim subdivididas:

Categoria Econômica	Valor Cr\$ 1,00	%
Despesas Correntes =	173.000.000	18,30
Despesas de Capital =	16.000.000	6,20
TOTAL	189.000.000	15,71

23. A seguir, apresentamos o quadro da Despesa Geral do Minter e da parcela percentual do DNOCS nos anos de 72/75:

Exercício	Minter	DNOCS	%
1972	686.486.000	99.400.000	14,47
1973	936.000.000	130.250.000	15,58
1974	987.805.000	156.800.000	15,87
1975 (proposta)	1.557.047.000	189.000.000	15,71

24. Abaixo encontramos um detalhamento de todas as Despesas do DNOCS por Função/Programa, vinculados aos Projetos e/ou Atividades.

Especificação	Projetos	Atividades	Total
DESENVOLVIMENTO REGIONAL			185.500.000
Administração			176.500.000
Administração Geral			171.500.000
Administração do Departamento		171.500.000	
Edifícios Públicos			5.000.000
Edifício-Sede da Diretoria Regional do Ceará	3.000.000		
Edifício-Sede da Diretoria Regional da Bahia	2.000.000		
Planejamento Governamental			3.000.000
Planejamento e Organização Setorial			3.000.000
Coordenação do Desenvolvimento Regional		3.000.000	
Organização Agrária			1.000.000
Pesquisas Científicas e Tecnológicas			1.000.000
Desenvolvimento de Pesquisa Agropecuária	1.000.000		
Programas Integrados			5.000.000
Irrigação			4.000.000
Aproveitamento Hidroagrícola	4.000.000		
Desenvolvimento da Pesca			1.000.000
Fomento à Pesca nos Açudes	1.000.000		
SAÚDE E SANEAMENTO			2.000.000
Saneamento			2.000.000
Abastecimento d'água			2.000.000
Instalação de Poços Públicos	2.000.000		
TRABALHO, ASSISTÊNCIA E PREVIDENCIA			1.500.000
Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público			1.500.000
Previdência Social ao Servidor Público			1.500.000
Contribuição para a Formação do Patrimônio do Servidor Público		1.500.000	
TOTAL	13.000.000	176.000.000	189.000.000

Verifica-se, portanto, que do total de Cr\$ 189.000.000,00 de recursos orçamentários, o DNOCS dispenderá em Projetos, Cr\$ 13.000.000,00 e em Atividades, Cr\$ 176.000.000,00 para serem distribuídos na seguinte forma:

	Valor Cr\$ 1,00 Cr\$
1) Administração	
Construção e Instalação — Sede da Diretoria	
(Proj.) Edifício-Sede da Diretoria Regional do Ceará	3.000.000
(Proj.) Edifício-Sede da Diretoria Regional da Bahia	2.000.000
Total	5.000.000
2) Planejamento Governamental	
(Ativ.) Coordenação do Desenvolvimento Regional	3.000.000
3) Organização Agrária	
(Proj.) Desenvolvimento de Pesquisa Agropecuária	1.000.000

4) Processos Integrados

(Proj.) Aproveitamento Hidroagrícola 4.000.000

5) Desenvolvimento da Pesca

(Proj.) Fomento à Pesca nos Açudes 1.000.000

6) Saneamento

(Proj.) Instalação de Poços Públicos 2.000.000

7) Trabalho, Assistência e Previdência

(Ativ.) Previdência Social — PASEP 1.500.000

25. Dos números acima, chega-se à conclusão de que o DNOCS nada mais faz que pagar pessoal e manter os serviços internos na sede administrativa.

26. O principal projeto desenvolvido pelo DNOCS é a Irrigação. É de se ressaltar que os principais recursos para desenvolver esses Projetos não serão consignados na Lei Orçamentária, nem através de recursos do Programa de Integração Nacional (PIN), sob a supervisão do MINTER e segundo orientação do PND.

27. O Programa de Trabalho do DNOCS, tal como aparece na proposta para o exercício de 1975, está apresentado de uma forma muito sintética. Com os detalhamentos fornecidos pelo próprio MINTER,

por ocasião do exame do OPI destacaremos os seguintes projetos e atividades.

28. Foram apresentadas 5 (cinco) emendas ao Programa de Trabalho, como se segue:

Emenda n.º 1

Autor: Deputado Alvaro Gaudêncio — PB

Função: Desenvolvimento Agrário.

Programa: Organização Agrária.

Subprograma: Pesquisas Científicas e Tecnológicas.

Dotação — Cr\$ 1.000.000,00 (Atividade).

A emenda manda destacar da dotação de Cr\$ 1.000.000,00, Cr\$ 500.000,00 para "estudos e pesquisas sobre chuvas artificiais nas regiões mais secas do Estado da Paraíba".

Parecer

Pela rejeição pois o destaque altera o programa de trabalho e reduz os recursos a 50%.

Emenda n.º 02

Autor: Deputado Flávio Marcílio — CE

Função: Saúde e Saneamento

Programa: Saneamento

Subprograma: Abastecimento de água

Dotação: Cr\$ 2.000.000,00

A emenda destaca Cr\$ 500.000,00 para "complementação ao Açude de Patú — em Senador Pompeu — Ceará.

Parecer

O destaque reduzirá a possibilidade do órgão executar obras em outros locais e o Programa de Trabalho.

Pela rejeição.

Emenda n.º 03

Autor: Deputado Flávio Marcílio — CE

Função: Saúde e Saneamento

Programa: Saneamento

Subprograma: Abastecimento de água

A emenda manda incluir a "instalação de Poços Públicos, inclusive Açude de Patú — Senador Pompeu.

Parecer

Pelas mesmas razões anteriores, somos pela rejeição.

Emenda n.º 04

Autor: Deputado Furtado Leite — CE

Função: Saúde e Saneamento

Programa: Saneamento

Subprograma: Abastecimento de água

Dotação — Cr\$ 2.000.000,00

A emenda manda incluir os Municípios de: Craíás — Tamboril — Nova Russas — Hidrolândia — Saboeiro — Antonina do Norte — Altaneira — Nova Olinda — Serra do Araripe — No Município de Santana do Cariri — CE.

Parecer

A inclusão de inúmeras cidades não significa, por parte do órgão, obrigatoriedade para a execução das

obras. Além disso, com uma dotação pequena, haverá pulverização de recursos. Pela rejeição.

Emenda n.º 05

Autor: Deputado Wilson Braga — PB

Função: Saúde e Saneamento

Programa: Saneamento

Subprograma: Abastecimento de água

Dotação: Cr\$ 2.000.000,00

A emenda reserva "para construção e reconstrução de pequenos açudes, em convênio com o Governo do Estado da Paraíba, Cr\$ 1.000.000,00.

Parecer

Com este destaque, pelas mesmas razões da Emenda n.º 01, somos pela rejeição.

29. Como se conclui do exame da proposta, os quantitativos destinados aos vários Programas de Trabalho, não são de vulto, face as grandes obras a serem executadas pelo DNOCS na sua área de atuação.

30. Os destaques iriam provocar uma pulverização de recursos, além de não significarem, com a simples inclusão, uma obrigação de execução por parte da Entidade.

31. Os recursos mais vultosos, como afirmamos, serão canalizados com dotações do PIN, não incluídos na presente Lei de Meios.

32. Ante o exposto, somos pela aprovação da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 1975, na parte referente ao Subanexo 49.00 — MINTER 49.01 — Entidades Supervisionadas — DOS, e pela rejeição das emendas de n.ºs 001 a 178; DNOCS, e pela rejeição das emendas de n.ºs 001 a 005.

É o parecer.

Sala da Comissão Mista de Orçamento, em 2 de outubro de 1974. — Deputado Adhemar de Barros Filho, Presidente — Senador Lourival Baptista, Relator — Senador Alexandre Costa — Senador Carlos Lindenberg — Senador Cattete Pinheiro — Senador Dinarte Mariz — Senador Eurico Rezende — Senador Fernando Corrêa — Senador Renato Franco — Senador João Cleofas — Senador Magalhães Pinto — Senador Guido Mondin — Deputado Américo Brasil — Deputado Arthur Santos — Deputado Cantídio Sampaio — Deputado Daniel Faraco — Deputado Geraldo Freire — Deputado Helbert dos Santos — Deputado Hugo Aguiar — Deputado Márcio Paes — Deputado Monteiro de Barros — Deputado Nogueira de Rezende — Deputado Oswaldo Zanelli — Deputado Parente Frota — Deputado Parsifal Barroso — Deputado Paulino Cicero — Deputado Paulo Alberto — Deputado Pinheiro Machado — Deputado Raimundo Diniz — Deputado Sílvio Lopes — Deputado Vasco Neto — Deputado Joel Ferreira — Deputado Padre Nobre — Deputado Renato Azeredo — Deputado José Camargo — Deputado Josias Gomes — Deputado Ruydalmeida Barbosa.

PARECER Nº 62-K, DE 1974-CN

Da Comissão Mista de Orçamento, sobre o Projeto de Lei n.º 6, de 1974 (CN), que aprova o Orçamento Plurianual de Investimentos para o triênio 1975/1977 — referente ao Ministério da Fazenda.

Relator: Deputado Daniel Faraco

O Senhor Presidente da República, através da Mensagem n.º 62/74-CN (414/74, na origem) submete à consideração do Congresso Nacional, no prazo esta-

belecido no art. 66 da Constituição, o projeto de lei do Orçamento Plurianual de Investimentos, para o triênio 1975/1977.

Cabe-nos, na Comissão Mista, a incumbência de relatar a parte referente ao Ministério da Fazenda.

Os Orçamentos Plurianuais foram instituídos com o objetivo de aperfeiçoar os programas de investimentos da União, dando-lhes garantia de execução e continuidade. Seu exame, discussão e votação se faz em sessão conjunta das duas Casas do Congresso Nacional.

Informa a Mensagem presidencial que o OPI 1975/1977 foi elaborado "sob a égide do II PND", que "ele é a expressão financeira do Plano" e que "pela

primeira vez, na história moderna da economia brasileira, pode a Administração propor ao Congresso Nacional, realisticamente, um Orçamento sem deficit."

Além do Orçamento Plurianual de Investimentos, o Congresso Nacional já examina, concomitantemente, o Orçamento anual e o II Plano Nacional de Desenvolvimento. Procede-se a um exame simultâneo de matéria dependentes — o PND determina os objetivos globais pretendidos pela Administração, o OPI contém os projetos ordenados em programas setoriais e regionais e é a expressão financeira do PND, e o projeto de lei anual deve reproduzir, quanto às despesas de capital os correspondentes valores do OPI, não devendo conter nenhum investimento de execução superior a um exercício financeiro que não conste do orçamento plurianual. São matérias que deveriam merecer exame atento e minucioso que, entretanto, é inviável em face das limitações impostas pela circunstância de ser este um ano eleitoral. Assim, torna-se imperativo apresentar uma análise sintética do Subanexo que nos cabe relatar.

Analisando a programação de trabalho do Ministério da Fazenda para o triênio 1975/1977, verifica-se o seguinte desdobramento:

RECURSOS DO TESOIRO E DE OUTRAS FONTES

Administração Superior e Planejamento Global	881.372.900	907.838.200	926.456.800
Comunicações	52.144.000	130.533.500	76.301.900
Ind. Com. Serviços	292.632.600	272.933.100	282.135.800
Trabalho, Assistência e Previdência	2.377.900	2.508.000	2.658.100
	<u>1.228.527.400</u>	<u>1.313.812.800</u>	<u>1.287.555.600</u>

A despesa do Ministério na administração direta se fará exclusivamente com recursos do Tesouro. As entidades sob a supervisão da Secretaria-Geral do Ministério da Fazenda — Casa da Moeda e Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio

da União — utilizarão, além de sua receita própria, financiamentos, no último caso, para atendimento de suas necessidades.

Assim se apresenta o desdobramento das despesas:

DESPESAS COM RECURSOS DO TESOIRO, DESDOBRADAS POR UNIDADE

ESPECIFICAÇÃO	1973	1974	1975
GABINETE DO MINISTRO	17.386.500	17.191.200	17.406.800
SECRETARIA GERAL	44.272.400	65.974.700	67.727.600
SECRETARIA GERAL - ENTIDADES SUPERVISIONADAS	100.770.800	96.150.200	99.816.200
INSPECTORIA GERAL DE FINANÇAS	42.275.600	43.209.500	44.163.800
DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES	1.616.800	1.854.800	1.895.400
CONSELHO DE POLÍTICA ADUANEIRA	6.409.500	6.347.300	6.687.300
PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL	15.865.500	16.177.400	16.515.000
DELEGACIAS ESTADUAIS DO MINISTÉRIO DA FAZENDA	94.542.000	104.790.700	106.226.200
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL	572.403.400	584.181.800	596.206.800
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	4.532.100	6.483.700	6.834.200
SERVICO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO	30.545.600	31.237.500	31.984.600
DEPARTAMENTO DO PESSOAL	25.524.700	26.032.800	26.591.400
TOTAL	<u>978.327.300</u>	<u>1.006.075.600</u>	<u>1.022.324.300</u>

DESPESA POR FUNÇÕES, PROGRAMAS E SUBPROGRAMAS

ESPECIFICAÇÃO	1973	1974	1977
ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR E PLANEJAMENTO GLOBAIS	881.372.900	907.538.200	926.459.600
ADMINISTRAÇÃO	292.892.300	314.879.400	318.829.200
SUPERVISÃO E COORDENAÇÃO SUPERIOR	16.986.500	16.731.200	17.076.800
ADMINISTRAÇÃO GERAL	160.098.500	171.819.200	174.798.500
ORDENAMENTO ECONÔMICO-FINANCEIRO	6.209.500	6.347.300	6.487.300
ASSESSORAMENTO JURÍDICO	15.045.500	16.177.400	16.515.000
ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	3.642.300	3.804.300	3.950.000
GESTÃO FINANCEIRA	617.699.400	639.478.400	643.524.000
ADMINISTRAÇÃO GERAL	3.020.400	3.095.100	3.151.400
ADMINISTRAÇÃO DE RECEITAS	572.403.400	584.181.800	594.204.800
CONTROLE INTERNO	39.575.600	40.427.500	41.299.800
ORGANIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	2.700.000	2.782.000	2.866.000
PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL	29.052.000	49.623.000	62.212.200
PLANEJAMENTO E ORÇAMENTAÇÃO SETORIAL	45.717.700	51.809.700	53.189.800
ORDENAMENTO ECONÔMICO-FINANCEIRO	7.057.300	7.214.300	7.375.000
ORGANIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	6.277.000	1.601.800	1.647.400
SERVIÇOS ESPECIAIS DE SEGURANÇA	1.818.800	1.856.800	1.895.400
SERVIÇOS DE INFORMAÇÕES E CONTRA-INFORMAÇÕES	1.818.800	1.856.800	1.895.400
COMUNICAÇÕES	41.224.000	40.758.000	44.269.000
RÁDIODIFUSÃO	41.224.000	40.758.000	44.269.000
SERVIÇOS DE RÁDIODIFUSÃO SONORA	41.204.000	40.758.000	44.269.000
INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	55.750.400	51.479.400	51.595.500
INDÚSTRIA	43.986.800	44.416.500	44.854.900
PRODUÇÃO INDUSTRIAL	43.986.800	44.416.500	44.854.900
TURISMO	11.763.600	7.062.900	6.740.600
SERVIÇOS DE TRANSPORTE URBANO	11.763.600	7.062.900	6.740.600
TOTAL	978.327.300	1.000.075.600	1.022.324.100

COMPARATIVO ENTRE O OPI 1972/1974 E OS RESPECTIVOS ORÇAMENTOS ANUAIS (Despesas de Capital)

	1972		1973		1974	
	Prev. OPI	Prev. Orç.	Prev. OPI	Prev. Orç.	Prev. OPI	Prev. Orç.
União	16.862.293.200	13.635.358.800	17.811.630.400	23.783.019.400	18.843.153.000	33.896.701.700
Min. Fazenda	23.490.400	23.490.400	19.149.100	80.387.000	18.216.000	157.979.000

CONSOLIDAÇÃO DAS DESPESAS CUSTEIO E CAPITAL

União	38.379.992.900	34.935.431.600	40.641.666.500	52.129.306.600	42.933.797.000	71.713.528.000
Min. Fazenda	623.574.500	623.574.500	627.879.000	683.323.300	632.339.600	998.351.400

ENTIDADES SUPERVISIONADAS - DESPESA PROGRAMADA

ESPECIFICAÇÃO	1975	1976	1977
CASA DA MOEDA	249.872.800	252.306.500	258.954.900
SUPERINTENDENCIA DAS EMPRESAS INCORPORADAS AO PATRIMONIO NACIONAL	106.098.100	157.580.900	106.152.600
TOTAL	355.970.900	409.887.400	365.107.500

CASA DA MOEDA - FONTES DE RECURSOS E APLICAÇÃO

APLICAÇÃO FONTES DE RECURSOS	1975			1976			1977		
	CORRENTES	CAPITAL	TOTAL	CORRENTES	CAPITAL	TOTAL	CORRENTES	CAPITAL	TOTAL
TESOURO	21.486.800	22.500.000	43.986.800	21.916.500	22.500.000	44.416.500	22.554.900	22.500.000	44.854.900
ORDINÁRIOS	21.486.800	22.500.000	43.986.800	21.916.500	22.500.000	44.416.500	22.754.900	22.500.000	44.854.900
VINCULADOS									
OUTRAS FONTES	155.446.000	50.440.000	205.886.000	194.920.000	12.970.000	207.890.000	214.100.000		214.100.000
IMEDIATAMENTE APLICADOS	155.446.000	50.440.000	205.886.000	194.920.000	12.970.000	207.890.000	214.100.000		214.100.000
OPERAÇÕES DE CRÉDITO									
INTERNAS									
EXTERNAS									
CONVÊNIOS									
DIVERSAS									
TOTAL GERAL	176.932.800	72.940.000	249.872.800	216.836.500	35.470.000	252.306.500	236.654.900	22.500.000	258.954.900

CASA DA MOEDA - DESPESA POR PROJETOS E ATIVIDADES

ESPECIFICAÇÃO	1975	1976	1977
INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	247.946.800	250.322.700	256.911.600
INDÚSTRIA	247.946.800	250.322.700	256.911.600
PRODUÇÃO INDUSTRIAL	247.946.800	250.322.700	256.911.600
AMPLIAÇÃO DO PARQUE FÁBRIL DE VALORES DA UNIO	72.940.000	35.470.000	22.500.000
FABRICAÇÃO E CONTROLE DE VALORES MONETÁRIOS E SELOS	175.006.800	214.852.700	234.411.600
TRABALHO, ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	1.926.000	1.983.800	2.043.300
PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	1.926.000	1.983.800	2.043.300
PREVIDÊNCIA SOCIAL AO SERVIDOR PÚBLICO	1.926.000	1.983.800	2.043.300
CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	1.926.000	1.983.800	2.043.300
TOTAL	249.872.800	252.306.500	258.954.900

SUPERINTENDENCIA DAS EMPRESAS INCORPORADAS AO PATRIMONIO NACIONALRESUMO DA DESPESA POR UNIDADE, FONTES DE RECURSOS E APLICAÇÃO

APLICAÇÃO FONTES DE RECURSOS	1975			1976			1977		
	CORRENTES	CAPITAL	TOTAL	CORRENTES	CAPITAL	TOTAL	CORRENTES	CAPITAL	TOTAL
TESOURO	43.752.600	13.031.400	56.784.000	35.401.600	16.132.100	51.733.700	39.841.400	15.179.900	55.021.300
ORDINÁRIOS	43.752.600	13.031.400	56.784.000	35.401.600	16.132.100	51.733.700	39.841.400	15.179.900	55.021.300
VINCULADOS									
OUTRAS FONTES	21.245.800	23.068.500	44.314.300	20.343.200	85.504.000	105.847.200	23.721.500	27.409.600	51.131.100
IMEDIATAMENTE APLICADOS	20.335.600	4.174.000	24.509.600	20.343.200	7.120.800	27.464.000	23.721.500	7.361.000	31.082.500
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	910.000	18.894.500	19.804.500		78.383.200	78.383.200		20.048.600	20.048.600
INTERNAS									
EXTERNAS	910.000	18.894.500	19.804.500		78.383.200	78.383.200		20.048.600	20.048.600
CONVÊNIOS									
DIVERSAS									
TOTAL GERAL	64.998.200	36.099.900	101.098.100	55.944.800	101.636.100	157.580.900	63.562.900	42.589.700	106.152.600

SUPERINTENDENCIA DAS EMPRESAS INCORPORADAS AO PATRIMONIO NACIONAL

RESUMO ANUAL DA DESPESA POR PROJETOS E ATIVIDADES

ESPECIFICAÇÃO	1975	1976	1977
ADMINISTRACAO SUPERIOR E PLANEJAMENTO GLOBAL	3.816.400	3.912.800	4.011.700
ADMINISTRACAO	3.816.400	3.912.800	4.011.700
ADMINISTRACAO GERAL	3.816.400	3.912.800	4.011.700
ADMINISTRACAO DA SUPERINTENDENCIA	3.816.400	3.912.800	4.011.700
COMUNICACOES	52.144.000	130.533.300	76.301.900
RADIODIFUSAO	52.144.000	130.533.300	76.301.900
SERVICOS DE RADIODIFUSAO SONORA	52.144.000	130.533.300	76.301.900
MODERNIZACAO DA TV-RADIO NACIONAL DE BRASLIA	7.310.000	84.214.300	23.148.800
AMORTIZACAO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO	2.171.000	10.337.900	16.230.300
MANUTENCAO DA RADIO NACIONAL (GUANABARA)	14.436.000	12.183.400	12.436.800
MANUTENCAO DA TV-RADIO NACIONAL DE BRASLIA	28.233.000	23.797.900	24.486.000
INDUSTRIA, COMERCIO E SERVICOS	45.815.800	52.610.400	52.224.200
INDUSTRIA	45.815.800	52.610.400	52.224.200
PRODUCO INDUSTRIAL	11.239.400	13.372.500	16.014.700
MANUTENCAO DA INDUSTRIA BRASILEIRA DE PAPEL	11.239.400	13.372.500	16.014.700
TURISMO	33.444.200	9.237.900	9.209.500
SERVICOS DE TRANSPORTE URBANO	33.444.200	9.237.900	9.209.500
MODERNIZACAO DA ESTRADA DE FERRO CORCOVADO	800.300	6.306.500	5.949.100
AMORTIZACAO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO	2.619.700	2.931.400	3.240.400
MANUTENCAO DA ESTRADA DE FERRO CORCOVADO	451.900	524.200	614.800
TRABALHO, ASSISTENCIA E PREVIDENCIA	521.900	524.200	614.800
PROGRAMA DE FORMACAO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO	521.900	524.200	614.800
PREVIDENCIA SOCIAL AO SERVIDOR PUBLICO	451.900	524.200	614.800
CONTRIBUICAO PARA A FORMACAO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO	451.900	524.200	614.800
TOTAL	101.098.100	157.580.900	106.152.600

O Orçamento anual para 1975, do Subanexo do Ministério da Fazenda, guarda identidade com a programação do Orçamento Plurianual de Investimentos, dentro deste exercício.

Não foi apresentada nenhuma emenda a este Anexo.

Nosso parecer é pela aprovação do Projeto, nos termos propostos pelo Poder Executivo.

É o nosso parecer.

Sala da Comissão Mista de Orçamento, em 1.º de outubro de 1974. — Deputado Adhemar de Barros Filho, Presidente — Deputado Daniel Faraco, Relator — Senador Alexandre Costa — Senador Carlos Lindenberg — Senador Cattete Pinheiro — Senador Dinarte Mariz — Senador Eurico Rezende — Senador Fernando Corrêa — Senador Renato Franco — Senador João Cleofas — Senador Lourival Baptista — Senador Magalhães Pinto — Senador Virgílio Távora — Senador Guido Mondin — Deputado Américo Brasil — Deputado Arthur Santos — Deputado Cândido Sampaio — Deputado Geraldo Freire — Deputado Helbert dos Santos — Deputado Hugo Aguiar — Deputado Márcio Paes — Deputado Montelero de Barros — Deputado Nogueira de Rezende — Deputado Oswaldo Zanello — Deputado Parente Frota — Deputado Parsifal Barroso — Deputado Paulino Cicero — Deputado Paulo Alberto — Deputado Pinheiro Machado — Deputado Raimundo Diniz — Deputado Sílvio Lopes — Deputado Vasco Neto —

Deputado Joel Ferreira — Deputado Padre Nobre — Deputado Renato Azeredo — Deputado José Camargo — Deputado Josias Gomes — Deputado Ruydalméida Barbosa.

PARECER Nº 62-L, DE 1974-CN

Da Comissão Mista de Orçamento, sobre o Projeto de Lei n.º 6, de 1974 (CN), que aprova o Orçamento Plurianual de Investimentos para o triênio 1975/1977 — 1600 — Ministério do Exército.

Relator: Deputado Cândido Sampaio

Chamados a oferecer relatório e parecer ao Projeto de Lei Orçamentária Plurianual, triênio 1975/1977, no que diz respeito aos gastos do Ministério do Exército, passo a tecer algumas considerações preliminares, ao estabelecer correlações existentes entre o OPI que ora estudamos e o II Plano Nacional de Desenvolvimento, recém chegado ao Congresso Nacional para análise.

Realmente, não há como negar o clima de euforia e entusiasmo de algumas metas a atingir, segundo o PND, a saber:

— PIB superior a 100 bilhões de dólares ao fim do período governamental;

— Expansão da oferta de emprego somando 10,5% em 1977;

— Comércio exterior de 40 bilhões de dólares previsto para 1979;

— Per capita acima de 1.000 dólares em 1979;

— Reformulação dos programas de distribuição de renda.

Essas algumas das situações que o Governo pretende alcançar, ou pelo menos aproximar o País em

termos de estágio de desenvolvimento, para o que propõe ao Poder Legislativo o planejamento dos gastos correspondentes, em Projeto de Lei n.º 6, de 1974, ora em estudos.

No que concerne ao Ministério do Exército, prevê-se gastos razoavelmente baixos, considerando-se a vasta gama de atividades desse ramo das Forças Armadas, na sua tarefa de destinação constitucional.

2. Perfeitamente compatibilizado com o orçamento anual de 1975, também cumprindo trâmite nesta Comissão, prevê o OPI dotações a seguir especificadas para o Ministério do Exército.

DEMONSTRATIVO ANUAL DA DESPESA POR FUNÇÕES, PROGRAMAS E SUBPROGRAMAS				
1600 - MINISTÉRIO DO EXÉRCITO				
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	1975	1976	1977
0600000	DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA	4.642.464.900	4.750.772.200	4.860.434.300
0607000	ADMINISTRAÇÃO	13.092.000	10.655.000	10.894.000
0607021	ADMINISTRAÇÃO GERAL	13.092.000	10.655.000	10.894.000
0607000	GESTÃO FINANCEIRA	10.409.800	10.602.500	10.051.800
0607034	DÍVIDA EXTERNA	10.409.800	10.602.500	10.051.800
0628000	DEFESA TERRESTRE	4.612.913.100	4.722.724.700	4.833.369.500
0628021	ADMINISTRAÇÃO GERAL	354.156.900	350.984.800	362.405.800
0628022	DOCUMENTAÇÃO E BIBLIOGRAFIA	5.000.000	6.000.000	4.000.000
0628024	PROCESSAMENTO DE DADOS	2.600.000	2.600.000	2.600.000
0628043	ORGANIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	26.510.000	1.380.000	1.445.000
0628044	INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS E ESTATÍSTICAS	6.000.000	6.500.000	7.000.000
0628050	PESQUISAS CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS	22.685.000	15.000.000	16.000.000
0628136	SERVIÇOS ESPECIAIS DE TELECOMUNICAÇÕES	72.663.000	76.800.000	81.350.000
0628166	OPERAÇÕES TERRESTRES	4.066.632.200	4.200.862.900	4.291.747.700
0628169	SERVIÇOS DE INFORMAÇÕES E CONTRA-INFORMAÇÕES	3.150.000	3.300.000	3.470.000
0628205	ENSINO DE GRADUAÇÃO	1.800.000	1.800.000	2.000.000
0628206	ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO	1.700.000	1.700.000	1.900.000
0628217	TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	3.350.000	2.710.000	2.000.000
0628264	GERAÇÃO DE ENERGIA TERMELÉTRICA	1.500.000	1.650.000	1.700.000
0628316	HABITAÇÕES URBANAS	30.000.000	35.000.000	38.000.000
0628347	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	2.226.000	2.337.000	2.450.000
0628432	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR GERAL	13.000.000	14.100.000	15.300.000
0646003	EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS	1.540.000	1.540.000	1.650.000
0646226	DESPORTO MILITAR	1.540.000	1.540.000	1.650.000
0681000	ASSISTÊNCIA	4.450.000	4.700.000	4.470.000
0681486	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	4.450.000	4.700.000	4.470.000
0800000	EDUCAÇÃO E CULTURA	2.700.000	2.700.000	2.900.000
0843000	ENSINO DE SEGUNDO GRAU	2.700.000	2.700.000	2.900.000
0843199	ENSINO POLIVALENTE	2.700.000	2.700.000	2.900.000
1000000	HABITAÇÃO E URBANISMO	450.000	460.000	470.000
1057000	HABITAÇÃO	450.000	460.000	470.000
1057316	HABITAÇÕES URBANAS	450.000	460.000	470.000
1500000	TRABALHO, ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	1.850.000	1.700.000	1.750.000
1581000	ASSISTÊNCIA	1.850.000	1.700.000	1.750.000
1581423	ASSISTÊNCIA AO MENOR	1.450.000	1.100.000	1.160.000
1581436	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	400.000	600.000	600.000
		4.642.464.900	4.750.772.200	4.860.434.300

Pelo visto, entendemos que as despesas no Ministério do Exército no decorrer dos próximos três anos estão perfeitamente compatíveis com os objetivos a alcançar, principalmente se considerarmos as projeções do PND para 1979, cujas metas, algumas delas há pouco referidas, constituem um grande passo rumo ao pleno desenvolvimento do País.

Por não ser uma lei realmente autorizativa, senão a projeção dos gastos governamentais para um período determinado, dá-nos este OPI uma idéia bem próxima da realidade prevista, corrigida na proporção em que os fatos econômicos internos e externos o exigirem. Assim, cremos que deverá haver correções talvez maiores daquelas efetuadas no OPI vigente, uma vez que a recente crise do petróleo encaminha todo o sistema econômico mundial a rever as suas estruturas.

É de se acreditar, entretanto, que a Secretaria de Planejamento e o Ministério do Exército terão considerado todos esses fatores, tanto os internos como os alienígenas, ao prever os dispêndios de três anos, para o Exército, estimados em cerca de 14.268 milhões de cruzeiros.

3. Por não haver nenhuma emenda a considerar, somos de parecer que deve ser aprovado o Orçamento Plurianual de Investimentos para o triênio 1975/1977, na parte referente ao Ministério do Exército.

É o nosso parecer.

Sala da Comissão Mista de Orçamento, em 1.º de outubro de 1974. — Deputado Adhemar de Barros Filho, Presidente — Deputado Cantídio Sampaio, Relator — Senador Alexandre Costa — Senador Carlos Lindenberg — Senador Cattete Pinheiro — Senador Dinarte Mariz — Senador Eurico Rezende — Senador Fernando Corrêa — Senador Renato Franco — Senador João Cleofas — Senador Lourival Baptista — Senador Magalhães Pinto — Senador Virgílio Távora — Senador Guido Mondin — Deputado Américo Brasil — Deputado Arthur Santos — Deputado Daniel Faraço — Deputado Geraldo Freire — Deputado Helbert dos Santos — Deputado Hugo Aguiar — Deputado

Márcio Paes — Deputado Monteiro de Barros — Deputado Nogueira Rezende — Deputado Oswaldo Zanello — Deputado Parente Frota — Deputado Parsifal Barroso — Deputado Paulino Cícero — Deputado Paulo Alberto — Deputado Pinheiro Machado — Deputado Raimundo Diniz — Deputado Silvio Lopes — Deputado Vasco Neto — Deputado Joel Ferreira — Deputado Padre Nobre — Deputado Renato Azeredo — Deputado José Camargo — Deputado Josias Gomes — Deputado Ruydalmeida Barbosa.

PARECER Nº 62-M, DE 1974-CN

Da Comissão Mista de Orçamento sobre o Projeto de Lei n.º 6, de 1974 (CN), que "Aprova o Orçamento Plurianual de Investimentos para o Triênio 1975/1977" — Anexo II — Despesa — Subanexo 1.400 — Ministério das Comunicações.

Relator: Deputado Monteiro de Barros.

De conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 60 da Constituição Federal e no artigo 5.º do Ato Complementar n.º 43, de 29 de janeiro de 1969, o Senhor Presidente da República estima, através do OPI para o triênio 1975/1977, as despesas de capital, sob a égide do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND).

Consubstanciado no Projeto de Lei n.º 6, de 1974 (CN), foi o OPI em questão enviado à Douta Comissão Mista de Orçamento, onde fomos incumbidos de relatar a parte referente ao Anexo II — Programação da Despesa por Órgão e Unidade — Subanexo 1.400 — Ministério das Comunicações.

O OPI em exame, instrumental necessário à execução das metas do II PND, é um plano trienal de investimentos para o período de 1975/1977, destinado a tornar produtivo o capital, para cujo efeito é necessária toda providência para estimular o desenvolvimento econômico, tendo se baseado o Governo no conhecimento adequado dos recursos do País.

Preliminarmente, enfatizamos que a despesa da Função COMUNICAÇÕES deverá manter certo crescimento equilibrado e razoável, ditado pela continuidade do ritmo de desenvolvimento da política de Comunicações anteriormente traçada pelo Governo Brasileiro, eis que para todo o setor, no triênio considerado, serão despendidos substanciais recursos em Despesas Correntes e Despesas de Capital, como demonstra o quadro a seguir:

Função: COMUNICAÇÕES

Triênio 1975/1977

CONSOLIDAÇÃO DA DESPESA — RECURSOS DE TODAS AS FONTES

Cr\$ 1,00

Natureza da Despesa	1975	1976	1977	Incrementos em Relação a 1975	
				1976	1977
Despesas Correntes	1.384.611.300	1.251.436.900	1.330.906.500	— 9,6%	— 3,9%
Despesas de Capital	1.690.483.800	2.054.626.100	2.199.943.500	+ 21,5%	+ 29,5%
Total	3.075.095.100	3.306.063.000	3.520.850.000	+ 7,5%	+ 14,5%

Fonte: Orçamento Plurianual de Investimentos para o Triênio 1975/1977.

A despesa da Função COMUNICAÇÕES estará distribuída entre os seguintes Órgãos:

Órgãos	1975	1976	1977
Ministério das Comunicações	1.425.451.100	1.348.109.500	1.420.578.100
Ministério da Fazenda	52.144.000	130.533.500	76.301.900
Encargos Gerais	175.500.000	171.500.000	187.500.000
FND	1.422.000.000	1.655.920.000	1.856.470.000
Total	3.075.095.100	3.306.063.000	3.520.850.000

Verifica-se que, conforme o quadro acima exposto, os recursos expressivos para o setor partirão dos Encargos Gerais da União e do Fundo Nacional de Desenvolvimento, cuja aplicação será a seguinte:

— Participação da União no Capital da TELEBRÁS:

— Recursos dos Encargos Gerais da União (programas especiais):

1975	Cr\$	101.323.800,00
1976	Cr\$	68.398.300,00
1977	Cr\$	38.400.000,00

— Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento:

1975	Cr\$	1.422.000.000,00
1976	Cr\$	1.655.920.000,00
1977	Cr\$	1.856.470.000,00

— Departamento Nacional de Telecomunicações (DENTEL):

— Recursos dos Encargos Gerais da União (implantação da rede de fiscalização das telecomunicações):

1975	Cr\$	44.176.200,00
1976	Cr\$	53.101.700,00
1977	Cr\$	54.100.000,00

— Participação da União no Capital da Empresa Brasileira de Radiodifusão:

— Recursos dos Encargos Gerais da União:

1975	Cr\$	30.000.000,00
1976	Cr\$	50.000.000,00
1977	Cr\$	75.000.000,00

O quadro a seguir, consolida e esclarece os dados acima, introduzindo, inclusive, o percentual de crescimento do último ano em relação a 1975:

Função: COMUNICAÇÕES
CONSOLIDAÇÃO DOS RECURSOS ORIUNDOS DOS ENCARGOS GERAIS DA UNIÃO E DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

Cr\$ 1,00

Aplicações	1975	1976	1977	Crescimento Ano-Base: 1975
Participação da União no Capital da Empresa Brasileira de Radiodifusão	30.000.000	50.000.000	75.000.000	150%
Implantação da Rede de Fiscalização das Telecomunicações	44.176.200	53.101.700	54.100.000	22,5%
Participação da União no Capital da TELEBRÁS S.A.	1.523.323.800	1.724.318.300	1.894.870.000	24,4%
Total	1.597.500.000	1.827.420.000	2.023.970.000	26,7%

Quanto ao Ministério da Fazenda, os recursos para a Função Comunicações serão aplicados em projetos a cargo da Superintendência das Empresas In-

corporadas ao Patrimônio Nacional e em atividades a cargo das mesmas empresas, conforme discriminação abaixo:

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Função: Comunicações
— Serviço de Radiodifusão Sonora:

1975	Cr\$	41.204.000,00
1976	Cr\$	40.758.000,00
1977	Cr\$	44.269.000,00

Ao examinar os recursos destinados ao Ministério das Comunicações, razão de ser do nosso relatório, passaremos, nesta fase, às considerações finais e, posteriormente, ao nosso parecer.

O Orçamento Plurianual de Investimentos consignava ao Ministério das Comunicações, no triênio considerado, valores para Despesas Correntes e Despesas de Capital, conforme demonstrado a seguir:

ORÇAMENTO PLURIANUAL	RESUMO DA DESPESA POR ÓRGÃO, FONTE DE RECURSOS E APLICAÇÃO								
	1975			1976			1977		
APLICAÇÃO	CORRENTES	CAPITAL	TOTAL	CORRENTES	CAPITAL	TOTAL	CORRENTES	CAPITAL	TOTAL
TESOURO	578.173.100	84.359.000	662.532.100	594.834.900	86.156.400	680.991.500	612.230.000	88.447.100	700.677.100
ORDINÁRIOS	578.173.100	76.159.000	654.332.100	594.834.900	77.156.400	671.991.500	612.230.000	78.547.100	690.777.100
VINCULADOS		8.200.000	8.200.000		9.000.000	9.000.000		9.900.000	9.900.000
OUTRAS FONTES	770.805.200	3.313.800	774.119.000	633.936.200	44.881.800	678.818.000	691.824.800	40.476.200	732.301.000
DIRETAMENTE ARRECADADOS	770.805.200	3.313.800	774.119.000	633.936.200	44.881.800	678.818.000	691.824.800	40.476.200	732.301.000
OPERAÇÕES DE CRÉDITO									
INTERNAS									
EXTERNAS									
CONVÊNIOS									
DIVERSAS									
TOTAL GERAL	1.348.978.300	87.672.800	1.436.651.100	1.228.771.100	131.038.200	1.359.809.500	1.304.054.800	128.923.300	1.432.978.100

Primeiramente, cumpre-nos esclarecer, do quadro anterior, várias fontes de recursos com que contará o Ministério em questão:

— “Recursos Vinculados” — referem-se à arrecadação da taxa de fiscalização das telecomunicações,

nos termos da Lei n.º 5.070, de 7-7-66, que criou o Fundo de Fiscalização dos Telecomunicações;

— “Outras Fontes, diretamente arrecadados” — referem-se à estimativa da receita própria da ECT somada à contribuição para a formação do patrimônio do servidor público da referida empresa, conforme o seguinte quadro:

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS — ECT
RECURSOS DE OUTRAS FONTES

Diretamente Arrecadados	1975	1976	1977
Estimativa da Receita Própria	762.919.000	667.118.000	719.901.000
PASEP	11.200.000	11.700.000	12.400.000
Total	774.119.000	678.818.000	732.301.000

As unidades orçamentárias do Ministério das Comunicações contarão com os seguintes recursos do Tesouro Nacional:

RESUMO ANUAL DA DESPESA POR UNIDADE				
1400 - MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES				
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	1975	1976	1977
1401	GABINETE DO MINISTRO	6.555.100	6.602.800	6.652.000
1402	SECRETARIA GERAL	12.208.700	12.345.600	12.486.500
1403	SECRETARIA GERAL - ENTIDADES SUPERVISIONADAS	581.523.000	598.969.800	616.938.400
1404	INSPECTORIA GERAL DE FINANÇAS	4.118.000	4.136.200	4.155.000
1405	DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES	2.760.200	2.778.700	2.797.700
1406	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	13.980.000	13.753.100	14.035.400
1407	DEPARTAMENTO NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES	37.470.200	38.463.300	39.644.300
1408	DEPARTAMENTO DO PESSOAL	3.916.900	3.942.000	3.967.800
TOTAL		662.532.100	680.991.500	700.677.100

As despesas das aludidas unidades orçamentárias, por sua natureza, serão as seguintes:

RESUMO DA DESPESA POR UNIDADE, FONTE DE RECURSOS E APLICAÇÃO									
1400 - MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES									
1402 - SECRETARIA GERAL									
APLICAÇÃO	1975			1976			1977		
	CORRENTES	CAPITAL	TOTAL	CORRENTES	CAPITAL	TOTAL	CORRENTES	CAPITAL	TOTAL
TESOURO	11.394.700	814.000	12.208.700	11.507.100	838.500	12.345.600	11.622.900	863.600	12.486.500
ORDINÁRIOS	11.394.700	814.000	12.208.700	11.507.100	838.500	12.345.600	11.622.900	863.600	12.486.500
VINCULADOS									
TOTAL GERAL	11.394.700	814.000	12.208.700	11.507.100	838.500	12.345.600	11.622.900	863.600	12.486.500

RESUMO DA DESPESA POR UNIDADE, FONTE DE RECURSOS E APLICAÇÃO									
1400 - MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES									
1403 - SECRETARIA GERAL - ENTIDADES SUPERVISIONADAS									
APLICAÇÃO	1975			1976			1977		
	CORRENTES	CAPITAL	TOTAL	CORRENTES	CAPITAL	TOTAL	CORRENTES	CAPITAL	TOTAL
TESOURO	581.523.000	69.405.000	650.928.000	527.487.000	71.487.800	598.974.800	543.326.000	73.632.400	616.958.400
ORDINÁRIOS	581.523.000	69.405.000	650.928.000	527.487.000	71.487.800	598.974.800	543.326.000	73.632.400	616.958.400
VINCULADOS									
TOTAL GERAL	581.523.000	69.405.000	650.928.000	527.487.000	71.487.800	598.974.800	543.326.000	73.632.400	616.958.400

RESUMO DA DESPESA POR UNIDADE, FONTE DE RECURSOS E APLICAÇÃO									
1400 - MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES									
1404 - INSPECTORIA GERAL DE FINANÇAS									
APLICAÇÃO	1975			1976			1977		
	CORRENTES	CAPITAL	TOTAL	CORRENTES	CAPITAL	TOTAL	CORRENTES	CAPITAL	TOTAL
TESOURO	4.118.000	309.500	4.427.500	3.817.400	318.800	4.136.200	3.826.600	328.400	4.155.000
ORDINÁRIOS	4.118.000	309.500	4.427.500	3.817.400	318.800	4.136.200	3.826.600	328.400	4.155.000
VINCULADOS									
TOTAL GERAL	4.118.000	309.500	4.427.500	3.817.400	318.800	4.136.200	3.826.600	328.400	4.155.000

ORÇAMENTO PLURIANUAL	RESUMO DA DESPESA POR UNIDADE, FONTE DE RECURSOS E APLICAÇÃO								
	1400 - MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES								
APLICAÇÃO FONTE DE RECURSOS	1975			1976			1977		
	CORRENTES	CAPITAL	TOTAL	CORRENTES	CAPITAL	TOTAL	CORRENTES	CAPITAL	TOTAL
TESOURO	2.449.800	310.400	2.760.200	2.458.900	319.800	2.778.700	2.468.300	329.400	2.797.700
ORDINÁRIOS	2.449.800	310.400	2.760.200	2.458.900	319.800	2.778.700	2.468.300	329.400	2.797.700
VINCULADOS									
TOTAL GERAL	2.449.800	310.400	2.760.200	2.458.900	319.800	2.778.700	2.468.300	329.400	2.797.700

ORÇAMENTO PLURIANUAL	RESUMO DA DESPESA POR UNIDADE, FONTE DE RECURSOS E APLICAÇÃO								
	1400 - MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES								
APLICAÇÃO FONTE DE RECURSOS	1975			1976			1977		
	CORRENTES	CAPITAL	TOTAL	CORRENTES	CAPITAL	TOTAL	CORRENTES	CAPITAL	TOTAL
TESOURO	12.089.900	1.890.100	13.980.000	12.114.200	1.838.900	13.953.100	12.346.400	1.689.000	14.035.400
ORDINÁRIOS	12.089.900	1.890.100	13.980.000	12.114.200	1.838.900	13.953.100	12.346.400	1.689.000	14.035.400
VINCULADOS									
TOTAL GERAL	12.089.900	1.890.100	13.980.000	12.114.200	1.838.900	13.953.100	12.346.400	1.689.000	14.035.400

ORÇAMENTO PLURIANUAL	RESUMO DA DESPESA POR UNIDADE, FONTE DE RECURSOS E APLICAÇÃO								
	1400 - MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES								
APLICAÇÃO FONTE DE RECURSOS	1975			1976			1977		
	CORRENTES	CAPITAL	TOTAL	CORRENTES	CAPITAL	TOTAL	CORRENTES	CAPITAL	TOTAL
TESOURO	26.714.600	10.755.400	37.470.000	27.611.400	10.651.900	38.263.300	28.968.000	10.676.300	39.644.300
ORDINÁRIOS	26.714.600	2.558.400	29.273.000	27.611.400	1.851.900	29.463.300	28.968.000	716.300	29.684.300
VINCULADOS		8.200.000	8.200.000		9.000.000	9.000.000		9.000.000	9.000.000
TOTAL GERAL	26.714.600	10.755.400	37.470.000	27.611.400	10.651.900	38.263.300	28.968.000	10.676.300	39.644.300

ORÇAMENTO PLURIANUAL	RESUMO DA DESPESA POR UNIDADE, FONTE DE RECURSOS E APLICAÇÃO								
	1400 - MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES								
APLICAÇÃO FONTE DE RECURSOS	1975			1976			1977		
	CORRENTES	CAPITAL	TOTAL	CORRENTES	CAPITAL	TOTAL	CORRENTES	CAPITAL	TOTAL
TESOURO	3.580.500	336.400	3.916.900	3.595.500	346.500	3.942.000	3.610.900	356.900	3.967.800
ORDINÁRIOS	3.580.500	336.400	3.916.900	3.595.500	346.500	3.942.000	3.610.900	356.900	3.967.800
VINCULADOS									
TOTAL GERAL	3.580.500	336.400	3.916.900	3.595.500	346.500	3.942.000	3.610.900	356.900	3.967.800

APLICAÇÃO	RESUMO DA DESPESA POR UNIDADE, FONTE DE RECURSOS E APLICAÇÃO								
	1975			1976			1977		
FONTE DE RECURSOS	CORRENTES	CAPITAL	TOTAL	CORRENTES	CAPITAL	TOTAL	CORRENTES	CAPITAL	TOTAL
TESOURO	512.118.000	69.405.000	581.523.000	527.482.000	71.487.800	598.969.800	543.306.000	73.632.400	616.938.400
ORDINÁRIOS	512.118.000	69.405.000	581.523.000	527.482.000	71.487.800	598.969.800	543.306.000	73.632.400	616.938.400
VINCULADOS									
OUTRAS FONTES	770.805.200	3.313.800	774.119.000	633.936.200	44.881.800	678.818.000	691.824.800	40.476.200	732.301.000
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	770.805.200	3.313.800	774.119.000	633.936.200	44.881.800	678.818.000	691.824.800	40.476.200	732.301.000
INTERNAS									
EXTERNAS									
CONVÊNIOS									
DIVERSAS									
TOTAL GERAL	1.282.923.200	72.718.800	1.355.642.000	1.161.418.200	116.369.600	1.277.787.800	1.235.130.800	114.108.600	1.349.239.400

Verifica-se, pelos quadros apresentados, que os recursos do Tesouro destinados ao Ministério das Comunicações, para o triênio 1975/1977, somarão:

Em 1975	Cr\$	662.532.100,00
Em 1976	Cr\$	680.991.500,00
Em 1977	Cr\$	700.677.100,00

Para o desenvolvimento da área de fiscalização das telecomunicações, o Departamento Nacional de Telecomunicações contará, além dos recursos constantes do quadro correspondente, com aqueles oriundos da arrecadação das taxas de fiscalização das telecomunicações, a que já nos referimos na folha 3 deste relatório.

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos — ECT, conforme o quadro correspondente já apresentado, continuará, no triênio considerado, a contar com recursos do Tesouro para cobertura do seu déficit operacional e com a receita própria estimada, com o fito de se obter o aparelhamento e a reestruturação, necessários para que, a longo prazo, a referida empresa atinja a meta proposta, qual seja a de um equilíbrio financeiro a ser calcado, unicamente, na sua já crescente e compensadora Receita Própria.

A desoneração futura dos encargos atinentes aos serviços telegráficos — que passarão às atribuições da futura “empresa de telégrafos” —, fará, sem dúvida, com que a ECT desonere a União, desvinculando-se dos recursos orçamentários. Acreditamos que após a consecução dessa meta, os serviços postais no Brasil tomarão nova dimensão, equiparando-se, possivelmente, ao nível daqueles serviços postais prestados pelas nações desenvolvidas.

A vista do exposto e não tendo sido apresentadas Emendas ao Subanexo que relatamos, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei n.º 6, de 1974 (CN), na parte referente ao Ministério das Comunicações. É o nosso parecer.

Sala da Comissão Mista de Orçamento, em 1.º de outubro de 1974. — Deputado Adhemar de Barros Filho, Presidente — Deputado Monteiro de Barros, Relator — Senador Alexandre Costa — Senador Carlos Lindenberg — Senador Cattete Pinheiro — Senador Dinarte Mariz — Senador Eurico Rezende — Senador Fernando Corrêa — Senador Renato Franco —

Senador João Cleofas — Senador Lourival Baptista — Senador Magalhães Pinto — Senador Guido Mondin — Deputado Américo Brasil — Deputado Arthur Santos — Deputado Cantídio Sampaio — Deputado Daniel Faraco — Deputado Geraldo Freire — Deputado Helbert dos Santos — Deputado Hugo Aguiar — Deputado Márcio Paes — Deputado Nogueira de Rezende — Deputado Oswaldo Zanello — Deputado Parente Frota — Deputado Parsifal Barroso — Deputado Paulino Cicero — Deputado Paulo Alberto — Deputado Pinheiro Machado — Deputado Raimundo Diniz — Deputado Silvío Lopes — Deputado Vasco Neto — Deputado Joel Ferreira — Deputado Padre Nobre — Deputado Renato Azeredo — Deputado José Camargo — Deputado Josias Gomes — Deputado Ruy-dalmeida Barbosa.

PARECER Nº 62-N, DE 1974-CN

Da Comissão Mista de Orçamento, sobre o Projeto de Lei n.º 6, de 1974 (CN), relativo ao Orçamento Plurianual de Investimentos para o triênio 1975/1977. Ministério da Indústria e do Comércio.

Relator: Senador Alexandre Costa

O Projeto de Lei de que ora nos ocupamos aprova o Orçamento Plurianual de Investimentos para o triênio 1975/1977. Para o Ministério da Indústria e do Comércio estão nele destinados recursos no montante de Cr\$ 975.978.000,00 (novecentos e setenta e cinco milhões, novecentos e setenta e seis mil cruzeiros), das seguintes procedências:

I) Recursos do Tesouro — Cr\$ 398.450.000,00 (trezentos e noventa e oito milhões, quatrocentos e cinquenta mil cruzeiros).

II) Outras fontes — Cr\$ 577.528.000,00 (quinhentos e setenta e sete milhões, quinhentos e vinte e seis mil cruzeiros).

2. A distribuição dos recursos durante o triênio se fará no limte desta previsão (em Cr\$ 1,00 de 1975):

Ano	Valores	%
1975	300.076.000	30,75
1976	329.450.000	33,75
1977	346.450.000	35,50

3. Segundo as categorias econômicas, assim estão previstas as despesas no triênio (em Cr\$ 1,00 de 1975):

Despesas Correntes	373.407.800 (38,26)
Despesa de Capital	602.568.200 (61,74)

4. Os órgãos do MIC que receberão maior massa de recursos no período serão (Cr\$ 1,00 de 1975):

Gabinete do Ministro	57.140.100
Departamento de Serviços Gerais	42.668.000
Instituto Nacional de Pesos e Medidas	171.893.700
Secretaria de Tecnologia Industrial	580.910.000

Ilustraria a exposição que estamos fazendo, neste ponto, uma referência pormenorizada aos diferentes programas de trabalho em que deverão ser empregados esses recursos. Não o fazemos, porém, pela ausência de um detalhamento desses programas no texto documental que contém a matéria em exame.

5. Os sete quadros anexados a esta exposição permitem algumas outras diferentes observações em torno da posição do MIC no Orçamento Plurianual de Investimentos para o triênio 1975/1977 e sobre aspectos da própria distribuição de recursos na área interna da referida Secretaria de Estado.

6. Atende-se, no Quadro I, à posição ocupada pelo MIC nos três exercícios financeiros compreendidos no período, considerado o montante de recursos para cada ano. Essa participação será de apenas 0,27% em 1975, mantendo-se ao nível de 0,26% em 1976 e 1977. Uma participação, sem dúvida, extremamente modesta, consideradas, no caso, as próprias atribuições do Ministério, muitas delas de alta essencialidade para o País, fixadas na sua legislação básica (Lei n.º 3.782, de 22 de julho de 1965) e no Decreto-lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967.

7. O quadro 4 — Demonstrativo da Despesa por Função e Programa — nos possibilita constatar a concentração de recursos no item Ciência e Tecnologia, na seguinte escala:

200.896.200	em 1975
198.976.100	em 1976
200.639.200	em 1977

Esses quantitativos correspondem, nos respectivos exercícios a que se destinam, a percentuais de 66,95, 60,39 e 58,49 sobre o total de recursos destinados ao Ministério.

8. Finalmente, os quadros 6 e 7 evidenciam, sob dois diferentes enfoques, a superioridade constante das cifras indicativas dos recursos destinados às Despesas de Capital sobre aquelas que representam os meios financeiros consignados às Despesas Correntes.

9. Longo e árduo foi o trabalho de quantos, neste País, entre técnicos, legisladores e administradores, procuraram compartilhar a utilização do Planejamento Governamental com as características teóricas e com o estilo de ação do Estado brasileiro, até o limite de vigência da Constituição de 1946. O centro da demorada controvérsia em que se viram envolvidos residia, precisamente, no suposto antagonismo inamovível entre a adoção de um planejamento governamental rígido e abrangente e a idéia, que se mantinha dominante, de que o atendimento ao interesse público deveria ser feito — na mecânica de um governo democrático — através de decisões que se sucederiam, em trabalho de cooperação íntima entre o Executivo e o Legislativo, cada um desses Poderes no exercício correto de seu papel constitucional.

10. Tratava-se, acreditamos, de um preconceito explicável no período de pós-guerra, nascido que fora de uma reação generalizada, então desencadeada aos Estados totalitários, vencidos, que tinham feito largo uso das técnicas de planejamento global na década de 30.

11. A própria complexidade crescente dos problemas de cada Nação, condicionados, de fora, pela difícil conjuntura internacional dos últimos anos, acabou por impor a conveniência de um acatamento à disciplina do plano, para que os recursos disponíveis fossem melhor aproveitados na solução dos grandes problemas nacionais.

12. A partir de certo momento firmou-se um consenso em torno da idéia de que planejar, — inter-relacionando programas a prazos anuais ou plurianuais — seria um comportamento mais racional do que improvisar. E, também, de que o plano não passava de um simples instrumento de trabalho. Meio — e, não fim. A questão realmente importante era mesmo a espécie de plano de adotar, a concepção de vida nele implícita e a qualidade técnica dos programas e dos projetos que pudesse gerar.

13. Em nossos dias, a técnica do planejamento é universalmente adotada. No Brasil tem-se feito, com evidente êxito, largo uso dela, nos últimos anos. O Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento, por exemplo, foi um importante fator na expansão da economia brasileira. E o Segundo PND, em vias de aprovação, aí está firmando objetivos e métodos, com vistas à desejada continuidade dessa expansão no triênio a iniciar-se em 1975 — na conjuntura universal difícil de um mundo em crise.

14. A proporção que um plano de ação, na área econômico-social, passa a representar a diretriz administrativa predominante, o próprio fato faz com que a política fiscal, em particular, e a orçamentária, em geral, sejam colocadas em harmonia com ela. O fato exprime a mobilização de dois instrumentos poderosos para o aceleração do processo administrativo no rumo dos objetivos visados.

15. As propostas orçamentárias anuais enviadas pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, nos últimos anos, afastaram-se do velho modelo clássico de uma simples autorização de despesas para assegurar a sobrevivência da máquina administrativa. Elas têm,

hoje, a conotação de verdadeiros planos de governo, para modificar estruturas e deflagrar um processo permanente de crescimento, com a previsão que fazem de maciças despesas de capital.

16. O Orçamento Plurianual cuja proposta para o período 1975/1977 está motivando as presentes considerações é um exemplo ilustrativo dessa utilização ampla que hoje se está fazendo do instrumental orçamentário.

17. O OPI 1975/1977, diz a Mensagem Presidencial que o encaminhou ao Congresso, foi elaborado sob a égide do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). Neste OPI, prossegue o texto da Mensagem, expressão financeira do Plano, são apresentados os programas, com o necessário detalhamento por projetos e atividades, dos órgãos e entidades que recebem do Tesouro.

18. Agricultura, Educação, Saúde, Ciência e Tecnologia, setores destacados como prioritários no Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento exprimem também, no presente projeto do OPI, as áreas administrativas para as quais serão encaminhados maiores recursos. Objetiva-se no caso, evidentemente, o efeito multiplicador dos investimentos realizados nessas áreas, considerada em particular a atual fase econômico-social em que se encontra o Brasil.

Considerado o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei n.º 6, de 1974 (CN), relativo ao Orçamento Plurianual de Investimentos, Ministério da Indústria e do Comércio.

É o parecer.

Sala da Comissão Mista de Orçamento, em 2 de outubro de 1974. — Deputado Adhemar de Barros Filho, Presidente — Senador Alexandre Costa, Relator — Senador Carlos Lindenberg — Senador Cattete Pinheiro — Senador Dinarte Mariz — Senador Eurico Rezende — Senador Fernando Corrêa — Senador Renato Franco — Senador João Cleofas — Senador Lourival Baptista — Senador Magalhães Pinto — Senador Virgílio Távora — Senador Guido Mondin — Deputado Américo Brasil — Deputado Arthur Santos — Deputado Cantídio Sampaio — Deputado Daniel Faraco — Deputado Geraldo Freire — Deputado Helbert dos Santos — Deputado Hugo Aguiar — Deputado Márcio Paes — Deputado Monteiro de Barros — Deputado Nogueira de Rezende — Deputado Oswaldo Zanello — Deputado Parente Frota — Deputado Parsifal Barroso — Deputado Paulino Cicero — Deputado Paulo Alberto — Deputado Pinheiro Machado — Deputado Raimundo Diniz — Deputado Silvio Lopes — Deputado Vasco Neto — Deputado Joel Ferreira — Deputado Padre Nobre — Deputado Renato Azeredo — Deputado José Camargo — Deputado Josias Gomes — Deputado Ruydalmeida Barbosa.

ORÇAMENTO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA O TRIÊNIO

1975/1977

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR PODERES E ÓRGÃOS

Cr\$ 1,00

de 1975

RESUMO GERAL

ÓRGÃOS	1975		1976		1977	
	Valores	%	Valores	%	Valores	%
Poder Legislativo	645.217.600	0,57	653.889.200	0,52	667.261.700	0,49
Câmara dos Deputados	311.572.600	0,27	315.035.600	0,25	322.496.300	0,24
Senado Federal	223.921.000	0,20	226.781.000	0,18	230.224.000	0,17
Tribunal de Contas da União ...	109.724.000	0,10	112.072.600	0,09	114.541.400	0,08
Poder Judiciário	646.862.200	0,57	658.202.900	0,52	671.541.500	0,50
Poder Executivo	108.204.295.200	95,42	120.905.206.200	95,41	128.747.791.700	94,95
Presidência da República	944.472.000	0,83	989.280.200	0,76	990.971.100	0,73
Ministério da Aeronáutica	3.571.337.900	3,15	3.643.209.400	2,88	3.666.662.900	2,70
Ministério da Agricultura	2.885.446.600	2,54	3.217.792.500	2,54	3.468.394.300	2,56
Ministério das Comunicações ...	1.436.651.100	1,27	1.359.809.500	1,07	1.432.978.100	1,06
Ministério da Educação e Cultu- ra	5.356.902.800	4,72	5.444.926.100	4,30	5.577.526.200	4,11
Ministério do Exército	4.647.264.900	4,10	4.755.082.200	3,75	4.865.564.300	3,59
Ministério da Fazenda	1.228.527.400	1,08	1.313.812.800	1,04	1.287.555.600	0,95
Ministério da Indústria e do Co- mércio	300.076.000	0,27	329.450.000	0,26	346.450.000	0,26
Ministério do Interior	1.557.047.000	1,37	1.567.910.200	1,24	1.597.440.200	1,18
Ministério da Justiça	473.863.900	0,42	481.886.200	0,38	493.634.400	0,37
Ministério da Marinha	3.059.327.000	2,70	2.901.086.600	2,29	2.810.022.300	2,07
Ministério das Minas e Energia	697.361.100	0,62	624.681.000	0,49	639.054.400	0,47
Ministério da Previdência e As- sistência Social	3.226.089.900	2,84	3.326.788.500	2,62	3.462.773.800	2,55
Ministério das Relações Exterio- res	443.800.000	0,39	454.900.000	0,36	466.300.000	0,34
Ministério da Saúde	955.129.600	0,84	986.546.400	0,78	1.002.920.900	0,74
Ministério do Trabalho	395.402.600	0,35	406.917.800	0,32	428.263.900	0,31
Ministério dos Transportes	21.099.733.800	18,61	22.266.936.300	17,57	21.458.343.700	15,83
Encargos Gerais da União	34.191.944.300	30,15	42.017.453.800	33,16	47.225.038.600	34,83
Fundo Nacional de Desenvolvi- mento	7.547.680.000	6,66	8.675.720.000	6,85	9.672.430.000	7,13
Transferências a Estados, Distri- to Federal e Municípios	14.186.237.300	12,51	16.161.016.700	12,75	17.857.467.000	13,17
SUBTOTAL	109.496.375.000	96,56	122.217.298.300	96,45	130.086.594.900	95,94
Reserva de Contingência	3.900.000.000	3,44	4.500.000.000	3,55	5.500.000.000	4,06
TOTAL	113.396.375.000	100,00	126.717.298.300	100,00	135.586.594.900	100,00

FUNÇÃO INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃO

Cr\$ 1,00
de 1975

ÓRGÃOS	1975		1976		1977	
	Valores	%	Valores	%	Valores	%
Presidência da República	27.807.000	1,07	28.641.000	1,06	29.500.000	1,06
Ministério da Fazenda	292.632.600	11,22	272.933.100	10,07	282.135.800	10,10
Ministério da Indústria e do Comércio	300.076.000	11,51	329.450.000	12,15	346.450.000	12,40
Encargos Gerais da União	1.987.059.000	76,20	2.079.907.000	76,72	2.135.800.000	76,44
TOTAL	2.607.574.600	100,00	2.710.931.100	100,00	2.793.885.800	100,00

RESUMO GERAL DA DESPESA POR FUNÇÃO

Cr\$ 1,00
de 1975

FUNÇÕES	1975		1976		1977	
	Valores	%	Valores	%	Valores	%
Legislativa	588.246.300	0,52	595.673.100	0,47	606.347.300	0,45
Judiciária	578.086.800	0,51	598.063.200	0,47	597.510.200	0,44
Administração Superior e Planejamento Global	16.745.776.600	14,77	23.511.007.600	18,55	28.152.646.600	20,76
Agricultura, Abastecimento e Organização Agrária	3.606.306.300	3,18	4.150.772.700	3,28	4.582.871.300	3,38
Comunicações	3.075.095.100	2,71	3.308.063.000	2,61	3.520.850.000	2,60
Defesa Nacional e Segurança Pública	11.505.803.500	10,15	11.493.354.000	9,07	11.647.392.200	8,59
Desenvolvimento Regional	11.581.833.700	10,21	13.272.985.300	10,47	14.350.401.000	10,58
Educação e Cultura	6.221.908.300	5,49	6.422.052.300	5,07	6.659.188.300	4,91
Energia e Recursos Minerais	5.128.449.600	4,52	5.335.095.000	4,21	5.611.805.100	4,14
Habituação e Urbanismo	557.950.000	0,49	520.914.400	0,41	546.985.700	0,40
Indústria, Comércio e Serviços ...	2.607.574.600	2,30	2.710.931.100	2,14	2.793.885.800	2,06
Justiça	152.483.300	0,13	156.394.600	0,12	160.802.700	0,12
Relações Exteriores	719.400.000	0,64	744.500.000	0,59	774.200.000	0,57
Saúde e Saneamento	2.300.520.600	2,03	2.458.069.000	1,94	2.597.029.500	1,92
Trabalho, Assistência e Previdência	12.316.220.500	10,86	12.999.749.600	10,26	13.771.935.500	10,16
Transportes	31.810.719.800	28,05	33.941.673.400	26,79	33.712.743.700	24,86
Reserva de Contingência	3.900.000.000	3,44	4.500.000.000	3,55	5.500.000.000	4,06
TOTAL	113.398.375.000	100,00	128.717.298.300	100,00	135.586.594.900	100,00

PODER EXECUTIVO — MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÃO E PROGRAMA

Cr\$ 1,00
de 1975

FUNÇÕES — PROGRAMAS	1975		1976		1977	
	Valores	%	Valores	%	Valores	%
INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	300.076.000	100,00	329.450.000	100,00	346.450.000	100,00
Administração	40.389.700	13,46	41.169.200	12,50	41.974.900	12,12
Gestão Financeira	2.791.000	0,93	2.839.700	0,86	2.890.100	0,83
Planejamento Governamental	7.017.200	2,34	7.141.700	2,17	7.269.700	2,10
Ciência e Tecnologia	200.896.200	66,95	198.976.100	60,39	202.639.200	58,49
Serviços Especiais de Segurança ..	1.154.500	0,39	1.175.200	0,36	1.196.500	0,35
Indústria	7.815.900	2,60	7.967.000	2,42	8.121.400	2,34
Comércio	1.380.000	0,46	1.408.800	0,43	1.438.100	0,41
Serviços Financeiros	312.100	0,10	317.500	0,10	323.000	0,10
Turismo	563.000	0,19	573.200	0,17	583.700	0,27
Normatização e Fiscalização da Atividade Empresarial	37.756.400	12,58	67.881.600	20,60	80.013.400	23,09
TOTAL	300.076.000	100,00	329.450.000	100,00	346.450.000	100,00

PODER EXECUTIVO — MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

Cr\$ 1,00
de 1975

UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	1975		1976		1977	
	Valores	%	Valores	%	Valores	%
Gabinete do Ministro	18.689.000	0,23	19.045.000	5,78	19.406.100	5,60
Secretaria Geral	7.017.200	2,34	7.141.700	2,17	7.269.700	2,10
Secretaria Geral — Órgãos Regionais da Indústria e do Comércio	7.440.000	2,48	7.577.700	2,30	7.725.600	2,23
Inspetoria Geral de Finanças	2.791.000	0,93	2.839.700	0,86	2.890.100	0,83
Divisão de Segurança e Informações	1.154.500	0,39	1.175.200	0,36	1.196.500	0,35
Consultoria Jurídica	1.011.500	0,34	1.029.500	0,31	1.048.300	0,30
Departamento de Serviços Gerais	13.924.000	4,64	14.217.800	4,31	14.526.200	4,19
Departamento Nacional de Registro do Comércio	4.508.500	1,50	4.584.600	1,40	4.664.600	1,35
Instituto Nacional de Tecnologia	7.065.200	2,35	7.198.100	2,19	7.338.200	2,12
Instituto Nacional de Pesos e Medidas	33.247.900	11,08	63.297.000	19,21	75.348.800	21,75
Departamento do Pessoal	8.097.400	2,70	8.242.600	2,50	8.387.000	2,42
Secretaria de Tecnologia Industrial	193.831.000	64,59	191.778.000	58,21	195.301.000	56,37
Secretaria de Administração	1.298.800	0,43	1.323.100	0,40	1.347.900	0,39
TOTAL	300.076.000	100,00	329.450.000	100,00	346.450.000	100,00

PODER EXECUTIVO — MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO
DESPESA POR FONTES E CATEGORIA ECONÔMICA

Cr\$ 1,00
de 1975

Anos	Categorias Econômicas	RECURSOS DO TESOURO						RECURSOS DE OUTRAS FONTES		TOTAL GERAL	
		ORDINARIOS		VINCULADOS		TOTAL		Valores	%	Valores	%
		Valores	%	Valores	%	Valores	%				
1975	Correntes	75.311.000	75,47	24.480.000	24,53	99.791.000	100,00	—	—	99.791.000	100,00
	Capital	2.039.000	1,02	5.520.000	2,75	7.559.000	3,77	192.726.000	96,23	200.285.000	100,00
	Total	77.350.000	25,77	30.000.000	10,00	107.350.000	35,77	192.726.000	64,23	300.075.000	100,00
1976	Correntes	76.702.800	58,95	53.420.000	41,05	130.122.800	100,00	—	—	130.122.800	100,00
	Capital	2.097.200	1,05	6.580.000	3,30	8.677.200	4,35	190.650.000	95,65	199.327.200	100,00
	Total	78.800.000	23,92	60.000.000	18,21	138.800.000	42,13	190.650.000	57,87	329.450.000	100,00
1977	Correntes	78.144.000	54,45	65.350.000	45,34	143.494.000	100,00	—	—	143.494.000	100,00
	Capital	2.156.000	1,03	6.650.000	3,28	8.806.000	4,34	194.150.000	95,66	202.956.000	100,00
	Total	80.300.000	23,18	72.000.000	20,78	152.300.000	43,96	194.150.000	56,04	346.450.000	100,00

FUNÇÃO INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
DESPESA POR FONTE E CATEGORIA ECONÔMICA

Cr\$ 1,00
de 1975

Anos	Categorias Econômicas	RECURSOS DO TESOURO						RECURSOS DE OUTRAS FONTES		TOTAL GERAL	
		ORDINARIOS		VINCULADOS		TOTAL		Valores	%	Valores	%
		Valores	%	Valores	%	Valores	%				
1975	Correntes	97.841.000	30,82	24.480.000	7,71	122.321.000	38,53	195.180.700	61,47	317.501.700	100,00
	Capital	1.934.344.400	84,47	5.520.000	0,24	1.939.864.400	84,71	350.208.500	15,29	2.290.072.900	100,00
	Total	2.032.185.400	77,93	30.000.000	1,15	2.062.185.400	79,08	545.389.200	20,92	2.607.574.600	100,00
1976	Correntes	101.464.600	25,90	53.420.000	13,63	154.884.600	39,53	236.903.900	60,47	391.788.500	100,00
	Capital	2.026.098.800	87,36	6.580.000	0,29	2.032.678.800	87,65	286.463.800	12,35	2.319.142.600	100,00
	Total	2.127.563.400	78,48	60.000.000	2,21	2.187.563.400	80,69	523.367.700	19,31	2.710.931.100	100,00
1977	Correntes	103.021.900	24,06	65.350.000	15,27	168.371.900	39,33	259.779.300	60,67	428.151.200	100,00
	Capital	2.101.673.600	88,84	6.650.000	0,28	2.108.323.600	89,12	257.411.000	10,88	2.365.734.600	100,00
	Total	2.204.695.500	78,91	72.000.000	2,58	2.276.695.500	81,49	517.190.300	18,51	2.793.885.800	100,00

PARECER Nº 62-AB-3, DE 1974 (CN)

Da Comissão Mista de Orçamento, sobre o Projeto de Lei n.º 6, de 1974-CN, que "aprova o Orçamento Plurianual de Investimentos para o triênio 1975/1977".

Anexo III — Entidades Supervisionadas, Subanexo 49.00 — Ministério do Interior — Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS) e Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS).

Relator: Senador Lourival Baptista.

O projeto ora submetido à nossa consideração decorre da Mensagem n.º 414/74 — na origem, do Poder Executivo, dispondo sobre o Orçamento Plurianual de Investimentos para o triênio 1975/77.

2. Fomos incumbidos de estudar e opinar sobre a despesa a ser realizada por intermédio do Ministério do Interior — Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS) e Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS).

3. Convém salientar, inicialmente, os objetivos e prioridades do OPI — 1975/77.

Diz aquele documento a certa altura:

"O OPI — 1975/77 foi elaborado sob a égide do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), a ser proposto ao Congresso Nacional dentro de breves dias, em consonância com a legislação vigente. Neste OPI, expressão financeira do Plano, são apresentados os programas, com o

necessário detalhamento por projetos e atividades, dos órgãos e entidades que recebem recursos do Tesouro.

A programação apresentada, que engloba para aqueles órgãos e entidades, tanto a parte a efetivar-se com recursos do Tesouro como aquela financiada por outras fontes de recursos (recursos próprios das entidades, financiamentos internos e externos), cobre sejam os dispêndios correntes sejam os de capital, para efeito de proporcionar visão global. Foi-se, assim, além dos requisitos estabelecidos na Constituição, que exige do OPI apenas as despesas de capital.

As Prioridades do OPI

A grande ênfase do presente OPI são os seguintes setores, destacados como prioritários no II PND:

- Agricultura
- Educação
- Saúde
- Ciência e Tecnologia.

O quadro seguinte mostra o volume de recursos do Tesouro atribuídos a tais setores, no ano de 1975, assim como as respectivas taxas de crescimento e sua participação no total da despesa do Tesouro. (*)

	1975 — Cr\$ Milhões		
Recursos do Tesouro	Aumento em Relação a 1974 %	Participação na Despesa do Tesouro %	
Ministério da Agricultura	1.767,0	105,2	3,53
Ministério da Educação e Cultura	5.388,8	46,1	10,76
Ministério da Saúde	1.599,8	73,6	3,19
Programa de Ciência e Tecnologia	1.406,7	90,8	2,81

Cabe lembrar que, se tomarmos a classificação por função (ou programas), ao invés de por Ministério, o montante de recursos à disposição dos setores em referência se mostra muito mais elevado. Por exemplo, a função Saúde e Saneamento, no exercício de 1975, deverá receber um total de Cr\$ 2.125 milhões, se incluímos as aplicações, nessa área de Ministérios como o do Interior, da Marinha, etc."

4. E prossegue:

"É de notar-se que, nos quadros estando as previsões a preços constantes de 1975, o aumento para 1975 é nominal e o para os anos seguintes é em termos reais (a ele devendo acrescentar-se, nos orçamentos anuais futuros, a correção monetária prevista). O Setor Ferroviário também deve ser destacado, com um total de recursos, no período, da ordem de Cr\$ 17.900 milhões.

Outras prioridades do PND, como o Programa de Energia e, no Setor de Transportes, a área de Construção Naval, têm sua programação a car-

go, principalmente, de empresas governamentais. No OPI, não consta, por conseguinte, a sua dimensão completa."

5. I — Departamento de Obras de Saneamento

O Orçamento Plurianual de Investimentos para o triênio 1975/1977, consigna, ao Departamento de Obras de Saneamento — DOS, os seguintes quantitativos:

	Valor: Cr\$ 1,00
1975	298.800.000
1976	300.400.000
1977	312.200.000
Total	911.400.000

6. Os recursos que serão colocados à disposição do DOS estão distribuídos pelas seguintes Funções/Programas:

FUNÇÕES/PROGRAMAS	Valores	%	Valores	%	Valores	%
Desenvolvimento Regional	10.000.000	3,35	10.000.000	3,33	10.000.000	3,20
Programas Integrados	10.000.000	3,35	10.000.000	3,33	10.000.000	3,20
Saúde e Saneamento	286.300.000	95,81	287.400.000	95,67	298.700.000	95,68
Gestão Financeira ...	8.600.000	2,87	—	—	—	—
Saneamento	277.700.000	92,94	287.400.000	95,67	298.700.000	95,68
Trabalho, Assistência e						
Previdência	2.500.000	0,84	3.000.000	1,00	3.500.000	1,12
PASEP	2.500.000		3.000.000	1,00	3.500.000	1,12
TOTAL	298.800.000	100,00	300.400.000	100,00	312.300.000	100,00

7. Ao examinarmos o programa de trabalho do DOS, constatamos, praticamente, o término das atividades do órgão no setor de abastecimento de água e sistemas de esgotos. Para 1975, teremos um quantitativo de Cr\$ 2.000.000,00 e este valor é somente corrigido para 1976 e 1977.

8. Estes valores dariam para a execução de um serviço de abastecimento de água em um município de poucos habitantes, ou quando muito, para o término de poucas unidades de abastecimento de água.

9. Pela nova política de saneamento adotada pelos últimos Governos, os serviços de abastecimento de água e de esgotos sanitários estão sendo executados pelas companhias estaduais, mediante convênios destas com o Banco Nacional de Habitação.

10. Sabemos como são caras e dispendiosas as obras de abastecimento de água e esgoto, assim, apesar da facilidade dos convênios, poucos são os municípios brasileiros que poderão arcar com o ônus de um financiamento para estes setores.

11. O Orçamento do DOS tal qual é apresentado, torna-se irreal, pois grande parte dos recursos serão transferidos do Programa de Integração Nacional — PIN (Decreto-Lei n.º 1.106, de 16 de junho de 1970).

12. O Programa de Trabalho do DOS, como está apresentado no orçamento, está apresentado de forma sucinta. Com as informações prestadas pelo Ministério do Interior, podemos obter detalhamentos de vários projetos como segue:

a) Programa: Programas Integrados

Subprograma: Irrigação

Título: Aproveitamento Hidroagrícola

O Projeto refere-se à construção do sistema de irrigação nos Estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul, visando beneficiar cerca de 85.000 ha de terras. No Estado de Minas Gerais o programa beneficiará cerca de 29 municípios e proporcionará o aproveitamento racional de cerca de 40.000 ha de terras precariamente exploradas. No Rio Grande do Sul, pretende-se prosseguir nos trabalhos de implantação da rede de canais na região do Duro, cuja área da ordem de 45.000 ha já atualmente cultivada é abastecida com água da barragem do Arroio Duro.

O Projeto justifica-se pelo incremento econômico e que proporcionará, de forma rápida e

segura, às áreas beneficiadas, além de criar benefícios indiretos complementares e de apoio às indústrias de processamento locais e regionais.

No setor agrícola o desenvolvimento ocorrerá sobretudo nas culturas de arroz, soja, produtos hortigranjeiros e outros.

b) Programa: Administração Geral

Subprograma: Administração do Departamento

Título: Construção de Edifícios Públicos

O Projeto refere-se à construção de prédios onde instalar-se-ão as sedes das diversas Diretorias Regionais de Saneamento, integrantes da estrutura administrativa da Autarquia. Programou-se a execução do Projeto em fases, estabelecendo-se prioridades para o atendimento das necessidades, sendo que nesta etapa fixada para o período 1970/1977, programou-se a construção das sedes das 1.ª, 2.ª, 3.ª, 6.ª e 10.ª DRS, respectivamente em Manaus, Belém, Recife, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Curitiba, bem como as sedes das diversas subunidades.

Vale assinalar que em exercícios anteriores, considerado como uma etapa do Projeto, foram construídas as sedes das 4.ª, 5.ª, 8.ª, 11.ª e 12.ª DRS (Cidades: Salvador, Vitória, Campo Grande, Florianópolis e Porto Alegre).

A execução do Projeto se justifica, tendo em vista as sensíveis reduções que advirão na verba "Serviços de Terceiros", atualmente bastante onerada com o pagamento de aluguel de imóveis.

É de ver, outrossim, que o patrimônio da Autarquia será acrescido juntando-se a isso, as vantagens propiciadas ao melhor desenvolvimento dos trabalhos, face às condições das instalações, projetadas funcionalmente para tal finalidade.

c) Programa: Administração

Subprograma: Administração Geral

Título: Coordenação e Manutenção dos Serviços Técnicos e Administrativos

Esta atividade objetiva o funcionamento continuado e satisfatório da instrumentação disponível para a consecução das metas físicas estabelecidas no Programa de Trabalho da Autarquia.

Compreende os dispêndios com Pessoal, Outros Custeios, Material Permanente, Equipamentos

e instalações e outros indispensáveis para o cumprimento das tarefas de Administração Geral da Entidade, inclusive de fiscalização e supervisão das Obras e Serviços em execução, e de um modo geral de funcionamento da estrutura técnico-administrativa do DNOS, constituída pela Administração Central sediada na Guanabara, 12 Unidades representadas pelas Diretorias Regionais de Obras de Saneamento, sediadas em diversos Estados da Federação e diversas Subunidades (Residências e Escritórios de Obras ou Fiscalização).

d) Programa: Saneamento

Subprograma: Administração Geral

Título: Amortização e Resgate de Financiamentos

A presente atividade visa atender ao pagamento do empréstimo externo contraído pela Autarquia, cujos recursos foram aplicados na construção da Barragem Sul, integrantes do Sistema de Recuperação e Aproveitamento do Vale do Itajaí, em Santa Catarina.

e) Programa: Saneamento

Subprograma: Abastecimento de água

Título: Instalação de Sistemas

O Projeto refere-se à construção e melhoria de sistemas de abastecimento de água nos Estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Santa Catarina, visando o atendimento de uma população da ordem de 2.000.000 habitantes.

Note-se que este Projeto para os Estados do Espírito Santo e de Santa Catarina conclui-se no exercício de 1974 e para o Estado do Rio de Janeiro em 1975, permanecendo então apenas para o Estado de Minas Gerais.

O Programa se desenvolve em apoio ao PLANASA, com ênfase especial às obras a realizar em Minas Gerais onde as aplicações feitas pelo DNOS são contabilizadas como contrapartida ao convênio celebrado com a COMAG. Vale assinalar que a participação da COMAG no referido convênio não foi considerada, tendo em vista que não há repasses de recursos daquela companhia ao DNOS.

O Programa tem como escopo principal a conclusão de sistemas de abastecimento de água, em cerca de 28 municípios, cujas obras iniciadas em exercícios anteriores, em sua maior parte pelo órgão Estadual ou pelos próprios Municípios, foram paralisados face à insuficiência de recursos necessários à sua conclusão. Ressalva-se ainda que os sistemas após concluídos serão administrados pelas Companhias Estaduais, integrando-se assim no Programa determinado pelo Governo Federal, de atendimento até o ano de 1980 de cerca de 80% da população urbana brasileira.

O Projeto integra-se ao PLANASA — Plano Nacional de Saneamento, sob a responsabilidade do Ministério do Interior através do BNH e DNOS e aos órgãos estaduais de saneamento como a COMAG, CESAN, COSAN e Prefeituras Municipais das cidades beneficiadas.

f) Programa: Saneamento

Subprograma: Saneamento Geral

Título: Estudos e Projetos

Este Projeto objetiva propiciar condições à elaboração de estudos, pesquisas e o detalhamento de planos técnicos e econômico-financeiros, indispensáveis à planificação e execução das obras constantes do Plano de Trabalho do Departamento.

O Projeto será desenvolvido em todas as Unidades da Federação onde o DNOS atua, visando a obtenção de planos globais para equacionamento dos programas de trabalho da Autarquia, bem como a definição de prioridades. Como finalidade secundária, o Projeto visa a elaboração de pequenos estudos individualizados, propiciando de imediato, a solução para problemas locais de defesa contra inundações, recuperação e aproveitamento de terras.

O Projeto justifica-se plenamente, tendo em vista que o Plano de Trabalho da Autarquia, bem como a execução das diversas obras integrantes do mesmo, são alcançadas nos estudos desenvolvidos e nos projetos elaborados para tal desiderato.

g) Programa: Saneamento

Subprograma: Saneamento Geral

Título: Controle de Chelas

O Projeto objetiva a defesa contra inundações provocadas por extravasamentos de cursos de água, visando à melhoria das condições ambientais, a elevação dos padrões sanitários dos centros populacionais inclusive a proteção às áreas rurais produtivas e a minimização dos efeitos de excepcionais precipitações pluviométricas.

Compreende basicamente a execução de obras e serviços de canalização e revestimento de córregos, construção de galerias e sistemas de drenagem pluvial, construção de sistemas elevatórios, diante e instalações de comportas reguladoras e a execução de obras complementares diversas.

O Projeto se justifica por representar um programa de reforço e/ou implantação da infraestrutura urbana de núcleos populacionais, distribuída em 20 Unidades da Federação, beneficiando cerca de 6.000.000 habitantes.

Outrossim, o resultado da implantação de obras de controle de cheias estende-se às áreas rurais, propiciando possibilidades de expansão de fronteiras agrícolas e a correção da insuficiência dos índices de produtividade de terras reconhecidamente férteis, favorece a desconcentração industrial e a aplicação de uma política de redistribuição de populações, além de propiciar outras opções aos programas de desenvolvimento regional e nacional.

Dada suas características, o Projeto se integra a planos urbanos e mesmo de desenvolvimento regional existentes nas áreas beneficiadas, sejam da alçada Municipal ou Estadual, além de outras atividades da esfera particular e do Governo Federal.

h) Programa: Saneamento

Subprograma: Saneamento Geral

Título: Recuperação de Terras

O Projeto objetiva a recuperação de terras, tanto rurais como urbanas, selecionadas em função de um esquema de prioridades, em bacias hidrográficas, inseridas nas cinco regiões geográficas, de modo a contribuir para a abertura de novas fronteiras econômicas internas pelo aproveitamento do espaço geográfico e

para o incremento de programas de desenvolvimento agropecuário.

Compreende-se, em síntese, da execução de serviços de dragagem e retificação de cursos de água, da construção de sistemas de canais de drenagem, da execução de aterros, diques e remoções e a construção de obras complementares diversificadas.

O Projeto se justifica por se constituir num instrumento de apoio às atividades destinadas a reduzir desequilíbrios regionais, tendo por escopo principal a regeneração e recuperação de milhares de hectares de terras dotadas de disponibilidades efetivas e potenciais na área rural. Na esfera urbana, entre os efeitos que a conquista de novas áreas oferece, destacam-se a emergência de condições para o crescimento ordenado de cidades, a desconcentração de faixas saturadas, a expansão de sistemas viários e a criação ou consolidação de distritos industriais, a par da elevação dos níveis de urbanização e industrialização.

i) Programa: Saneamento

Subprograma: Saneamento Geral

Título: Obras de finalidades múltiplas

O Projeto objetiva o aproveitamento integrado dos recursos de água e solo, visando promover a interação do trinômio homem-terra-água. Insere-se neste Projeto os trabalhos desenvolvidos ou a desenvolver tanto em núcleos urbanos quanto em áreas rurais, onde o controle de cheias e a recuperação de terras são associados.

Consta basicamente da implantação do complexo de obras tais como diques, cais de saneamento, canalização, casa de bombas, aterros e a execução de várias obras complementares aos sistemas.

O Projeto se justifica face aos objetivos que se pretende atingir, reforçando e mesmo possibilitando o desenvolvimento tanto da economia rural quanto urbana, ensejando, paralelamente, condições a implantação ou melhoria de sistemas de abastecimento de água, a regularização de cursos de água e ao seu múltiplo aproveitamento, mediante o disciplinamento das águas superficiais.

j) Programa: Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público

Subprograma: Previdência Social ao Servidor Público

Título: Contribuição para o PASEP

Esta atividade objetiva dar cumprimento ao disposto na Lei Complementar n.º 8, de 3 de dezembro de 1970, que instituiu o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público.

13. Ao projeto, na parte relativa ao DNOS não foram apresentadas emendas.

II — Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

14. O Projeto de Lei n.º 6, de 1974-CN, que aprova o Orçamento Plurianual de Investimentos, consignado, no triênio 1975/1977, para o DNOCS, uma Despesa de Cr\$ 622.960.000, assim distribuída:

I — Segundo os exercícios financeiros:

Valor: Cr\$ 1,00

Ano	Valores	%
1975	207.920.000	33,37
1976	205.620.000	33,01
1977	209.420.000	33,62
TOTAL	622.960.000	100,00

15. No triênio 1975/1977 — o DNOCS será responsável pela aplicação dos recursos já mencionados nas seguintes Fundações/Programas:

Programas	1975	%	1976	%	1977	%
Desenvolvimento Regional	204.420.000	98,32	201.320.000	97,91	204.520.000	97,66
Saúde e Saneamento	2.000.000	0,96	2.500.000	1,22	2.700.000	1,29
Trabalho, Assistência e Previdência — PASEP	1.500.000	0,72	1.800.000	0,87	2.200.000	1,05
TOTAL	207.920.000	100	205.620.000	100	204.420.000	100

16. O quadro total, por programas, será o seguinte:

Valor: Cr\$ 1,00

Programas	Valores	%
Desenvolvimento Regional ..	610.260.000	97,96
Saúde e Saneamento	7.200.000	1,16
Trabalho, Assistência e Previdência — PASEP	5.500.000	0,88
TOTAL	622.960.000	100,00

17. De modo geral, são as seguintes as informações sobre as Funções e Programas do Triênio 1975/77.
Função: Desenvolvimento Regional
Programa: Administração
Objetivo:

1 — Construção da sede da 4.ª Diretoria Regional em Salvador — Bahia.

2 — Construção da sede da 2.ª Diretoria Regional em Fortaleza — Ceará.

3 — Construção do Centro de Pesquisas Ictiológicas em Pentecoste — Ceará.

4 — Ampliações e conservação.

Justificativa

1 — Do projeto previsto para a sede da 4.ª Diretoria, o DNOCS já executou a parte referente às oficinas e almoxarifado. Há, entretanto, necessidade de concluir as dependências de Administração e Laboratórios, com vistas ao atendimento das necessidades decorrentes do Programa do Departamento e das elevadas despesas (Cr\$ 800.000,00/ano) de custeio com aluguéis.

2 — A Administração Regional do Ceará — 2.^a DR — tem o seu funcionamento prejudicado, devido a fragmentação das suas unidades, havendo absoluta necessidade de centralização física dos setores.

Há, ainda, a considerar, os elevados encargos de custeio com aluguéis; chegam atingir a elevada cifra de Cr\$ 400.000,00/ano.

3 — O DNOCS vem desenvolvendo ao longo de 40 anos, trabalhos de pesquisas ictiológicas que necessitam de equipamentos adequados. Sob privada estagnação, o Centro ora proposto, vem preencher uma lacuna de há muito notada e, possibilitar maior desenvolvimento desta atividade.

18. Função: Apoio a Programas Setoriais Objetivos

Induzir o aumento da renda per capita dos irrigantes, piscicultores e pescadores, provocado pelo aumento unitário da produção, através do desenvolvimento de uma tecnologia mais avançada e adequada às condições dos perímetros irrigados, das fazendas de piscicultura intensiva e de açudes.

Desenvolvimento e aproveitamento de espécies florestais nativas e exóticas, no Polígono das Secas, com vistas ao aumento do rebanho bovino.

Aumento da oferta de água para consumo humano e pecuário, através da perfuração de poços profundos, construção de aguadas, cisternas, etc. bem como o aproveitamento racional dos reservatórios particulares já existentes.

Justificativa

Considerando que o DNOCS atualmente desenvolve uma política mais agressiva de irrigação, com 21 projetos já em operação e também 4 estações de piscicultura e administração de pesca em 104 açudes, com possibilidade de aumentar esse número de conformidade com a projeção prevista; considerando ainda: o desequilíbrio população/produção, as condições adversas do meio, os escassos dados existentes, as necessidades de aproveitamento racional dos recursos naturais da região semi-árida do Nordeste brasileiro e o engajamento dessa área, no processo produtivo, justifica plenamente o procedimento e mesmo a aceleração do presente programa.

19. No Setor: Pesquisas Agropecuárias destacamos:

a) Prosseguimento dos trabalhos experimentais nos perímetros irrigados e fazendas de áreas secas e lançamento de novos projetos.

b) Fomento a pesca nos açudes

— Manutenção e operação de 4 estações de piscicultura.

— Construção de 2 novas estações.

— Obras de engenharia ligadas à proteção da ictiofauna e de infra-estrutura de administração da pesca.

— Administração da pesca.

— Operação de controle de espécies daninhas.

— Melhoramento de instalações de desembarque, de beneficiamento e processamento de pescado.

— Piscicultura intensiva em perímetros irrigados e fazendas.

c) Pesquisas ictiológicas

— Prosseguimento de pesquisas sobre acclimação de peixes e macrocrustáceos, limnologia, biologia e tecnologia, taxinomia, controle de espécies daninhas.

d) Aproveitamento hidroagrícola

— Projeto de irrigação custódia.

— Implantação das obras de irrigação em 300 ha.

— Financiamento ao Projeto Icó—Lima Campos.

— Construção e conservação de barragens recuperação e obras diversas.

e) Engenharia rural

— Projetos integrados de expansão agropecuária em áreas secas.

20. Função: Desenvolvimento Regional

Programa: Administração.

Objetivos

Atividade de natureza abrangente envolvendo aspectos da pesquisa operacional, com os seguintes objetivos: a) desenvolvimento organizacional a curto e médio prazo para otimização das estruturas técnico-administrativas de apoio aos programas da Unidade; b) estudos e avaliações, a médio e longo prazo, dos aspectos sócio-econômicos resultantes do desenvolvimento de áreas programas polarizadas em torno de projetos de irrigação.

Justificativa

O enfoque dado à atuação da Unidade, em um novo modelo de Desenvolvimento Regional, amplo e integrado nos aspectos essenciais da política governamental, justifica estabelecer ação programada, de caráter permanente e dinâmico, para promover sistematicamente medidas de apoio funcional e de avaliação de resultados globais.

21. Função: Saúde e Saneamento.

Programa: Saneamento.

Prosseguimento do Programa de Perfuração e Aparelhamento de Poços Públicos para fornecer água potável às populações rurais, quando as possibilidades hídricas se apresentam sem outras alternativas mais viáveis.

Face à semi-aridez de algumas regiões do Nordeste, onde a água se apresenta como fator limitante ao uso humano, quer pela distância das fontes abastecedoras ou pela poluição, torna-se indispensável a presença do DNOCS como órgão executor no Programa de Poços Públicos, vez que o órgão dispõe de estrutura capaz de atender ao presente programa.

22. Função: Trabalho, Assistência e Previdência

Programa: Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público — PASEP.

O Programa de Formação do Servidor Público — PASEP, instituído pela Lei Complementar n.º 8, de 3-12-70, previu que as Autarquias, Empresas Públicas, Sociedade de Economia Mista e Fundações da União, dos Estados, dos Municípios, do Distrito Federal e dos Territórios, contribuirão obrigatoriamente para o referido Programa com 0,4% da Receita Orçamentária, inclusive transferências e Receita Operacional, a partir de 1.º-6-71; a partir do ano de 1972 esse percentual foi elevado para 0,6% e a partir de 1973 e dos anos subsequentes seria elevado para 0,8%.

14. Ao projeto, na área do DNOCS, foi apresentada uma única emenda, de autoria do Senhor Deputado Flávio Marcílio. Propõe incluir na:

Função: Saúde e saneamento

Programa: Saneamento

Subprograma: Abastecimento de água

Código: 14764471 — 740 Instalação de Poços Públicos, destaque para: Açude Patu — Senador Pompeu.

23. A proposta orçamentária, está apresentada de forma sintética e a simples inclusão de uma obra, não significa que a mesma será executada, razão por que opinamos pela sua rejeição.

24. Ante o exposto, opinamos pela aprovação do presente projeto, na parte referente ao Departamento de Obras de Saneamento — DOS e Departamento Nacional de Obras Contra as Secas — DNOCS, e pela rejeição da emenda apresentada.

É o parecer.

Sala da Comissão Mista de Orçamento, em 2 de outubro de 1974. — Deputado Adhemar de Barros Filho, Presidente. — Senador Lourival Baptista, Relator — Senador Alexandre Costa — Senador Carlos Lindenberg — Senador Cattete Pinheiro — Senador Dinarte Mariz — Senador Eurico Rezende — Senador Fernando Corrêa — Senador Renato Franco — Senador João Cleofas — Senador Magalhães Pinto — Senador Guido Mondin — Deputado Américo Brasil — Deputado Arthur Santos — Deputado Cantídio Sampaio — Deputado Daniel Faraco — Deputado Geraldo Freire — Deputado Helbert dos Santos — Deputado Hugo Aguiar — Deputado Márcio Paes — Deputado Monteiro de Barros — Deputado Nogueira de Rezende — Deputado Oswaldo Zanello — Deputado Parente Frota — Deputado Parsifal Barroso — Deputado Paulino Cicero — Deputado Paulo Alberto — Deputado Pinheiro Machado — Deputado Raimundo Diniz — Deputado Silvio Lopes — Deputado Vasco Neto — Deputado Joel Ferreira — Deputado Padre Nobre — Deputado Renato Azeredo — Deputado José Camargo — Deputado Josias Gomes — Deputado Ruydalmeida Barbosa.

PARECER Nº 66, DE 1974 (CN)

Da Comissão do Congresso Nacional, sobre o texto do Decreto-Lei n.º 1.345, de 19 de setembro de 1974, que "prorroga prazo para uso das opções previstas no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 880, de 18 de setembro de 1969".

Relator: Senador Lourival Baptista

É submetido à deliberação do Congresso Nacional, pelo Senhor Presidente da República, o texto do Decreto-Lei n.º 1.345, de 19 de setembro de 1974, que "prorroga prazo para uso das opções previstas no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 880, de 18 de setembro de 1969".

O Decreto-Lei n.º 880, de 18 de setembro de 1969, "dispõe sobre a instituição do Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo, e dá outras providências". Em seu artigo 4.º, permite a aplicação em empreendimentos industriais e, agropecuários considerados de interesse para a recuperação econômica desse Estado, pelos contribuintes do Imposto

sobre a Renda ali domiciliados, os recursos decorrentes dos incentivos instituídos pelos Decretos-Leis n.º 22, e n.º 55, de 28-2-67 e 18-11-66, respectivamente. Dispunha, ainda, e a preferência para investimentos nos setores da pesca e do turismo, bem como, que tais incentivos vigorariam pelo prazo de 5 (cinco) anos. Como tal prazo encontra-se esgotado, pretende o Governo, com o citado Decreto-lei, prorrogá-lo.

Acompanha a Mensagem Presidencial, Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, que, entre várias considerações, destaca:

"Em tão curto espaço de tempo, entretanto, o sistema não poderia lograr resultados capazes de modificar fundamentalmente o crescimento econômico do Estado, com repercussões duradouras e auto-sustentáveis. Um conjunto de circunstâncias felizes conjugaram-se, recentemente, para aportar ao Espírito Santo alguns empreendimentos do mais alto significado, como a grande siderurgia, a indústria de celulose, a dinamização do Porto de Vitória.

O Governo Federal tem participação decisiva nesta série de grandes projetos, que irão assegurar ao Estado um extraordinário surto de progresso. Criar-se-ão, dessa maneira, condições ainda mais propiciadoras à ação do sistema de incentivos desde que seja mantido na sua integralidade, como parece adequado, pelo menos por mais um período de cinco anos."

Por considerarmos matérias de elevado interesse regional e nacional, e, pelos resultados efetivos demonstrados à recuperação econômica do Estado do Espírito Santo, somos pela aprovação do texto do Decreto-Lei n.º 1.345, de 19 de setembro de 1974, nos termos do presente:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º 57 DE 1974

Aprova o texto do Decreto-Lei n.º 1.345, de 19 de setembro de 1974, que "prorroga prazo para uso das opções previstas no art. 4.º do Decreto-Lei n.º 880, de 18 de setembro de 1969".

Artigo único — É aprovado o texto do Decreto-Lei n.º 1.345, de 19 de setembro de 1974, que "prorroga prazo para uso das opções previstas no art. 4.º do Decreto-Lei n.º 880, de 18 de setembro de 1969".

Sala das Comissões, em 10 de outubro de 1974. — Deputado José Tasso de Andrade, Presidente — Senador Lourival Baptista, Relator — Senador Antonio Fernandes — Senador Leoni Mendonça — Senador José Guimard — Deputado Heitor Cavalcanti — Deputado Fernando Magalhães — Senador Fernando Corrêa — Senador Octávio Cesarino — Senador Dinarte Mariz — Senador Cattete Pinheiro — Senador Clodomir Millet.

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 185ª SESSÃO, EM 21 DE OUTUBRO DE 1974

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Pareceres

— *Referentes às seguintes matérias:*

Projeto de Lei do Senado nº 99/74, que revoga dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho.

Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 20/73, que revoga os arts. 3º e 4º do Decreto-lei nº 389, de 26 de dezembro de 1968, que dispõe sobre a verificação judicial de insalubridade e periculosidade, e dá outras providências.

1.2.2 — Comunicação da Presidência

Recebimento do Ofício nº S/32/74, do Governador do Estado do Amazonas, solicitando autorização do Senado Federal para que possa alienar, à Parapanema S/A, Mineração, Indústria e Construção, terras públicas daquele Estado.

1.2.3 — Discursos do Expediente

SENADOR LUIZ CAVALCANTE — Tecendo considerações sobre as dificuldades da agroindústria açucareira, justifica projeto de lei que apresentará, estabelecendo um vínculo entre o preço de venda e o de compra do produto pelo IAA.

SENADOR MAGALHÃES PINTO — Êxito alcançado pelo Governo do Brasil na Conferência Mundial de População, realizada em Bucareste.

1.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Lei da Câmara nº 88/74 (nº 2.024-B/74, na origem), que dispõe sobre a obrigatoriedade da iodação do sal destinado ao consumo humano, seu controle pelos órgãos sanitários,

e dá outras providências. (Em regime de urgência — Tramitação conjunta com o Projeto de Lei do Senado nº 43/74.) **Votação adiada** das Emendas nºs 1 a 4 — de plenário, por falta de quorum.

Requerimento nº 205/74, de autoria do Senador Danton Jobim, solicitando a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 114/74, de sua autoria, que imprime nova redação ao art. 492 da Consolidação das Leis do Trabalho, a fim de reduzir, para dois anos, o prazo para aquisição da estabilidade pelo trabalhador. **Votação adiada** por falta de quorum.

Requerimento nº 209/74, de autoria do Senador Luiz Cavalcante, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Resolução nº 26/74, que suspende a proibição contida nas Resoluções nºs 58, de 1968, 79, de 1970, e 52, de 1972, para permitir que a Prefeitura do Município de São Paulo (SP) eleve o montante de sua dívida consolidada, mediante contrato de empréstimo junto ao Banco Nacional de Habitação, destinado a financiar a linha prioritária Norte-Sul do Metropolitano daquela cidade. **Votação adiada** por falta de quorum.

Projeto de Lei da Câmara nº 72/74 (nº 457-B/71, na origem), que dispõe sobre a divulgação do livro pela televisão, e dá outras providências. **Votação adiada** por falta de quorum.

Projeto de Lei do Senado nº 29/74, que elimina a exigência do prazo da carência para concessão de benefícios por incapacidade para o trabalho aos segurados obrigatórios e para concessão de pensão aos seus dependentes. **Votação adiada** do Requerimento nº 240/74, de adiamento da votação da matéria para 14 de novembro próximo, por falta de número.

Projeto de Lei do Senado nº 57/72, que fixa em seis horas o período de trabalho diário dos operadores em eletricidade, e dá outras providências. **Votação adiada** do Requerimento nº 242/74, de adiamento da discussão da matéria para audiência do Ministério do Trabalho, por falta de número regimental.

1.4 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO.

ATA DA 185ª SESSÃO, EM 21 DE OUTUBRO DE 1974

4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 7ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. PAULO TORRES

Às 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

José Lindoso — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Renato Franco — Alexandre Costa — Fausto Castelo-Branco — Petrônio Portella — Helvídio Nunes — Waldemar Alcântara — Wilson Gonçalves — Luís de Barros — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Antônio Fernandes — Ruy Santos — Carlos Lindenberg — Eurico Rezende — Paulo Torres — Magalhães Pinto — Leoni Mendonça — Fernando Corrêa — Celso Ramos — Guido Mondin.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — A lista de presença acusa o comparecimento de 23 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

O Sr. 1º-Secretário vai proceder à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

PARCERES

PARCERES Nºs 553 e 554, DE 1974

Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 99, de 1974, que "revoga dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho".

PARCER Nº 553, DE 1974

Da Comissão de Constituição e Justiça

Relator: Senador Carlos Lindenberg.

Com o propósito de suprimir do texto da Consolidação das Leis do Trabalho o chamado contrato de experiência, o ilustre Senador

Nelson Carneiro apresenta ao exame desta Casa o Projeto de Lei em estudo, que visa à revogação da alínea e, do § 2º, do art. 443 e parágrafo único, do art. 445, do diploma consolidado.

Justificando sua proposição contra o contrato de experiência — que considera verdadeira **aberração** jurídica — o ilustre representante da Guanabara diz que, através desse contrato, “o empregador utiliza-se do empregado como se mercadoria fosse, adquirida com direito à devolução, ainda que o motivo da recusa seja apenas, como não é raro acontecer, uma antipatia pessoal do patrão para com o trabalhador”.

Em que pese a admiração que todos temos pelo talento jurídico do ilustre Senador Nelson Carneiro, a quem o Poder Legislativo sempre creditou o maior reconhecimento, cremos que sua proposição, conquanto marcada pelos mais nobres propósitos, baseia-se em pressupostos indefensáveis, notadamente porque despreza um dado fundamental — que é a liberdade de contratar — que a CLT consagrou em seu artigo 444.

Embora não nos alinhemos entre aqueles que consideram a só existência desse dispositivo como critério seguro para enquadrar o Direito do Trabalho entre os ramos do Direito Privado, estamos em que essa norma serve de parâmetro para apreciar a proposta em exame, qualificando-a como contrária à sistemática do Direito Social Brasileiro.

Se, como enfatiza o nobre Senador Nelson Carneiro, o contrato de experiência tem sido usado como **válvula de escape** para a antipatia pessoal do empregador, que usa dessa figura jurídica para despedir o empregado ao qual não se afeiçoa, o instituto, longe de estar sendo distorcido, vem preenchendo uma de suas finalidades, que é, precisamente, a de servir de **período de prova**, durante o qual o empregador, e mesmo o empregado, podem retratar-se, sem maiores consequências jurídicas.

Se o contrato de trabalho, quanto à pessoa do empregado, é celebrado **intuitu personae**, em razão de qualidades pessoais do trabalhador — pessoa física individualizada, nos termos do art. 3º, da CLT — não há como atacar o contrato de experiência, sob esse ângulo, porque, nesse particular, ele está coerente com o sistema jurídico em que se insere.

Quanto ao empregador exigir, no ato de celebração do contrato de experiência, que o empregado não opte pelo sistema do FGTS, é decorrência lógica da própria natureza desse pacto, que, sendo eventual e passageiro, há de formalizar-se sempre pela via mais expedita — no caso o sistema estábilário — e não segundo a legislação do FGTS, que pressupõe uma certa extensão no tempo de serviço, de que é, legalmente, a garantia.

Assim sendo, opinamos pela rejeição do projeto, por considerá-lo inconveniente e, portanto, contrário à sistemática do nosso Direito do Trabalho.

Sala das Comissões, em 18 de setembro de 1974. — **Daniel Krieger**, Presidente — **Carlos Lindenberg**, Relator — **Wilson Gonçalves** — **José Sarney** — **José Lindoso** — **Accioly Filho** — **Italvílio Coelho** — **Helvídio Nunes**.

PARECER Nº 554, DE 1974 **Da Comissão de Legislação Social**

Relator: Senador Guido Mondin

É de autoria do eminente Senador Nelson Carneiro, o projeto em exame, que propõe a revogação da alínea “c” do § 2º do artigo 443 e do parágrafo único do artigo 445, da Consolidação das Leis do Trabalho, que dispõem sobre o Contrato de Experiência.

Analisando o projeto com a proficiência que lhe é peculiar, o ilustre Senador Carlos Lindenberg, após observar a inconveniência da medida, qualifica-a como “contrária à sistemática do nosso Direito do Trabalho”, “notadamente porque despreza um dado fundamental — que é a liberdade de contratar — que a CLT consagrou em seu artigo 444”.

Realmente, além de ferir esse princípio básico da Consolidação, firmado e reafirmado ao longo de seu texto, mas plenamente definido logo no artigo 2º, o projeto quer eliminar um dos dispositivos fundamentais da relação empregatícia.

De fato, é no período de experiência que o empregador vai aferir as qualidades pessoais do novo contratado, observar-lhe o comportamento, seu interesse e eficiência no desempenho das tarefas atribuídas. Evidentemente, se demonstrado ficar que o empregado recém-admitido não reúne aquelas condições que o empregador julga básicas para tê-lo a seu serviço, deve ter o direito, sem qualquer consequência jurídica ou ônus financeiro, de despedi-lo.

Por outro lado, o período de experiência não diz respeito somente ao empregador. Nele, também o empregado vai verificar se tem as aptidões necessárias para o serviço a que se propôs fazer. Há como que uma liberdade irrestrita, de ambas as partes, para desfazer o pactuado, na hipótese do relacionamento se mostrar impraticável.

Nessas condições, não vendo razões válidas para a extinção dessa hipótese contratual, concordamos, inteiramente, com o parecer da douta Comissão de Constituição e Justiça, sendo, pois, pela rejeição do projeto.

Sala das Comissões, em 16 de outubro de 1974. — **Franco Montoro**, Presidente — **Guido Mondin**, Relator — **Accioly Filho** — **Otávio Cesário** — **Renato Franco**.

PARECERES Nºs 555 e 556, DE 1974

Sobre a Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 20, de 1973 (nº 1.493-B, de 1973, na Câmara), que “revoga os arts. 3º e 4º do Decreto-lei nº 389, de 26 de dezembro de 1968, que dispõe sobre a verificação judicial de insalubridade e periculosidade, e dá outras providências”.

PARECER Nº 555, DE 1974 **Da Comissão de Constituição e Justiça**

Relator: Senador José Augusto

O Projeto em estudo recebeu, na Câmara dos Deputados, emenda ao art. 1º, dando-lhe a seguinte redação:

“Art. 1º É revogado o art. 3º do Decreto-lei nº 389, de 26 de dezembro de 1968, que “dispõe sobre a verificação judicial de insalubridade e periculosidade, e dá outras providências.”

Exclui, assim, do texto original, a menção ao art. 4º do Decreto-lei nº 389/68, reduzindo a alteração que se pretende naquele diploma legal à revogação do seu art. 3º, que estatui:

“Art. 3º Os efeitos pecuniários, inclusive adicionais, decorrentes do trabalho nas condições da insalubridade ou da periculosidade atestadas, serão devidos a contar da data do ajuizamento da reclamação.”

Seria mantida, sem razão que a justificasse, a disposição seguinte, do mesmo diploma:

“Art. 4º Os princípios estatuídos neste Decreto-lei aplicam-se aos processos judiciais cujas sentenças ainda não tenham sido executadas.”

É de entender-se que, se a revogação do art. 3º do citado Decreto-lei extingue a limitação imposta aos efeitos pecuniários de que trata, fazendo-os retroagir ao sistema anterior, da prescrição biennial, assegurada no art. 11 da CLT e pelo Prejulgado nº 29 do Tribunal Superior do Trabalho, por extensão não há manter-se o seu art. 4º, que manda aplicar o preceito restritivo aos processos judiciais em curso.

Ressalta, ademais, como acentuou o Autor do Projeto, que o referido art. 4º do DL nº 389/68, “é flagrantemente inconstitucional, pois atinge os direitos adquiridos, resguardados pelo § 3º do art. 135 da Constituição”. Tal como o tem reconhecido em reiterados

acórdãos, o próprio Supremo Tribunal Federal (RE-71.348/RS, RE-71.349/RS, RE-72.002/RS e RE-72.200/SP).

Diante do exposto torna-se evidente a inconveniência da Emenda, porquanto não é possível dissociar-se, para efeito de revogação, os arts. 3º e 4º do DL nº 389/68, por isso que somos pela sua inopertunidade.

Sala das Comissões, em 18 de setembro de 1974. — **Daniel Krieger**, Presidente — **José Augusto**, Relator — **Wilson Gonçalves** — **José Lindoso** — **Accioly Filho** — **Helvídio Nunes** — **José Sarney** — **Italvivo Coelho** — **Carlos Lindenberg**.

PARECER Nº 556, DE 1974
Da Comissão de Legislação Social

Relator: Senador Accioly Filho

Por força de emenda supressiva da Câmara dos Deputados, retorna ao exame desta Comissão, o presente projeto que revoga disposições do Decreto-lei nº 389/68, referente à verificação judicial da insalubridade e da periculosidade, para fins do pagamento do respectivo adicional, devido ao trabalhador que exerce atividade naquelas condições.

A iniciativa do eminente Senador Nelson Carneiro é fruto da constatação de que os artigos 3º e 4º daquele Decreto-lei são inconstitucionais, pois, além de ferirem o instituto do direito adquirido, criam verdadeira "condição potestativa", vedada pelo Código Civil, ao obrigar o trabalhador a reinvidicar, na Justiça, o direito a um adicional que lhe é deferido por lei específica.

Sucede que o artigo 4º do mencionado Decreto-lei já foi declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal e sua execução suspensa pela Resolução nº 45/72 desta Casa. Daí, possivelmente, a razão de ser da Emenda supressiva da Câmara dos Deputados. Tais aspectos, entretanto, que se situam, estritamente, no campo doutrinário do direito, quais sejam os da pertinência de um projeto de revogação de dispositivo legal cuja eficácia jurídica já tenha sido suspensa, foram devidamente apreciados pela douta Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu, em fundamentado parecer, pela manutenção da redação originária do Senado Federal.

No que concerne à área de competência desta Comissão, somos, também, pela manutenção da proposição na forma original, ratificando, portanto, o parecer anterior desta Comissão, proferido por ocasião do exame inicial do Projeto. E assim entendemos porque, embora declarado inconstitucional a revogação expressa do citado artigo 4º do Decreto-lei nº 389/68, extirpando-o definitivamente desse diploma legal, evitará futuras interpretações equivocadas, não só dos aplicadores da lei, como, também, dos próprios trabalhadores, aos quais, mais diretamente, interessa o esclarecimento total da questão...

Nessas condições, opinamos pela rejeição da Emenda da Câmara dos Deputados.

Sala das Comissões, em 16 de outubro de 1974. — **Franco Montoro**, Presidente — **Accioly Filho**, Relator — **Otávio Cesário** — **Renato Franco** — **Guido Mondin**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — O Expediente lido vai à publicação.

A Presidência recebeu, do Governador do Estado do Amazonas, o Ofício nº S/32, de 1974, solicitando autorização do Senado Federal para que possa alienar, à Paranapanema S/A, Mineração, Indústria e Construção, Terras públicas daquele Estado.

A matéria será despachada às Comissões de Legislação Social, de Constituição e Justiça e de Agricultura.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Há oradores inscritos. Concedo a palavra ao nobre Senador Luiz Cavalcante.

O SR. LUIZ CAVALCANTE (Alagoas) (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Uma comissão de parlamentares e de líderes da agroindústria canavieira, da qual fiz parte, entregou memorial ao Ministro da

Indústria e do Comércio, em 3 do corrente, solicitando atualização do preço do açúcar, do álcool e da cana. O documento evidencia a disparidade entre os custos de produção e a paga recebida por usineiros e fornecedores de cana.

Na ocasião, o ilustre Ministro Severo Gomes, reiteradamente declarou reconhecer a procedência do pleito, que seria submetido ao exame dos órgãos técnicos competentes, para posterior solução.

A propósito, informa o **Correio Braziliense** do último dia 15 que "o Instituto do Açúcar e do Alcool considerou exageradas as aspirações dos produtores, sugerindo, contudo, medidas paralelas que possam satisfazer aos empresários sem que haja uma pressão demasiada forte sobre a economia popular".

A ser verídica a notícia, eu me permitiria lembrar que os vários milhões de brasileiros engajados nas indústrias açucareira e alcooleira e no cultivo da cana — usineiros, fornecedores, engenheiros, técnicos, escriturários, tratoristas, operários, camponeses — eu lembraria, repito, que esses milhões de brasileiros também integram a denominada "economia popular", e que somente sobre eles recaem, as consequências do subsidiado açúcar e do confisco nas vendas externas, confisco que vai às raízes de verdadeiro esbulho. Senão, vejamos:

Há cerca de três meses, o Presidente do IAA admitiu, perante a Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, ter sido de 600 dólares por tonelada o preço médio alcançado nas derradeiras concorrências. Mas esse preço de 600 dólares "já era". Enquanto quase todos os produtos de comercialização internacional sofrem acentuada baixa, continua o solo do açúcar, como bem o diz a revista **Banas**. O próprio petróleo, se não baixou, também não subiu. A escalada do açúcar está retratada nos preços CIF recentemente obtidos pelo IAA: em 23 de agosto, venda de 19 mil toneladas a 703,64 dólares; em 20 de setembro, 44 mil toneladas, a 710,45 dólares; a 1º do corrente, outras 44 mil toneladas, a 724,94 dólares; dia 16, mais 44 mil toneladas, a 844,62 dólares; e, na última sexta-feira, 18, mais 31 mil toneladas, a 864 dólares!

Todavia, não ficou em 864 dólares o recorde mundial: no mesmo dia 18, lotes de açúcar foram negociados na bolsa de Londres a 993 dólares a tonelada!

* Não é afoiteza, portanto, estimar em 800 dólares o preço médio na comercialização internacional deste semestre. Descontando-se (com exagero) 100 dólares para frete, seguro e outras despesas, o preço líquido será de 700 dólares, no mínimo, ou seja, 300 cruzeiros, aproximadamente, por saco de 60 kg.

Cabe agora indagar:

Qual o preço pleiteado pelos produtores para o saco de açúcar que o IAA vende lá fora por 300 cruzeiros líquidos?

Resposta:

Apenas 77 cruzeiros, isto é, 11% do preço líquido de venda. Em outras palavras: se atendida fosse a reivindicação dos produtores, cada saco exportado lhes daria 77 cruzeiros e, ao IAA, 223 cruzeiros.

É de perguntar-se então:

Isto vai ou não vai às raízes do esbulho?

Isto é ou não é uma autêntica distribuição de renda às avessas?

Poder-se-ia objetar que parte do confisco alimenta o Fundo de Exportação, que financia o reequipamento de usinas. A esse argumento, eu contraporá um outro:

Se os produtores recebessem o valor total pelo qual sua mercadoria é vendida ao estrangeiro, não poderiam eles próprios promover o reequipamento?

Atendida que seja a pretensão de usineiros e fornecedores, o confisco continuaria oscilando em torno de 75%. É o maior confisco que jamais gravou qualquer mercadoria brasileira em todos os tempos!

Em 1967, o confisco do café chegou a 65%. De lá para cá vem ele declinando, até fixar-se em 29%. A crise por que passa o produto levou, porém, o IBC, na semana passada, a reduzir para 10 dólares a quota de contribuição, descendo, destarte, o confisco para 11%. Só o

açúcar continua batendo, impavidamente, recordes mundiais de preço e resistindo, a duras penas, aos recordes nacionais de confisco.

Para tentar corrigir a aberração, estou elaborando projeto de lei que estabelece um vínculo entre o preço de venda e o de compra pelo IAA — preço médio, naturalmente. Variando aquele, variará este automaticamente, segundo relação percentual. O valor da tonelada de cana também ficará vinculado ao de venda do açúcar. Assim, caso o meu projeto venha a ser convertido em lei, e admitindo, para exemplificar, seja de 50% a relação nele fixada, tocaria 400 dólares ao Instituto do Açúcar e do Alcool e os outros 400 ao produtor, resultantes do valor médio alcançado pela tonelada do produto, que estimamos em 800 dólares neste semestre. Em termos de cruzeiros por saco, seriam 170 para o IAA e 170 para o produtor, já que 800 dólares por tonelada correspondem a 340 cruzeiros por saco. E a tonelada de cana ficaria em torno de 200 cruzeiros.

Desse modo, a indústria açucareira e a lavoura canavieira poderiam prosperar em decorrência de razoáveis lucros, e não sobreviverem à custa de crescente endividamento, como vem acontecendo; usineiros e fornecedores teriam condições de melhor remunerarem seus assalariados, notadamente a imensa legião dos anônimos Cavaleiros da Enxada; e, conseqüentemente, haveria notável expansão do mercado interno, meta assaz enfatizada no II Plano Nacional de Desenvolvimento.

Finalmente, creio, Sr. Presidente, que o meu projeto virá ao encontro dos propósitos do Presidente Geisel de criar condições para a aceleração do desenvolvimento agropecuário, propósitos entusiasticamente acolhidos em Curitiba, no último dia 10. Lá, na capital paranaense, Sua Excelência proclamou a necessidade de “íntimo entrosamento entre a administração pública e a atividade privada, num clima sadio de co-participação”.

Outro não é o grande anelo dos homens da agroindústria do açúcar e do álcool que a mais absoluta e total co-participação. Co-participação em tudo e por tudo, inclusive co-participação nos lucros resultantes do seu duro e incessante labor.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente e Srs. Senadores. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Concedo a palavra ao nobre Sr. Senador Magalhães Pinto.

O SR. MAGALHÃES PINTO (Minas Gerais) (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Realizou-se em Bucareste, na segunda quinzena de agosto último, a Conferência Mundial de População, à qual compareceram delegações de 130 Governos, convocados pelo Secretário-Geral das Nações Unidas para debater o projeto do “Plano Demográfico Mundial de Ação”.

A aludida reunião cresceu em importância diante do fato de que a população mundial já chega hoje a quase 4 bilhões de habitantes, 20% dos quais, ou sejam, 800 milhões de pessoas, sofrem o flagelo da fome.

O Plano Mundial de Ação, aprovado para consenso pela Conferência, é um documento de 108 artigos, cuja importância não pode ser minimizada. Constitui a primeira iniciativa política das Nações Unidas em matéria de população, entendida em todos os seus aspectos e inter-relações.

O princípio básico do Plano é o respeito à soberania de cada país na formulação e implementação da respectiva política demográfica. Ele não preconiza o controle da natalidade — como o desejaria um certo número de países consoante a orientação de outros Estados, e é dessa isenção doutrinária que decorre sua aplicabilidade em âmbito mundial. As peculiaridades nacionais e regionais são respeitadas. E não poderia ser de outra maneira. Não faria sentido que se intentasse transpor para áreas de baixa densidade demográfica critérios e soluções concernentes a regiões afetadas pela superpovoação.

A elaboração do Plano de Ação foi acompanhada com grande interesse pelo Governo do Brasil, através de representativa e competente Delegação, chefiada pelo ilustre Embaixador Miguel Alvaro Ozório de Almeida. Ainda na administração anterior, foi constituído grupo de trabalho interministerial para o estudo do assunto, integrado por representantes do Itamarati, Interior, Educação, Saúde, Planejamento e da Secretaria do Conselho de Segurança Nacional.

Como é do conhecimento dos Srs. Senadores, a publicação da encíclica *Humanae Vitae* motivara a reafirmação, pelo saudoso Presidente Costa e Silva, de nossa posição contrária a política restritivas da natalidade e ao respeito de nossa soberania. Fazia-se mister, entretanto, que a política demográfica brasileira fosse explícita e concretamente estruturada e consolidada.

Essa orientação, confirmada pelo Presidente Geisel, pouco antes da conferência mundial de população, se viu corroborada na versão definitiva do Plano Mundial de Ação.

A esse propósito, convém cotejar, a título exemplificativo, o texto do segundo princípio do Presidente Geisel com a norma correspondente do Plano de Ação:

“O controle da natalidade é uma decisão do núcleo familiar, o qual, a esse respeito, não deve sofrer interferência governamental.” (Política Demográfica Brasileira.)

“Todos os casais e indivíduos têm o direito humano básico de decidir livre e responsavelmente sobre o número de seus filhos.” (Plano Mundial de Ação.)

Tais coincidências não costumam ser ocasionais. Constituem a consequência de esforço sustentado e coerente, realizado pelas delegações do Brasil que participaram ativamente da fase preparatória e da própria Conferência de Bucareste.

De um texto parcial, com um enfoque restritivo, contrário aos interesses legítimos de muitos países que, como o Brasil, têm uma visão otimista de seu futuro, de um texto, repito, que se propunha impor metas quantitativas ao crescimento demográfico dos países subdesenvolvidos, e que não se distinguia por nenhum particular incentivo à pesquisa populacional, passamos para um instrumento internacional. Este, por certo, se apresenta imperfeições, caracteriza-se, todavia, pela imparcialidade, pelo estímulo à pesquisa e ao estudo especializados, e pela adequada conceituação do desenvolvimento econômico, na sua inter-relação dinâmica com a variável populacional.

Terminada a fase, por assim dizer, internacional da questão demográfica, a implementação política passa para a alçada da Secretaria do Planejamento, através da Fundação IBGE, e, notadamente, do Ministério do Interior. Entretanto, cumpre não esquecer o aporte a ser trazido, setorialmente, pelos Ministérios da Educação, da Saúde e da Previdência e Assistência Social. Ressalvados os altos interesses nacionais na elaboração do Plano Mundial de Ação, graças sobretudo à atuação do Itamarati, cabe agora aos demais órgãos citados assegurar que tais interesses sejam, também, atendidos na sua fase de implementação interna.

Estou certo que este objetivo será, igualmente, alcançado, graças à vigorosa atuação que o Governo Geisel saberá imprimir nas áreas e setores relevantes, como o vem fazendo em todas as demais áreas de interesse nacional.

Faço estas rápidas considerações sobre o assunto para congratular-me com o Governo brasileiro pelo brilhante êxito alcançado na Conferência Mundial de População. (Muito Bem!)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Não há mais oradores inscritos.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 88, DE 1974

(em regime de urgência)

(Tramitação conjunta com o PLS/43/74)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 1974 (nº 2.024-B/74, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que dispõe sobre a obrigatoriedade da iodação do sal destinado ao consumo humano, seu controle pelos órgãos sanitários, e dá outras providências, tendo

PARÊCERES, sob nºs. 427 e 428, de 1974, das Comissões:

— de **Saúde**, favorável, nos termos do substitutivo que apresenta;

— de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade do substitutivo da Comissão de Saúde; e **pareceres orais**, das Comissões:

— de **Constituição e Justiça**, favorável às Emendas de nºs. 1 a 4 e contrário às de nºs. 5 a 7, todas de Plenário;

— de **Saúde**, favorável às Emendas de Plenário de nºs. 1 a 4 e contrário às de nºs. 5 a 7.

— de **Economia**, favorável ao projeto nos termos do Substitutivo da Comissão de Saúde, favorável às Emendas de Plenário de nºs. 1 a 4 e contrário às de nºs. 5 a 7.

2

REQUERIMENTO Nº 205, DE 1974

Votação, em turno único, do Requerimento nº 205, de 1974, de autoria de Sr. Senador Danton Jobim, solicitando a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 114, de 1974, de sua autoria, que imprime nova redação ao art. 492 da Consolidação das Leis do Trabalho, a fim de reduzir, para dois anos, o prazo para aquisição da estabilidade pelo trabalhador.

3

REQUERIMENTO Nº 209, DE 1974

Votação, em turno único, do Requerimento nº 209, de 1974, de autoria do Sr. Senador Luiz Cavalcante, (autorizado pela Comissão de Economia, em seu Parecer nº 453, de 1974), solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Resolução nº 26, de 1974, de autoria da referida Comissão, que suspende a proibição contida nas Resoluções nºs. 58, de 1968, 79, de 1970, e 52, de 1972, para permitir que a Prefeitura do Município de São Paulo (SP), eleve o montante de sua dívida consolidada, mediante contrato de empréstimo junto ao Banco Nacional da Habitação, destinado a financiar a linha prioritária Norte-Sul do Metropolitano daquela cidade.

4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 72, DE 1974

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 72, de 1974 (nº 457-B/71, na Casa de origem), que dispõe sobre a divulgação do livro pela televisão, e dá outras providências, tendo

PARÊCER FAVORÁVEL, sob nº 387, de 1974, da Comissão

— de **Educação e Cultura**.

5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 29, DE 1974

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 297 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 29, de 1974, de autoria do Sr. Senador Franco Montoro, que elimina a exigência do prazo da carência para concessão de benefício por incapacidade para o trabalho aos segurados obrigatórios e para concessão de pensão aos seus dependentes, tendo

PARÊCER, sob nº. 115, de 1974, da Comissão

— de **Constituição e Justiça**, pela inconstitucionalidade, dependendo da votação do Requerimento nº 240, de 1974, de adiamento da votação.

Presentes 20 nobres Srs. Senadores. Não há **quorum** para deliberação. Em consequência, a votação dos itens 1, 2, 3, 4 e 5 da Ordem do Dia de hoje fica adiada para a próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) —

Item 6:

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 57, de 1972, de autoria do Sr. Senador Franco Montoro, que fixa em seis horas o período de trabalho diário dos operadores em eletricidade, e dá outras providências, tendo

PARÊCERES, sob nºs. 132 e 133, de 1974, das Comissões:

— de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade; e

— de **Legislação Social**, favorável, dependendo da votação do Requerimento nº 242, de 1974, de adiamento da discussão para audiência do Ministro do Trabalho.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão anterior, quando foi apresentado, pelo Sr. Adalberto Sena, requerimento de adiamento da discussão para audiência do Ministério do Trabalho.

Não havendo **quorum** para votação, a discussão da matéria fica sobrestada até que o requerimento seja votado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão.

Designo para a próxima a seguinte

ORDEM DO DIA

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 88, DE 1974

(em regime de urgência)

(tramitação conjunta com o PLS/43/74)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 1974, (nº 2.024-B/74, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que dispõe sobre a obrigatoriedade da iodação do sal destinado ao consumo humano, seu controle pelos órgãos sanitários, e dá outras providências, tendo

PARÊCERES, sob nºs. 427 e 428, de 1974, das Comissões:

— de **Saúde**, favorável, nos termos do Substitutivo que apresenta;

— de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade do Substitutivo da Comissão de Saúde; e **pareceres orais**, das Comissões:

— de **Constituição e Justiça**, favorável às emendas de nºs. 1 a 4, e contrário às de nºs. 5 a 7, todas de Plenário;

— de **Saúde**, favorável às emendas de Plenário de nºs. 5 a 7; e

— de **Economia**, favorável ao projeto nos termos do Substitutivo da Comissão de Saúde, favorável às emendas de Plenário de nºs. 1 a 4, e contrário às de nºs. 5 a 7.

— 2 —

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 72, de 1974 (nº 457-B/71, na Casa de origem), que dispõe sobre a divulgação do livro pela televisão e dá outras providências, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 387, de 1974, da Comissão de Educação e Cultura.

— 3 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 205, de 1974, de autoria do Sr. Senador Danton Jobim, solicitando a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 114, de 1974, de sua autoria, que imprime nova redação ao art. 492 da Consolidação das Leis do Trabalho, a fim de reduzir, para dois anos, o prazo para aquisição da estabilidade pelo trabalhador.

— 4 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 209, de 1974, de autoria do Sr. Senador Luiz Cavalcante, (autorizado pela Comissão de Economia, em seu Parecer nº 453, de 1974), solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Resolução nº 26, de 1974, de autoria da referida Comissão, que suspende a proibição contida nas Resoluções nºs. 58, de 1968, 79, de 1970, e 52, de 1972, para permitir que a Prefeitura do Município de São Paulo (SP), eleve o montante de sua dívida consolidada, mediante contrato de empréstimo junto ao Banco Nacional da Habitação, destinado a financiar a linha prioritária Norte-Sul do Metropolitano daquela cidade.

— 5 —

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 297 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 29, de 1974, de autoria do Sr. Senador Franco Montoro, que elimina a exigência do prazo da carência para concessão de benefícios por incapacidade para o trabalho aos segurados obrigatórios e para concessão de pensão aos seus dependentes, tendo

PARECER, sob nº 115, de 1974, da Comissão:

— **de Constituição e Justiça**, pela inconstitucionalidade, (dependendo da votação do requerimento nº 240, de 1974, de adiamento da votação).

— 6 —

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 57, de 1972, de autoria do Sr. Senador Franco Montoro, que fixa em seis horas o período de trabalho diário dos operadores em eletricidade, e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs. 132 e 133, de 1974, das Comissões:

— **de Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade e

— **de Legislação Social**, favorável, dependendo da votação do Requerimento nº 242, de 1974, de adiamento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 14 horas e 55 minutos.)

ATAS DAS COMISSÕES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

27ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, REALIZADA

EM 16 DE NOVEMBRO DE 1974

Aos dezesseis de novembro de mil novecentos e setenta e quatro, às dez horas, na Sala "Clóvis Beviláqua", sob a presidência do Senador Accioly Filho, Vice-Presidente no exercício da presidência, presentes os Senadores Wilson Gonçalves, Helvídio Nunes, Carlos Lindenberg, Mattos Leão, Franco Montoro e Lenoir Vargas, reúne-se a Comissão de Constituição e Justiça.

Lida e aprovada a ata da reunião anterior e, havendo número regimental, passa-se a apreciação das seguintes proposições: 1) Projeto de Lei da Câmara nº 118/74 — Acrescenta parágrafo único ao art. 566 da Consolidação das Leis do Trabalho, para assegurar a sindicalização dos empregados de sociedades de economia mista. Relator: Senador Carlos Lindenberg. Parecer: constitucionais e jurídicos o projeto e o substitutivo da Comissão de Legislação Social. Aprovado por unanimidade. 2) Projeto de Lei do Senado nº 43/73 — Determina a fixação obrigatória de critérios objetivos para a realização de despesas com publicidade e divulgação, efetuadas pela Administração pública ou órgão da administração pública. Relator: Senador Carlos Lindenberg. Parecer: inconstitucional e injurídica a Emenda nº 1, de Plenário, apresentada para corrigir a eiva de inconstitucionalidade e injuridicidade argüida em parecer anterior ao projeto. Em discussão, usam da palavra os Senadores Franco Montoro, Wilson Gonçalves, Helvídio Nunes e o relator da matéria. Em votação, é aprovado o parecer contra o voto do Senador Franco Montoro, conforme declaração em anexo e votando pela inconstitucionalidade o Senador Helvídio Nunes. 3) Projeto de Lei do Senado nº 110/74 — Destina à Fundação Nacional do Índio, subvenções não recebidas pelas instituições beneficiárias. Relator: Senador Carlos Lindenberg. Parecer: pela constitucionalidade e juridicidade. Aprovado unanimemente. 4) Projeto de Lei do Senado nº 112/74 — Altera a redação do art. 663 da Consolidação das Leis do Trabalho. Relator: Senador Carlos Lindenberg. Parecer: constitucional e

injurídico, contrário quanto ao mérito por inconveniente. Em discussão, usam da palavra os Senadores Franco Montoro, Wilson Gonçalves, Helvídio Nunes, Lenoir Vargas e o relator da proposição. Em votação, é aprovado o parecer votando vencido o Senador Franco Montoro com a seguinte declaração: "A rotatividade é uma exigência de renovação e aperfeiçoamento do sistema". 5) Projeto de Lei do Senado nº 120/74 — Acrescenta dispositivo ao art. 29 da Consolidação das Leis do Trabalho. Relator: Senador Carlos Lindenberg. Parecer: Constitucional e jurídico. Aprovado. 6) Ofício S nº 29/74 (Nº 22/74-P/MC) do Presidente do Supremo Tribunal Federal, representação nº 890, Estado da Guanabara, inconstitucionalidade do art. 43 da Lei nº 2.085-A, de 1972, estadual. Relator: Senador Carlos Lindenberg. Parecer: favorável com Projeto de Resolução. Aprovado. 7) Projeto de Lei do Senado nº 97/74 — Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho. Relator: Senador Mattos Leão. Parecer: pela constitucionalidade e juridicidade. Aprovado. 8) Projeto de Lei do Senado nº 141/73 — Dispõe sobre a extensão do salário-família ao trabalhador rural (emenda nº 1, de Plenário). Relator: Senador Mattos Leão. Parecer: constitucional e jurídica a emenda. Aprovado. O Senador Accioly Filho passa a presidência ao Senador Carlos Lindenberg e relata os seguintes itens da pauta dos trabalhos: 9) Projeto de Lei do Senado nº 51/74 — Altera a redação do art. 72 do Código Penal. Parecer: pela prejudicialidade. Aprovado. 10) Projeto de Lei do Senado nº 32/74 — Modifica o art. 56 da Lei de Registros Públicos. Parecer: pela constitucionalidade e juridicidade nos termos do substitutivo que apresenta. Aprovado. Reassumindo a presidência, o Senador Accioly Filho concede a palavra ao Senador Helvídio Nunes que apresenta os seguintes pareceres: 11) Projeto de Lei da Câmara nº 73/74 (emendas de Plenário) — Retifica, sem ônus, a Lei nº 5.964, de 10-12-73, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1974. Parecer: constitucionais e jurídicas as emendas. Aprovado. 12) Projeto de Lei do Senado nº 102/74 — Declara de utilidade pública as Associações Cristãs de Moços existentes no

País. Parecer: pela constitucionalidade e juridicidade. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a reunião, lavrando eu, Maria Helena Bueno Brandão, Assistente, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

(ANEXO À ATA DA 27ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA; REALIZADA EM 16-10-74)

DECLARAÇÃO DE VOTO

(Projeto de Lei do Senado nº 43/73)

Com o duplo objetivo de preservar a probidade administrativa e garantir a liberdade de imprensa, submetemos ao Congresso Nacional o presente projeto de lei determinando a fixação obrigatória de critérios objetivos para a realização de despesas com publicidade e divulgação, efetuadas pela Administração Pública ou órgãos da Administração Indireta. E pela emenda proposta estendemos essa obrigação a qualquer órgão dos Poderes da República.

Alguém pode ser contra essas normas moralizadoras e de patente interesse público?

O Governo declara ser favorável a essa medida, mas seus representantes no Congresso estão se opondo à aprovação da mesma, invocando razões jurídicas e impedimentos constitucionais que não resistem a uma análise mais aprofundada.

O texto invocado contra o projeto é o art. 81 da Constituição, que assim dispõe:

"Compete privativamente ao presidente da República:

.....
V — dispor sobre a estruturação, atribuições e funcionamento dos órgãos da administração federal."

Entendeu o relator do projeto que "é defeso ao legislador atuar no campo da estruturação, atribuições e funcionamento dos órgãos da administração federal"

Tudo, nessa área, seria objeto, pura e simplesmente, de atos executivos e, portanto, de natureza estritamente regulamentar.

Essa interpretação é, entretanto, inadmissível. A interpretação do item V do art. 81 do texto constitucional não pode ser feita isoladamente.

A competência deferida ao Presidente da República pelo dispositivo citado deve ser interpretada conjuntamente com as seguintes disposições gerais do art. 8º e do art. 43, que dizem, respectivamente:

I — Art. 8º "competem à União legislar sobre

a) o cumprimento da Constituição e execução dos serviços federais;

c) normas gerais sobre despesa e gestão patrimonial e financeira de natureza pública.

II — Art. 43: "cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre todas as matérias de competência da União".

A conclusão que extraímos desses claros e inequívocos mandamentos constitucionais é de que, competindo à União legislar sobre a execução dos serviços federais, cabe, inelutavelmente, ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria, através de lei, com a sanção do Presidente da República.

Tal entendimento, além disso, não é apenas pessoalmente nosso. É também do Poder Executivo, como tem sido invariável, permanente e reiteradamente do próprio Senado e do Congresso Nacional.

Não há divergências a respeito; prevalece o consenso unânime e pacífico.

Basta referir, sobre a matéria, os seguintes Decretos-leis apreciados recentemente pelo Congresso e estas leis por ele votadas:

— Decreto-lei nº 1.110, de 10 de julho de 1970. Cria o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário e o Grupo Executivo da Reforma Agrária, e dá outras providências;

— Decreto-lei nº 1.135, de 4 de dezembro de 1970. Dispõe sobre a organização, a competência e o funcionamento do Conselho de Segurança Nacional, e dá outras providências;

— Lei nº 5.648, de 14 de dezembro de 1970. Cria o Instituto Nacional da Propriedade Industrial, e dá outras providências;

— Lei nº 5.662, de 21 de junho de 1971. Enquadra o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico na categoria de empresa pública, e dá outras providências;

— Lei nº 5.762, de 16 de dezembro de 1972. — Transforma o Banco Nacional da Habitação em empresa pública, e dá outras providências.

É, assim, patente que sempre e invariavelmente, tanto o Poder Executivo como o Congresso Nacional entenderam que a matéria em causa deve ser objeto de lei e não de ato meramente executivo.

A prevalecer a interpretação contrária, haveriam de ser tidas como inconstitucionais todas as leis anteriormente referidas e vários projetos de lei, da mesma natureza, em tramitação no Congresso Nacional e originários do Poder Executivo.

Mais do que isso, se decidir que não tem competência para legislar sobre normas relativas a despesa com publicidade da Administração Pública, direta ou indireta, estará o Congresso Nacional abdicando de uma das funções inerentes à sua condição de Poder Legislativo. Estará desservindo a si mesmo, ao Governo e à Nação. — Senador **Franco Montoro**.

(Publicação autorizada pelo Senhor Presidente)

MESA

Presidente:
Paulo Torres (ARENA — RJ)

1º-Vice-Presidente:
Antônio Carlos (ARENA — SC)

2º-Vice-Presidente:
Adalberto Sena (MDB — AC)

1º-Secretário:
Ruy Santos (ARENA — BA)

2º-Secretário:
Augusto Franco (ARENA — SE)

3º-Secretário:
Milton Cabral (ARENA — PB)

4º-Secretário:
Geraldo Mesquita (ARENA — AC)

Suplentes de Secretários:
Luís de Barros (ARENA — RN)
José Augusto (ARENA — MG)
Antônio Fernandes (ARENA — BA)
Ruy Carneiro (MDB — PB)

**LIDERANÇA DA ARENA
E DA MAIORIA**

Líder:
Petrônio Portella (ARENA — PI)

**LIDERANÇA DO MDB
E DA MINORIA**

Líder:
Amaral Peixoto (MDB — RJ)

Vice-Líderes:
Nelson Carneiro (MDB — GB)
Danton Jobim (MDB — GB)

COMISSÕES

Diretora: Helena Ruth Laranjal Farias Rigolon
Local: Anexo II — Térreo
Telefones: 23-6244 e 24-8105 — Ramais 193 e 257

**A) SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS, ESPECIAIS
E DE INQUÉRITO****Comissões Temporárias**

Chefe: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga
Local: Anexo II — Térreo
Telefone: 24-8105 — Ramal 303

- 1) Comissões Temporárias para Projetos do Congresso Nacional;
 - 2) Comissões Temporárias para Apreciação de Vetos;
 - 3) Comissões Especiais e de Inquérito; e
 - 4) Comissão Mista do Projeto de Lei Orçamentária (artigo 90 do Regimento Comum).
- Assistentes de Comissões: José Washington Chaves, Ramal 314;
Hugo Antônio Crepaldi, Ramal 672; Haroldo Pereira Fernandes,
Ramal 674; e Manoel Bezerra Laranjal, Ramal 710.

B) SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: Cláudio Carlos Rodrigues Costa
Local: Anexo II — Térreo
Telefone: 24-8105 — Ramais 301 e 313

**COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA)
(7 Membros)**

COMPOSIÇÃO
Presidente: Paulo Guerra
Vice-Presidente: Mattos Leão

Titulares	ARENA	Suplentes
Antônio Fernandes		Tarso Dutra
Vasconcelos Torres		João Cleofas
Paulo Guerra		Fernando Corrêa
Otávio Cesário		
Flávio Brito		
Mattos Leão		
Amaral Peixoto	MDB	Ruy Carneiro

Assistente: Cláudio Vital Rebouças Lacerda — Ramal 307
Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas
Local: Sala Bernardo Pereira de Vasconcelos — Anexo II — Ramal 617

**COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR)
(7 Membros)**

COMPOSIÇÃO
Presidente: Clodomir Milet
Vice-Presidente: Teotônio Vilela

Titulares	ARENA	Suplentes
José Guiomard		Saldanha Derzi
Teotônio Vilela		Osires Teixeira
Dinarte Mariz		Lourival Baptista
Wilson Campos		
José Esteves		
Clodomir Milet		
Ruy Carneiro	MDB	Franco Montoro

Assistente: Mauro Lopes de Sá — Ramal 310
Reuniões: Quarta-feiras, às 10:30 horas
Local: Sala Coelho Rodrigues — Anexo II — Ramal 613

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ)
(13 Membros)**

COMPOSIÇÃO
Presidente: Daniel Krieger
Vice-Presidente: Accioly Filho

Titulares	ARENA	Suplentes
José Lindoso		Eurico Rezende
José Sarney		Osires Teixeira
Carlos Lindenberg		João Calmon
Helvídio Nunes		Lenoir Vargas
Italívio Coelho		Vasconcelos Torres
Mattos Leão		Carvalho Pinto
Heitor Dias		
Gustavo Capanema		
Wilson Gonçalves		
José Augusto		
Daniel Krieger		
Accioly Filho		
Nelson Carneiro	MDB	Franco Montoro

Assistente: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 305
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas
Local: Sala Clóvis Bevilacqua — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (CDF)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Cattete Pinheiro
Vice-Presidente: Ruy Carneiro

Titulares	ARENA	Suplentes
Dinarte Mariz		Carlos Lindenberg
Eurico Rezende		Luiz Cavalcante
Cattete Pinheiro		Waldemar Alcântara
Otávio Cesário		José Lindoso
Osires Teixeira		Wilson Campos
Fernando Corrêa		
Saldanha Derzi		
Heitor Dias		
Antônio Fernandes		
José Augusto		

MDB

Nelson Carneiro

Assistente: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 303
Reuniões: Quartas-feiras, às 09:30 horas
Local: Sala Eptácio Pessoa — Anexo II — Ramal 615**COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE)**

(11 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Magalhães Pinto
Vice-Presidente: Vasconcelos Torres

Titulares	ARENA	Suplentes
Magalhães Pinto		José Augusto
Vasconcelos Torres		Benedito Ferreira
Wilson Campos		
Flávio Britto		
Jessé Freire		Leandro Maciel
Arnon de Mello		
Teotônio Vilela		
Paulo Guerra		
Renato Franco		
Helvídio Nunes		
Luiz Cavalcante		

MDB

Amaral Peixoto

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas
Local: Sala Bernardo Pereira de Vasconcelos — Anexo II — Ramal 617**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)**

(7 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Gustavo Capanema
Vice-Presidente: João Calmon

Titulares	ARENA	Suplentes
Gustavo Capanema		Arnon de Mello
João Calmon		Helvídio Nunes
Tarso Dutra		José Sarney
Benedito Ferreira		
Cattete Pinheiro		
Jarbas Passarinho		

MDB

Franco Montoro

Assistente: Marcello Zamboni — Ramal 306
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:30 horas
Local: Sala Eptácio Pessoa — Anexo II — Ramal 615**COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF)**

(17 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: João Cleofas
Vice-Presidente: Virgílio Távora

Titulares	ARENA	Suplentes
Celso Ramos		Cattete Pinheiro
Lourival Baptista		Itálio Coelho
Saldanha Derzi		Daniel Krieger
Benedito Ferreira		Jarbas Passarinho
Alexandre Costa		Dinarte Mariz
Fausto Castelo-Branco		Eurico Rezende
Lenoir Vargas		Flávio Britto
Jessé Freire		Leoni Mendonça
João Cleofas		
Carvalho Pinto		
Virgílio Távora		
Wilson Gonçalves		
Mattos Leão		
Tarso Dutra		

MDB

Nelson Carneiro

Amaral Peixoto
Ruy Carneiro
Danton JobimAssistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675
Reuniões: Quartas-feiras, às 11:00 horas
Local: Sala Bernardo Pereira Vasconcelos — Anexo II — Ramal 617**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)**

(7 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Franco Montoro
Vice-Presidente: Heitor Dias

Titulares	ARENA	Suplentes
Heitor Dias		Wilson Campos
Domicio Gondim		Accioly Filho
Renato Franco		José Esteves
Guido Mondim		
Otávio Cesário		
Eurico Rezende		

MDB

Danton Jobim

Franco Montoro
Assistente: Cândido Hippert — Ramal 676
Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas
Local: Sala Rui Barbosa — Anexo II — Ramal 624**COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)**

(7 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Arnon de Mello
Vice-Presidente: Nelson Carneiro

Titulares	ARENA	Suplentes
Arnon de Mello		Paulo Guerra
Luiz Cavalcante		Antônio Fernandes
Leandro Maciel		José Guimard
Jarbas Passarinho		
Domicio Gondim		
Lenoir Vargas		

MDB

Danton Jobim

Nelson Carneiro
Assistente: Mauro Lopes de Sá — Ramal 310
Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas
Local: Sala Coelho Rodrigues — Anexo II — Ramal 613

COMISSÃO DE REDAÇÃO — (CR)
(5 Membros)**COMPOSIÇÃO**
Presidente: Carlos Lindenberg
Vice-Presidente: Danton Jobim

Titulares		Suplentes
	ARENA	
Carlos Lindenberg		Lourival Baptista
José Lindoso		Wilson Gonçalves
José Augusto		
Cattete Pinheiro		
	MDB	
Danton Jobim		Ruy Carneiro

Assistente: Maria Carmen Castro Souza — Ramal 134
Reuniões: Quartas-feiras, às 11:00 horas
Local: Sala Coelho Rodrigues — Anexo II — Ramal 613**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)**
(15 Membros)**COMPOSIÇÃO**
Presidente: Carvalho Pinto
Vice-Presidente: Wilson Gonçalves

Titulares		Suplentes
	ARENA	
Carvalho Pinto		Leoni Mendonça
Wilson Gonçalves		Carlos Lindenberg
Jessé Freire		José Lindoso
Fernando Corrêa		Guido Mondin
Dinarte Mariz		Cattete Pinheiro
Arnon de Mello		Virgílio Távora
Magalhães Pinto		Otávio Cesário
Accioly Filho		
Saldanha Derzi		
José Sarney		
Lourival Baptista		
João Calmon		
	MDB	
Franco Montoro		Amaral Peixoto
Danton Jobim		
Nelson Carneiro		

Assistente: Cândido Hippert — Ramal 676
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:30 horas
Local: Sala Rui Barbosa — Anexo II — Ramal 621**COMISSÃO DE SAÚDE — (CS)**
(7 Membros)**COMPOSIÇÃO**
Presidente: Fernando Corrêa
Vice-Presidente: Fausto Castelo-Branco

Titulares		Suplentes
	ARENA	
Fernando Corrêa		Saldanha Derzi
Fausto Castelo-Branco		Wilson Campos
Cattete Pinheiro		Clodomir Milet
Lourival Baptista		
Luís de Barros		
Waldemar Alcântara		
	MDB	
Benjamim Farah		Ruy Carneiro

Assistente: Lêda Ferreira da Rocha — Ramal 312
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas
Local: Sala Rui Barbosa — Anexo II — Ramal 621**COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN)**
(7 Membros)**COMPOSIÇÃO**
Presidente: Waldemar Alcântara
Vice-Presidente: José Guimard

Titulares		Suplentes
	ARENA	
Waldemar Alcântara		Alexandre Costa
José Lindoso		Celso Ramos
Virgílio Távora		Jarbas Passarinho
José Guimard		
Flávio Britto		
Vasconcelos Torres		
	MDB	

Benjamim Farah
Assistente: Marcello Zamboni — Ramal 306
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas
Local: Sala Clóvis Bevilacqua — Anexo II — Ramal 623**COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL — (CSPC)**
(7 Membros)**COMPOSIÇÃO**
Presidente: Benjamim Farah
Vice-Presidente: Tarso Dutra

Titulares		Suplentes
	ARENA	
Tarso Dutra		Magalhães Pinto
Celso Ramos		Gustavo Capanema
Osires Teixeira		Paulo Guerra
Heitor Dias		
Jessé Freire		
Leoni Mendonça		
	MDB	

Benjamim Farah
Assistente: Cláudio Vital Rebouças Lacerda — Ramal 307
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas
Local: Sala Bernardo Pereira de Vasconcelos — Anexo II — Ramal 623**COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES
E OBRAS PÚBLICAS — (CT)**
(7 Membros)**COMPOSIÇÃO**
Presidente: Leandro Maciel
Vice-Presidente: Alexandre Costa

Titulares		Suplentes
	ARENA	
Leandro Maciel		Dinarte Mariz
Alexandre Costa		Luís de Barros
Luiz Cavalcante		Virgílio Távora
Lenoir Vargas		
Benedito Ferreira		
José Esteves		
	MDB	

Danton Jobim
Assistente: Lêda Ferreira da Rocha — Ramal 312
Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas
Local: Sala Rui Barbosa — Anexo II — Ramal 621